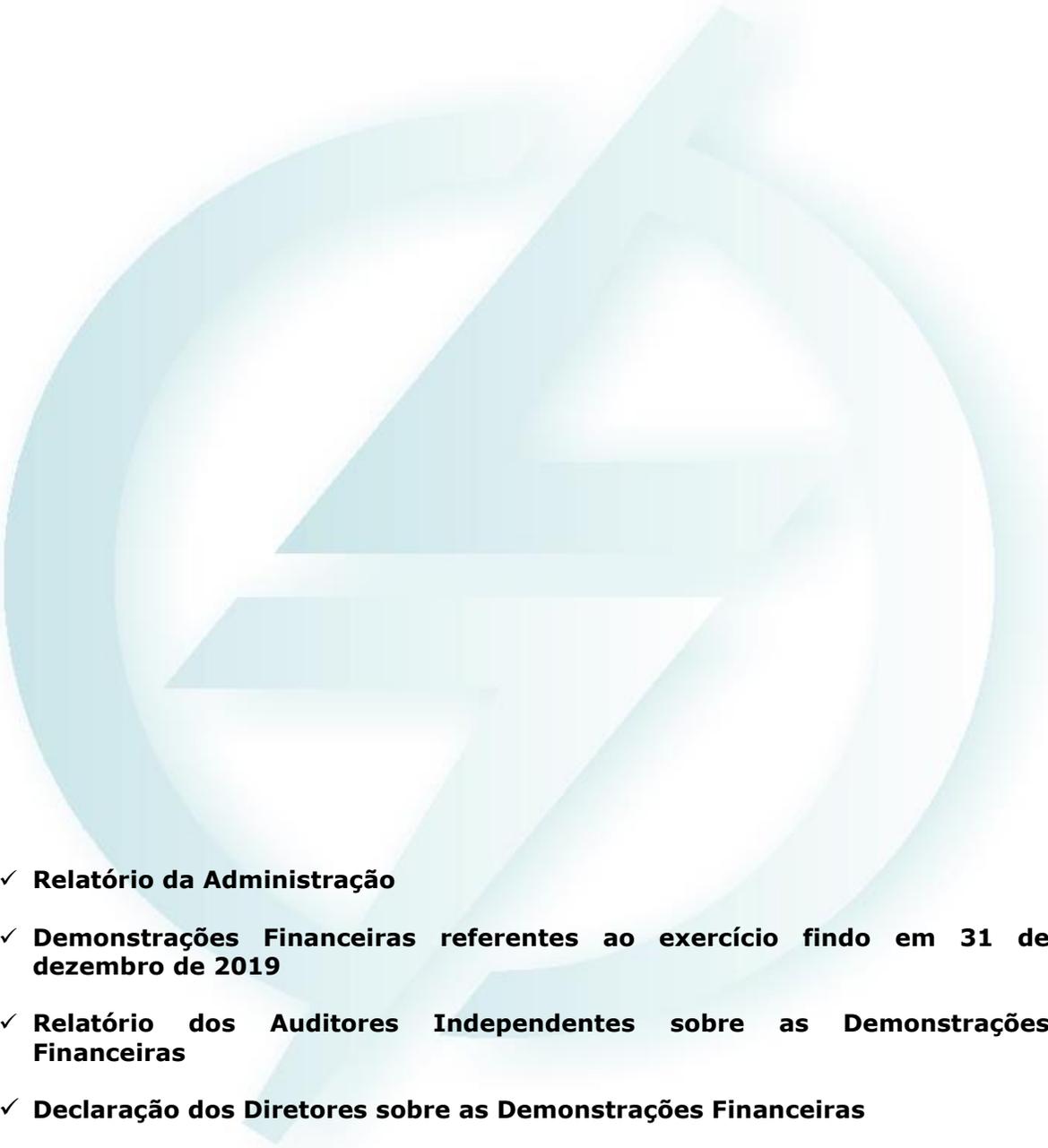


LIGHT S.A.

- 
- ✓ **Relatório da Administração**
 - ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019**
 - ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
 - ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**
 - ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
 - ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**
 - ✓ **Proposta de Orçamento de Capital preparada pela Administração**

Mensagem da Administração

Prezado leitor,

O ano de 2019 foi emblemático para a história da Light. Passamos a ter um controle acionário pulverizado e uma administração – Diretoria e Conselho de Administração – totalmente profissional, empenhada em gerar resultados sustentáveis para a Companhia.

Em julho, concluímos uma oferta de ações por meio da qual captamos R\$1,8 bilhão, integralmente destinado à atividade de distribuição, e na qual a Cemig vendeu cerca de 35% das ações que detinha da Companhia, reduzindo a sua participação para 22,6%. Com a pulverização do controle acionário, a Light se tornou uma *true corporation*.

Com uma nova composição acionária e uma gestão alinhada aos interesses da coletividade de acionistas, estruturamos um plano de *turnaround* que traça a estratégia para a entrega de resultados apoiados em quatro pilares:

- 1) Combate à perda de energia
- 2) *Liability management*
- 3) Redução do PMSO e priorização do CAPEX
- 4) Redução das contingências judiciais

Mas, para entregar resultados, o principal pilar é a cultura da empresa, voltada para resultados, com o alinhamento de interesses entre administração, funcionários e acionistas em busca dos objetivos traçados. Assim, em julho foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas um plano de *stock options* para a Diretoria Estatutária e superintendentes selecionados. Além disso, todos os funcionários recebem bônus ou participação nos resultados atrelados a metas objetivas, alinhadas com o plano de *turnaround*. Reforçamos junto aos funcionários o nosso “Jeito de SER” – centrado em segurança, ética e geração de resultados sustentáveis –, e estamos trabalhando, dia após dia, na construção de uma cultura empresarial de empresa privada, orientada para excelência de gestão e geração de valor.

Do ponto de vista operacional, um dos maiores desafios da Light é a redução da perda de energia, devido à complexidade da sua área de concessão. Com o objetivo de enfrentar esse histórico problema, promovemos uma completa reestruturação da nossa forma de atuação. Fizemos mudanças significativas no quadro de pessoal, aproveitando talentos internos e atraindo profissionais do mercado, primarizamos equipes de campo, investimos em treinamento e alinhamos a política de remuneração, inclusive dos prestadores de serviços. Além disso, criamos gerências regionais, com planos de ação específicos de acordo com as características e a complexidade de cada uma das regiões em que atuamos. Investimos também em medição fiscal e adotamos ferramentas de direcionamento e acompanhamento em tempo real de alvos de inspeção de possíveis fraudes, otimizando os investimentos já realizados no nosso Centro de Controle de Medição e nos mais de um milhão de medidores eletrônicos telemedidos (cerca de 25% do número de clientes) já instalados, dentre outras ações.

Seguimos concentrados nas áreas “possíveis”, onde conseguimos atuar normalmente, porém passamos a priorizar ações que promovam a efetiva incorporação de energia e permanência na formalidade dos clientes regularizados. Entendemos que somente assim será possível reduzir a perda de energia de maneira perene e sustentável.

Ainda no combate à perda, temos atuado na blindagem da rede aérea em regiões cujos clientes têm um comportamento de reincidência de furto de energia e naquelas em que a medição já foi modernizada. Intensificamos também a regularização de ligações clandestinas em condomínios e construções não cadastradas. Essas ações estão sendo importantes vetores de incorporação de energia e consequente recuperação do mercado.

Como resultado da implantação dessas medidas, tivemos sucesso em interromper a trajetória de crescimento da perda. No primeiro semestre do ano, a perda avançou mais de 10%, enquanto no segundo semestre permaneceu estável. Em 2020, com a continuidade e aprimoramento das ações desenvolvidas, esperam-se resultados ainda mais positivos.

No final de 2019, realizamos uma ampla reavaliação do Contas a Receber da Companhia, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro dos saldos em aberto. Essa iniciativa está alinhada ao novo plano de combate à perda, após o diagnóstico concluído em meados do último trimestre. Com isso, reconhecemos um impacto não recorrente e extraordinário no resultado de aproximadamente R\$525 milhões. Desconsiderado esse impacto, a provisão relacionada a pagamentos de clientes se manteve em linha com os patamares históricos da Light.

De forma a assegurar a qualidade do fornecimento aos nossos clientes, investimos mais de R\$395 milhões na rede de distribuição em 2019, o que representou um aumento de 10% em relação ao ano passado. E, fruto das boas práticas de gestão e eficácia de investimentos já consolidadas em nosso time de engenharia, obtivemos excelentes resultados nos indicadores de qualidade (DEC e FEC), os quais encerraram o ano em 7,77 horas e 4,31 vezes, respectivamente, ambos dentro dos limites previstos pela Aneel. Destacamos que, ano após ano, temos registrado melhora em tais indicadores e hoje estamos entre as melhores distribuidoras do País, com mais de um milhão de clientes.

Na área de relacionamento com o cliente, implementamos importantes mudanças e melhorias para facilitar, dar agilidade e aumentar a eficácia na resolução dos problemas. Nesse sentido, estamos trabalhando na revisão de processos internos e investindo no relacionamento digital. Podemos destacar o aperfeiçoamento no treinamento e gestão do *call center* e Ouvidoria e a modernização da Agência Virtual (plataforma de relacionamento *web*).

A melhoria do atendimento ao cliente e na gestão da área comercial está intimamente ligada à redução das contingências judiciais da Companhia, um dos pilares do plano de *turnaround*. Não obstante, de maneira a complementar esses esforços, realizamos iniciativas no âmbito da nossa área jurídica, tais como a promoção de uma maior sinergia com a área comercial, o desenvolvimento de um novo modelo

de contratação, controle e fiscalização dos escritórios de advocacia, além do aprimoramento dos subsídios que servem como base para as defesas da Companhia.

A despeito de as mudanças serem recentes, já obtivemos resultados positivos, em especial no Juizado Especial Cível (JEC), onde residem mais de 45% das contingências da Companhia. Observamos, no fim de 2019, uma redução de 20% nas novas demandas judiciais. Em 2020, com a continuidade e o aperfeiçoamento das nossas ações, espera-se uma redução da entrada de demandas contra a Companhia.

Um marco importante registrado no segundo semestre foi a redução do PMSO da distribuidora, fruto da melhoria de processos internos, do controle mais efetivo dos contratos com terceirizadas e da estratégia de primarização. Observamos uma redução consecutiva no 3T19 e 4T19, em comparação com os mesmos períodos do ano passado, de 8,3% e 7,3%, respectivamente.

No âmbito do *liability management*, com os recursos da oferta de ações concluída em julho, foi possível reequilibrar a estrutura de capital da Companhia, antecipando o pagamento de dívidas mais onerosas e, também, aproveitar as oportunidades do mercado de dívida local, captando recursos com menor custo e prazo mais alongado.

Encerramos o ano com uma dívida líquida de R\$6,7 bilhões, R\$1,2 bilhão menor do que em 2018, e com uma posição de caixa robusta de R\$1,7 bilhão. Com isso, o indicador Dívida líquida/Ebitda em 2019 foi de 2,98 vezes, estando abaixo dos limites previstos nos contratos de dívida. Vale mencionar também que a estrutura de capital mais saudável resultou na elevação do *rating* local pela Moody's, que passou a ser A2.br.

Adicionalmente à execução do *turnaround* e de maneira a permitir total foco na atividade de distribuição, demos início ao plano de desinvestimento de ativos *non-core* com a venda da participação e dos créditos da Light na Renova. Essa transação afastou os possíveis riscos à Light com o futuro desafiador e incerto da Renova.

Ainda no âmbito dos desinvestimentos, pretendemos dar sequência à venda de participações em investimentos em que não temos o controle.

Destacamos, também, no resultado do ano, o trânsito em julgado do processo judicial em que se reconheceu a exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins. Com isso, reconhecemos créditos a recuperar de R\$6,2 bilhões, os quais, de acordo com os nossos assessores legais, entendemos serem parte da Light e outra parte dos nossos clientes. Atualmente, o montante e a forma de repasse de parte dos créditos da Light aos consumidores estão sendo apreciados pela Aneel e temos colaborado ativamente nos esclarecimentos necessários para assegurar o direito da Companhia.

Seguiremos com a nossa política de investimentos prudentes, sempre atentos à formação de base de ativos regulatórios, dando prioridade àqueles voltados à modernização da nossa rede de distribuição e

ao combate à perda. Em relação ao segmento de geração, em 2020, iniciaremos as obras de manutenção do vertedouro de Ilha dos Pombos e concluiremos os estudos necessários para o licenciamento ambiental e a construção do túnel *by-pass* no Complexo de Lajes, que irá interligar os reservatórios de Vigário e de Ponte Coberta. Esperamos que o túnel esteja operacional até 2023.

Em 2019, avançamos muito e construímos os pilares do nosso *turnaround*. E os resultados operacionais do segundo semestre confirmam que estamos no caminho certo. Acreditamos na nossa energia e vamos levar a Light ao patamar de excelência que ela merece!

Perfil Corporativo*

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro abrangendo uma região com cerca de onze milhões de pessoas e encerrou 2019 com quatro milhões e quatrocentos clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pela holding, **Light S.A.**, por suas controladas diretas - **Light Serviços de Eletricidade S.A.** (distribuição de energia), **Light Energia S.A.** (geração de energia), **LightCom Comercializadora de Energia S.A.** (comercialização de energia), **Light Conecta Ltda.** (geração de energia e serviços), **Light Soluções em Eletricidade Ltda.** (serviços) e **Instituto Light** (institucional) – e por controladas em conjunto: **Lightger S.A.** (responsável pelo empreendimento PCH Paracambi), **Amazônia Energia Participações S.A.** (para participação no projeto da UHE Belo Monte), **Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.** (serviços de TI) e **Guanhães Energia S.A.** (responsável pelo empreendimento PCH Guanhães).

Contexto Operacional

Desempenho Operacional

Tarifas

As tarifas da Light SESA são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão, regulamentação e decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das distribuidoras e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste periódico, o qual ocorre anualmente; (2) revisão periódica, a qual ocorre a cada cinco anos; e (3) revisão extraordinária.

Reajuste Tarifário

Em 12 de março de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou um índice de reajuste tarifário com efeito médio de +11,12%. As novas tarifas entram em vigor a partir de 15 de março de 2019.

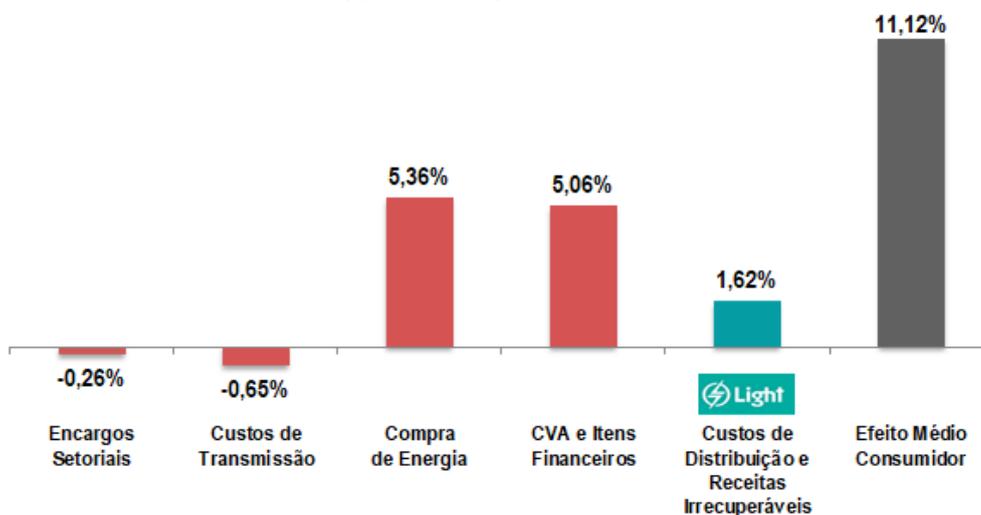
Com relação às diferentes classes de consumo e níveis de tensão, cabe observar que os consumidores residenciais perceberam um aumento de 11,45%, conforme detalhado na tabela a seguir, que também apresenta o impacto a ser percebido pelas demais classes e níveis de tensão.

Percepção Média para o Consumidor por Classe e Nível de Tensão

	LIVRES + CATIVOS	EFEITO MÉDIO
Grupo A	A2 (88 a 138kV)	7,23%
	A4 (2,3 a 25 kV)	11,61%
	AS (subterrâneo)	12,33%
BT	B1 (residencial)	11,45%
	B2 (rural)	21,09%
	B3 (comercial)	11,60%
	B4 (ilum. pública)	11,53%
	Grupo A	10,20%
	BT	11,52%
	Grupo A+BT	11,12%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão), e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B - distribuição) pela variação do IPCA ajustada pelos componentes do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária, os ajustes nos custos operacionais definidos na última Revisão Tarifária, além de incorporar os mecanismos de incentivos à melhoria da qualidade. Adicionalmente, a partir da Revisão Tarifária de 2017, as Receitas Irrecuperáveis passaram a compor item tarifário específico, atualizado anualmente de acordo com a variação da receita regulatória.

O gráfico a seguir resume a participação de cada item de custo no efeito médio percebido pelo consumidor.

Percepção Média para o Consumidor


A projeção dos itens não gerenciáveis da Parcela A contribuíram para um aumento de 4,44%¹, principalmente devido ao acréscimo no custo de compra de energia, com destaque para as usinas de Itaipu e Norte Fluminense, ambas com contratos de venda de energia atrelados ao dólar – que aumentou 15% em relação ao último reajuste tarifário. Adicionalmente, houve aumento no preço das usinas cotistas e dos contratos por disponibilidade. Em consequência, o preço médio de repasse dos contratos (Pmix) foi definido em R\$210,08/MWh.

Já a retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anterior e a inclusão dos novos representou um aumento de 5,06%, explicado, principalmente, pelo aumento da cota da CDE (a partir de setembro de 2018) e pela ocorrência de despesas com Itaipu, Cotas, Contratos por Disponibilidade e Risco Hidrológico sem a devida cobertura tarifária ao longo de 2018. Na época, esses custos foram suportados pela Light e agora a ANEEL está repassando aos consumidores, conforme determina o contrato de concessão.

No que se refere ao repasse das perdas regulatórias, item incluído nos custos de Compra de Energia, foram mantidos os percentuais definidos na última Revisão Tarifária, de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão para as perdas não técnicas e de 6,34% sobre a carga fio para as perdas técnicas.

Já o reajuste da Parcela B (utilizado pela Light para cobrir seus custos e remunerar seus investimentos) reflete a variação acumulada do IPCA no período, de 3,82%, deduzida do Fator X resultante da soma de 3 componentes: Fator X Pd, de 1,12%, relativo aos ganhos de produtividade; Componente T, de -0,84%, relativo à trajetória de custos operacionais; e Componente Q, de -0,39%, associado ao incentivo pela melhoria dos indicadores de qualidade verificada entre os anos de 2016 e 2017.

Atualização PB	%
IPCA	+ 3,82%
Fator X	-0,11%
<i>Fator X Pd (Produtividade)</i>	<i>+ 1,12%</i>
<i>Componente T (Trajetória Opex)</i>	<i>- 0,84%</i>
<i>Componente Q (Qualidade)</i>	<i>- 0,39 %</i>
Índice de atualização da Parcela B (IPCA – Fator X)	+ 3,93%

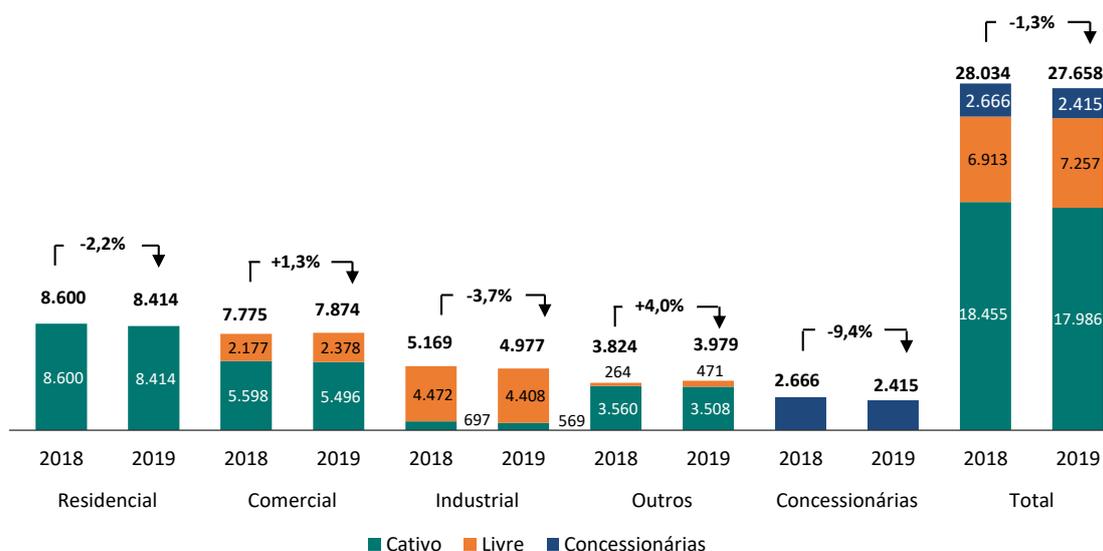
Revisão tarifária extraordinária

Em 26 de março de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou revisão tarifária extraordinária com efeito médio de -2,30%. As novas tarifas entram em vigor a partir de 1º de abril de 2019.

¹ Encargos Setoriais, Custos de Transmissão e Compra de Energia

O cálculo da revisão tarifária extraordinária considera unicamente a incorporação de item financeiro negativo para refletir a quitação antecipada da amortização das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, nos termos da Resolução Normativa nº 612 de 2014.

Evolução do Mercado

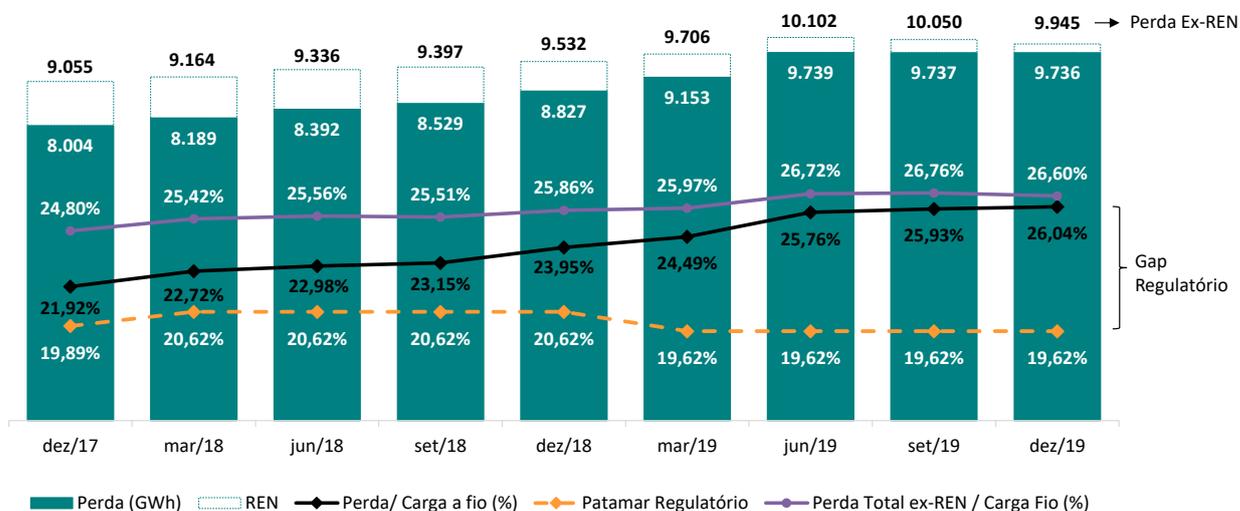


Em 2019, o mercado faturado total apresentou uma redução de 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pela queda de 70% do volume de REN. Expurgando o efeito da REN, o mercado total atingiu 27.449 GWh, isto é, cresceria 0,4% em relação ao ano anterior. Desconsiderando a REN e as concessionárias, o mercado total teria dito um incremento de 1,5% na comparação anual, em linha com o aumento de 1,4% da carga fio.

Na classe residencial observa-se uma queda de 2,2% em relação a 2018, fechando o ano de 2019 em 8.414 GWh faturados. O fator que justifica tal declínio é a redução do volume de REN realizado em 2019 se comparado com o ano anterior.

O mercado da classe comercial apresentou um incremento de 1,3%, isto é, 99 GWh, em relação a 2018 com destaque para o desempenho positivo dos setores de transportes, telecomunicação e supermercados.

Na classe industrial houve uma queda de 3,7% em relação ao ano anterior impactado, sobretudo, pela retração do consumo das siderúrgicas.

Perda de Energia


Com foco na melhoria da gestão, a Companhia passou por um processo de reestruturação da sua área comercial no segundo semestre de 2019. Além da mudança de cerca de 80% nos cargos de liderança dentro da área comercial, as equipes foram descentralizadas por regionais a fim de aumentar a agilidade, utilizar o conhecimento da área local e facilitar a priorização das atividades. Para um melhor controle dos serviços de campo, em cada regional foi criado um Centro de Gestão de Serviços, que realiza o acompanhamento real time das equipes de inspeções de campo, garantindo maior agilidade e assertividade na tomada de decisão.

Outra iniciativa que visa ao aperfeiçoamento na gestão de processos/recursos e ganhos de produtividade é a primarização de mão de obra. A primarização pretende garantir a execução das atividades de combate à perda, priorizando a qualidade da REN, com objetivo de evitar geração de contingências e cancelamentos futuros, bem como assegurar uma boa taxa de arrecadação e aumento na incorporação de energia. Em dezembro/19, foram primarizados 100 funcionários e em janeiro/20 mais 200 foram admitidos, de um total de aproximadamente 1.000 focados no combate ao furto de energia no mercado de baixa tensão.

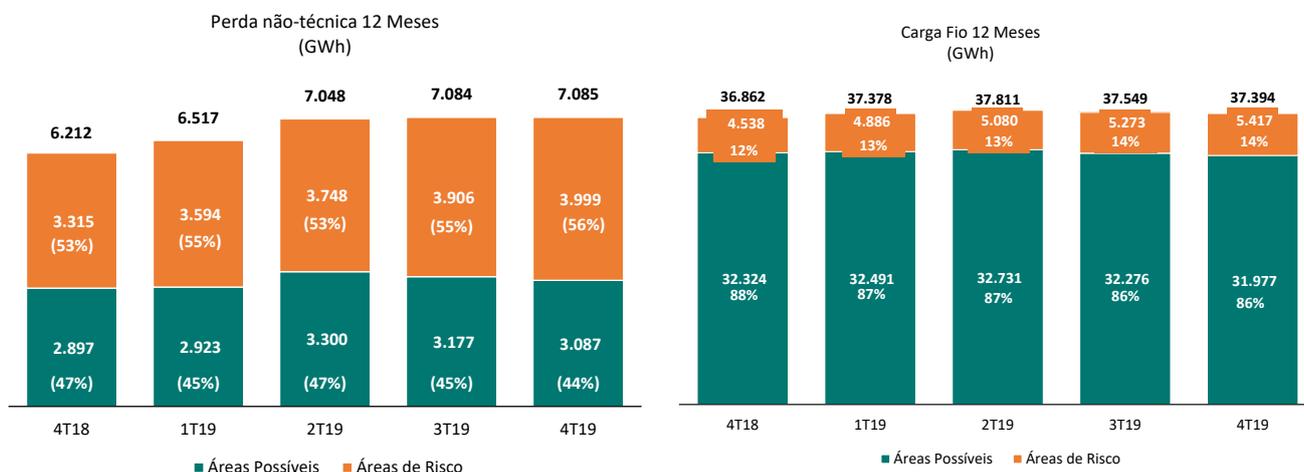
Adicionalmente, os contratos com as empresas prestadoras de serviço de combate a perda foram renegociados. Anteriormente, estes contratos tinham sua remuneração associada à quantidade de inspeções realizadas documentadas em termos de ocorrência (TOI). Com intuito de melhorar a qualidade da REN, os contratos passaram a ser remunerados por *fee* de sucesso, isto é, além da parcela fixa (para cobrir os custos fixos) os prestadores contam com um pagamento atrelado à incorporação de energia (IEN).

Além das atividades de campo convencionais, contamos com outras ações de combate à perda. Alguns exemplos que estão em curso são:

- (i) formalização e incorporação de energia de clientes que estavam cortados;
- (ii) regularização de condomínios clandestinos; e
- (iii) blindagem de rede de clientes de poder aquisitivo médio com elevada reincidência de furto de energia em áreas possíveis.

Desse modo, a perda total dos últimos 12 meses encerrado em dezembro/19 foi de 9.736 GWh vs. 8.827 GWh em dezembro/18. O indicador de perda total sobre a carga fio em dezembro/19 encerrou em 26,04% contra 23,95% em dezembro/18.

Atualmente, a Companhia está 6,42 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,62%², conforme parâmetros definidos pela Aneel na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, já ajustados pelo mercado de referência para os próximos 12 meses homologado pela Aneel na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/19.



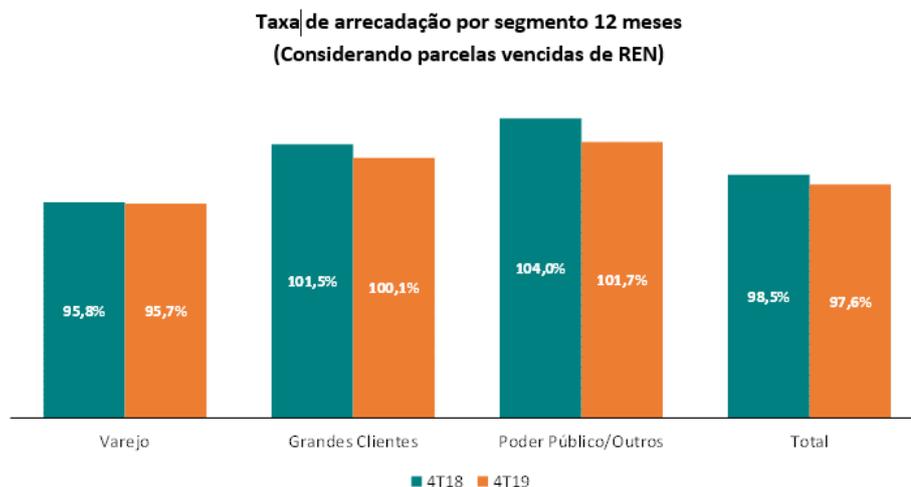
Ao final de 2019, a perda não-técnica (12 meses) das áreas de risco representou 56% ou 3.999 GWh. A medição nessas áreas será aprimorada com a conclusão da instalação de medidores de fronteira, prevista para ser concluída no 1T20. Nas áreas possíveis, a perda não-técnica encerrou o trimestre em 3.087 GWh (44%), um aumento de 190 GWh em relação a 2018.

A IEN total de 2019 foi de 288 GWh versus 268 GWh realizados em 2018. O volume de REN, por sua vez, apresentou uma redução de 70,3% na comparação anual, atingindo 209 GWh em 2019.

Vale destacar que a Light mantém parceria com a Polícia Civil, por meio da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), que frequentemente fornece apoio às inspeções de fraude, notadamente de grandes clientes, efetuando registros de ocorrência e prisões. Em 2019, foram abertos 159 registros de ocorrência e realizadas 47 prisões. Tal atitude tem como principal objetivo moralizar a população e disseminar a cultura de que o furto de energia é crime.

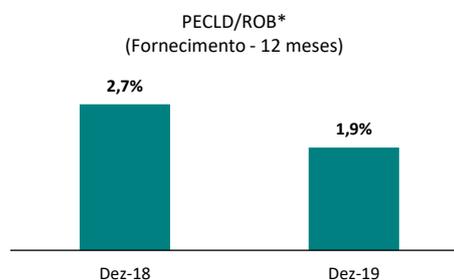
² Calculado com base nos patamares de repasse de perdas fixados pela ANEEL na 4ª Revisão Tarifária Periódica (4ª RTP), homologada em 15 de março de 2017 para o período 2017-2022, quais sejam: 6,34% de perdas técnicas sobre a carga fio e 36,06% de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão. Esse percentual pode variar ao longo do ciclo em função do desempenho do mercado de baixa tensão e da carga fio.

Arrecadação



O índice de arrecadação total média móvel 12 meses com término em dezembro/19 atingiu 97,6%, 0,9 p.p. abaixo da apresentada no 4T18 (98,5%), a qual foi impactada pelo acordo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro realizado em novembro e dezembro/19 no valor de R\$110 milhões, por meio de compensação com valores a pagar de ICMS. Os demais setores seguem apresentando boa performance.

O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta 12 meses ajustado encerrado em dezembro/19 foi de 1,9%, 0,1 p.p. abaixo do índice do 3T19 e 0,8 p.p. abaixo do 4T18.



Considerando o efeito não-recorrente ocorrido devido à PECLD extraordinária, temos um indicador de 5,0%.

Qualidade dos Serviços

Os índices de qualidade mensurados em 2019 tiveram melhores resultados em função do aperfeiçoamento dos processos operacionais implantados ao longo do ano.

Indicador	2018	2019	Meta do 5º Termo Aditivo da ANEEL (2019)
DEC	7,78	7,77	8,23
FEC	4,44	4,31	5,72

Apesar do cenário positivo para esses indicadores, vale ressaltar, que, especialmente no início do ano, enfrentamos condições climáticas severas, com ventos em velocidades superiores a 100 km/h, que

provocaram queda de árvores, estruturas metálicas, telhados, entre outras ocorrências, danificando a rede elétrica, obstruindo vias de acesso e dificultando a locomoção das equipes de emergência.

O DEC em dezembro/19 foi de 7,77 horas, praticamente em linha com o resultado dezembro/18, de 7,78 horas e bem como 5,6% abaixo do limite estabelecido pela ANEEL no contrato de concessão para 2019 de 8,23 horas.

O FEC em dezembro/19 alcançou o resultado de 4,31 vezes, 2,9% abaixo em relação a dezembro/18, e também 24,7% abaixo do limite estabelecido pela ANEEL no contrato de concessão, de 5,72 vezes.

Adicionalmente, pode-se destacar algumas iniciativas praticadas em 2019 que contribuíram para o alcance desse resultado, são elas:

- Primarização das equipes de emergência, linha viva, poda de árvores e medição de carga;
- Instalação de equipamentos de proteção da rede área;
- Avanço do projeto *self healing* (reconfiguração automática);
- Substituição da chave à óleo por gás na rede subterrânea; e
- Novas ferramentas de gestão integrada.

Atendimento ao Cliente

A Light investe continuamente para aprimorar a forma como se relaciona com seus clientes e aumentar a diversidade dos canais que coloca à disposição. A Companhia tem buscado simplificar processos com o objetivo de ser ainda mais ágil e eficiente nas respostas às demandas recebidas.

Estão sendo desenvolvidas inúmeras iniciativas para promover a transformação digital, estimulando o atendimento virtual e ao autoatendimento. São diversas soluções que buscam atender às necessidades do cliente, agregando valor à sua experiência e provocando uma percepção positiva, e às necessidades da Companhia, no sentido de reduzir os custos com lojas, *call center* e e-mails, os canais mais caros para a empresa.

Como principais tecnologias, a Companhia está apostando em atendimentos via *chatbot*, reconhecimento automático de documentos por meio de OCR e automatização dos principais serviços. Além disso, processos estão sendo revistos para aumentar a eficiência operacional.

Em 2019, houve um crescimento do *share* dos canais virtuais e automáticos, que passaram a representar 88,2%.

Geração

Em 2019, o volume de venda no ACL ficou praticamente em linha se comparado a 2018 enquanto que a compra no ACL foi de 4,1% abaixo em virtude da política de hedge da Light Energia.

Projetos em Geração

Compra e Venda de Energia (MWm)*	2019	2018	Varição 2019/2018
Venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL)	540	543	-0,4%
Venda no Spot (CCEE)	45	44	1,9%
Compra no Ambiente de Contratação Livre (ACL)	128	134	-4,1%
Compra no Spot (CCEE)	17	18	-7,4%

* Valores incluem as Usinas: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes

Pequena Central Hidrelétrica Lajes

Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014. Em julho/2018, a PCH Lajes recebeu o despacho 1.643/2018 da SFG/Aneel autorizando o início das operações comerciais para 21 de julho de 2018.

Belo Monte

Em outubro de 2011, a Amazônia Energia, cujos sócios são Light (25,5%) e Cemig (74,5%), adquiriu 9,77% da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. Localizada no Rio Xingu, no estado do Pará, a UHE Belo Monte é a quarta maior usina hidrelétrica do mundo e a maior 100% brasileira. Tem capacidade instalada de 11.233 MW e Garantia Física de 4.571 MW médio. Em 2019 entraram em operação comercial as últimas 6 unidades. Totalmente concluída e pronta para a plena operação, Belo Monte é inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019.

Lightger

A Lightger foi criada com objetivo de implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi, com potência instalada correspondente a 25,7 MW e duas unidades geradoras, que entraram em operação em 2012. Atualmente, a Light S.A. possui 51% da participação da Lightger e a Cemig GT tem 49%.

Guanhães Energia

Em fevereiro de 2012, a Light Energia adquiriu 51% de participação na Guanhães Energia S.A., sendo a Cemig GT detentora dos demais 49%. A Guanhães é responsável pela implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães (14MW), Senhora do Porto (12MW), Fortuna II (9MW) e Jacaré (9MW), totalizando 44MW de potência instalada. As PCHs estão localizadas nos rios Guanhães e Corrente Grande, no Estado de Minas Gerais.

Em 2018, as PCHs Senhora do Porto e Dores de Guanhães entraram em operação comercial, enquanto que as PCHs Fortuna II e Jacaré tiveram início operacional em 2019.

Renova Energia

Em 13 de outubro de 2019, a Light Energia assinou um contrato para vender a totalidade de suas ações na Renova equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia pelo valor de R\$1,00, ao CG I Fundo de Investimento (“CG”). Também no âmbito desta operação, a LightCom cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG. Após notificações à BNDESPAR quanto ao direito de tag along total e à Cemig GT quanto ao direito de preferência e de tag along, a transação foi concluída com efetiva transferência de ações em 15 de outubro de 2019.

Assim como a Renova, Belo Monte, Lightger e Guanhães fazem parte da estratégia de desinvestimentos em ativos *non core* da Companhia.

Comercialização

A Light Com em 2019 comercializou o volume total de 665 MWm, 16,2% abaixo do volume de 2018, de 793 MWm. A redução do volume comercializado foi ocasionada sobretudo pelos seguintes fatores: (i) término da vigência de alguns contratos de longo prazo para consumidores finais e (ii) da redução das operações de curto prazo com as comercializadoras.

O EBITDA³ da comercializadora em 2019 foi negativo em R\$126 milhões frente R\$127 milhões em 2018. Esta queda é explicada pela provisão de perda dos valores referentes a adiantamentos de faturas de energia e indenização operacional em favor da Renova, cuja situação econômico-financeira se deteriorou ao longo do terceiro trimestre de 2019.

Retirando o efeito não-recorrente, o EBITDA de 2019 foi de R\$130 milhões, R\$3 milhões acima de 2018.

Investimentos

O valor total de investimentos no ano de 2019 foi de R\$885 milhões, 10,8% acima se comparado ao ano anterior. O maior volume de Capex foi no segmento de distribuição (R\$815 milhões). Os investimentos foram destinados ao desenvolvimento de redes de distribuição e expansão da alta tensão, com o intuito de aumentar a robustez da rede, melhorar a qualidade do fornecimento e reduzir o nível de carregamento dos circuitos de alta tensão.

Adicionalmente, foram dispendidos R\$229 milhões no projeto de combate à perda de energia – maior número de equipes no campo para intensificação das inspeções e normalizações dos clientes de baixa tensão e atualização dos medidores eletrônicos existentes para uma tecnologia mais avançada – e na continuidade do investimento em balanço energético na rede de Smart Grid.

³ O EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.

Em 2019, a Light Energia realizou investimentos no montante de R\$69 milhões, representando um incremento de 25,9% em relação ao ano de 2018. Esse aumento reflete o maior Capex em projetos de modernização dos sistemas de bombeamento do parque gerador e na reposição de ativos.

Os aportes realizados em ativos *non-core* nos quais a Light detém participações (Belo Monte, Guanhães, Itaocara e Axxiom) totalizaram R\$54 milhões em 2019, uma queda de 41% em comparação a 2018.

Considerando os aportes nas investidas, o investimento total da Companhia soma R\$939 milhões em 2019, +5,5% de variação em relação ao ano passado.

Comentário Financeiro

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção, totalizou em 2019 R\$12.663 milhões, 12,0% acima da registrada em 2018.

A Light SESA contribuiu, positivamente, com o impacto do Reajuste Tarifário homologada em março de 2019 e com impacto da decisão favorável referente ao processo judicial que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. No terceiro trimestre, a Companhia contabilizou uma receita de R\$1.086 milhões referente aos valores dos créditos a serem restituídos de janeiro/02 a agosto/09.

Já a receita líquida da Light Energia em 2019 foi em linha com o ano de 2018.

No ano, a receita líquida da Light Com totalizou em R\$1.123 milhões, 16,6% abaixo de 2018. Esta redução é decorrente do término da vigência de alguns contratos de longo prazo para consumidores finais. Também houve redução das operações de curto prazo com as comercializadoras.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, encerraram o ano de 2019 em R\$11.289 milhões, 11,0% superior ao apurado em 2018. Tal variação é reflexo, principalmente, do aumento das provisões/contingências que foi de R\$412,6 milhões, R\$173,4 milhões acima do registrado em 2018.

Este aumento pode ser explicado, conforme abaixo:

- Maior volume de processos judiciais na área cível e na área de juizado especial cível, principalmente relacionados a processos comerciais;

- Provisão referente ao Programa de Demissão Voluntária no valor de R\$21 milhões; e
- Duas multas regulatórias: no terceiro trimestre de 2019 foi provisionado R\$25 milhões em função do julgamento da Aneel de processo administrativo referente à manutenção e operação de rede subterrânea da Light. No quarto trimestre a multa de R\$37 milhões está relacionada ao processo administrativo referente à fiscalização comercial ocorrida em 2017. Apesar deste provisionamento, a Light segue atuando junto à ANEEL com objetivo de reduzir o valor da multa dado que o processo ainda não foi julgado.

Adicionalmente, em 2019 verificou-se um incremento na PECLD que encerrou o ano em R\$1.127,1 milhões frente ao apurado em 2018 de R\$434,8 milhões. Este aumento foi decorrente, principalmente, da PECLD extraordinária ocorrida no quarto trimestre, no valor de R\$525 milhões. Realizamos uma ampla reavaliação do contas a receber da companhia, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro dos saldos em aberto. Essa iniciativa está alinhada ao novo plano de combate à perda após o diagnóstico concluído em meados do último trimestre.

EBITDA Ajustado⁴

No ano, o EBITDA Ajustado foi de R\$1.962 milhões, 16,5% acima dos R\$1.684 milhões de 2018, com margem de 15,5%, aumento de 0,6 p.p. em comparação ao registrado no ano anterior. Este aumento pode ser explicado pelo trânsito em julgado do processo judicial que deu direito à Light SESA excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, com efeito retroativo a janeiro/02. Com isso, a Light constituiu no terceiro trimestre de 2019 créditos de PIS/COFINS a recuperar de R\$6.169 milhões. Com base em pareceres de assessores legais e na legislação vigente, a Companhia entende que parte dos créditos a serem recebidos devem ser objeto de restituição aos seus consumidores (R\$3.573 milhões), considerando um período de devolução dos últimos 10 anos (setembro/09 a agosto/19).

Resultado Líquido

Em 2019, a Light S.A. apurou um lucro líquido de R\$1.328 milhões, R\$1.077 milhões superior apresentado no ano anterior. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pela Receita Financeira da distribuidora em razão da atualização do crédito de PIS/COFINS (R\$1.461 milhões). O impacto total da causa no resultado do terceiro trimestre de 2019 foi de R\$1.636 milhões, líquido de impostos.

⁴ EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado representa o EBITDA CVM menos equivalência patrimonial e outras receitas/despesas operacionais. A Companhia adotou o EBITDA Ajustado para realizar as análises descritas ao decorrer deste documento.

Endividamento

Em julho, finalizamos o *follow-on* da companhia, com uma tranche primária e outra secundária. A transação contou com a participação de acionistas nacionais e internacionais e captou mais de R\$1,8 bilhão, que foi totalmente aportado na Light SESA. Esses recursos permitiram o fortalecimento do caixa e o reperfilamento da dívida com iniciativas de pré-pagamento e novas captações.

Essa atuação, conhecida como *liability management*, tem o objetivo de otimizar o perfil de dívida, reduzir os custos financeiros e assim propiciar geração de valor para nossos acionistas.

Entre as principais realizações citamos:

- Resgate antecipado total da 14ª emissão de debêntures da Light SESA, no Banco do Brasil, no valor de R\$ 328 milhões. A operação tinha o custo de CDI + 3,50% a.a. com vencimento em março de 2021;
- Encerramento de operações de swap referentes à 9ª emissão de debênture da Light SESA, 1ª série, pelo montante total de R\$ 101 milhões, cujo valor nominal era de R\$ 500 milhões com custo de IPCA + 7,82% a.a. e vencimento em maio de 2021;
- Pagamento antecipado de USD 90 milhões, de um total de USD 180 milhões, do financiamento da Light SESA com o Citibank, cujo custo era de CDI + 2,2% a.a., sendo o saldo remanescente reperfilado a CDI + 1,5% a.a., com vencimento em agosto de 2021;
- Captação pela Light Energia com o Citibank de USD 80 milhões ao custo de CDI + 1,30% a.a. e vencimento tipo *bullet* em dois anos;
- Resgate antecipado de 35% dos *bonds* no montante equivalente a USD 210 milhões, sendo USD 140 milhões para a Light SESA e USD 70 milhões para a Light Energia. O saldo remanescente dos *bonds*, no valor de USD 390 milhões, permanece com o vencimento original de maio de 2023, com opção de resgate a partir de maio de 2021;
- Liquidação da 17ª emissão de debêntures da Light SESA no valor total de R\$ 700 milhões, por meio de três séries;
- Amortização antecipada da totalidade do saldo devedor do contrato de financiamento do Capex 2015/16 da Light SESA com o BNDES, no montante de R\$ 292,6 milhões. O vencimento original desse contrato ocorreria em março de 2023 e possuía subcréditos ao custo de SELIC + 4,08% a.a. e TJLP + 3,74% a.a.; e
- Liquidação da 5ª emissão de notas promissórias da Light SESA no valor total de R\$ 300 milhões.

Nesse sentido, a dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$8.428 milhões, apresentando uma redução de 13,1%, em relação à posição em 31 de dezembro de 2018. Já a dívida líquida totalizou R\$6.750 milhões, queda de 15,8% em comparação a 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA para *covenants* passou de 3,63x em dezembro de 2018 para 2,98x em dezembro de 2019, abaixo do limite da maioria dos *covenants* dos contratos de dívida de 3,75x. O indicador de *covenants* EBITDA/Juros encerrou 2019 em 3,38x, acima do limite inferior de 2,0x (ante 3,17x em 2018).

Como consequência de um perfil de dívida mais saudável para a companhia, destacamos também o impacto positivo no rating. Em setembro de 2019, a Moody's elevou o rating na escala nacional para A2.br de A3.br e afirmou na escala internacional o rating de Ba3, mantendo ambos com a perspectiva estável. No mesmo mês, a S&P Global atribuiu o rating AA+ na escala nacional à 17ª emissão de debêntures da Light Sesa.

As captações nos ajudam a manter uma posição de caixa elevada nessa estratégia de pagamento das dívidas mais “caras” e a começar o ano de 2020 com uma posição de caixa robusta, de cerca de R\$1,7 bilhão, o que permite enfrentar os desafios do próximo ciclo.

Atualmente, também temos uma dívida mais diversificada, graças às emissões realizadas, como *bonds*, fundo de investimentos em direitos creditórios, debêntures de infraestrutura e debêntures institucionais a mercado.

Não obstante as iniciativas já realizadas, vamos continuar monitorando o mercado de capitais local e internacional para nos beneficiarmos de oportunidades de mercado que permitam novas captações e, assim, reduzir ainda mais o custo médio e alongar o prazo de amortização da dívida

Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Light S.A. era composto por 303.934.060 ações ordinárias.

As ações da Light estão listadas no Novo Mercado da B3 desde julho de 2005. As ações da Companhia compõem o IBrX 100, IBrA, IGC, ITAG, IGCT, IGC – NM, SMLL, ISE e IEE. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (*Over-the-Counter* - OTC), através de ADR Nível 1, sob o *ticker* LGSXY.

Quanto ao desempenho das ações da Light S.A. (LIGT3), nota-se valorização de 45,4% em comparação a 2018. Em dezembro de 2019, a ação da Light estava cotada em R\$23,76 enquanto que, em 2018, o papel encerrou o exercício a R\$16,34. O valor de mercado (nº de ações x valor da ação) da Companhia encerrou o ano em aproximadamente R\$7,2 bilhões.

O Conselho de Administração da Light é composto por 9 membros, sendo atualmente 7 deles considerados independentes. Para o auxílio do Conselho de Administração existem 3 comitês: Comitê de Operações e Finanças; Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade.

Composição acionária

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2019 era: CEMIG (22,58%), BNDESPAR (5,96%) e os demais acionistas (71,46%).

Distribuição de Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia no sentido de destinar o lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no montante total de R\$165.782.566,46 da seguinte forma: (i) Constituição de Reserva Legal no valor de R\$8.289.128,32; (ii) o valor de R\$39.373.359,53 a serem pagos aos acionistas a título de dividendos, equivalente a R\$ 0,19306907 por ação ordinária (Light S/A ON); (iii) constituição de Reserva de Retenção de Lucro, no valor de R\$134.635.717,96.

Compromisso com o Futuro

Gestão de Gente

Em 2019, a Light deu início ao seu processo de *turnaround*, com o objetivo mudar substancialmente o desempenho da Companhia e recuperar sua performance.

Para dar suporte ao *turnaround* é necessário o comprometimento de todos os colaboradores e, nesse sentido, o Jeito de SER Light foi reposicionado com elementos mais adequados a processos de ruptura, essenciais para o alinhamento organizacional. O Novo Jeito de SER Light valoriza e estimula a sinergia e a integração entre as áreas para um resultado coletivo (#umasólight), formando um único time, com um único propósito: ser a melhor empresa de energia do Brasil.

O Novo Jeito de SER Light persegue uma cultura de resultados, segurança e meritocracia; fomenta um ambiente de engajamento, desenvolvimento e alta performance para a superação dos desafios; e cria valor para os *stakeholders* por meio de uma empresa sustentável e rentável.

Do ponto de vista cultural, em 2019, o Novo Jeito de SER Light foi adotado por toda a liderança da Light. E para engajar a força de trabalho, formada por mais de 12 mil profissionais próprios e terceirizados, foram realizadas uma série de ações para informar e conscientizar sobre o novo direcionamento que estávamos dando para a Companhia.

No que diz respeito à gestão do conhecimento, essa é uma preocupação constante da Companhia, pois há o desafio de manter os colaboradores atualizados e alinhados com as especificidades técnicas do setor e com as diretrizes de segurança da Light.

Além dos treinamentos online e presenciais tradicionais, existem duas frentes para reter o conhecimento técnico:

- Internalização dos treinamentos: estrutura interna dedicada a elaborar e atualizar procedimentos, instruções e materiais didáticos, para disseminar os conhecimentos normativos e operacionais a todos os colaboradores;

- Programa Educadores Light: profissionais técnicos que atualizam e elaboram procedimentos operacionais, bem como apoiam a Academia Light nos treinamentos operacionais.

Quanto ao Programa de Qualidade de Vida, além das ações já tradicionais que estimulam a adoção de práticas saudáveis e oferecem atendimento social e psicopedagógico para os colaboradores, em 2019 a Light aderiu à licença paternidade de 20 dias e organizou, para os futuros papais, encontros para orientar, informar e sensibilizar sobre o papel do pai na construção de uma relação saudável com filhos e esposas. Com a Licença Maternidade Cidadã, o programa Bebê Saúde (orientação durante a gestação e os primeiros anos de vida), a Sala de Apoio à Amamentação e a Licença Paternidade Cidadã, foi criada uma importante rede de apoio para as famílias dos colaboradores da Light.

Segurança no Trabalho

A Light, além de aplicar recursos na melhoria de processos e procedimentos, continua investindo em capacitação e sensibilização de toda a sua força de trabalho, com o objetivo de mudar completamente a cultura de segurança, reduzir os eventos acidentais e garantir mais qualidade de vida para seus colaboradores.

Como resultado, a Companhia encerrou o ano sem nenhum acidente fatal envolvendo sua força de trabalho durante as atividades em campo e nos escritórios, reflexo das ações de prevenção implantadas e do engajamento em mudanças de comportamento e atitudes por toda a força de trabalho.

Em setembro de 2019, foi implantado o método 100% Seguro – Índice de Segurança Light (ISL), que tem como objetivo sinalizar o grau de segurança das operações, num formato de atuação preventiva. No fim de 2019, alcançamos o resultado de 98%, dentro da margem classificada como “Seguro”.

Os indicadores de frequência e gravidade de 2019 ficaram em 3,27 e 130, respectivamente, representando um aumento quando comparados com os dois últimos anos. Contudo, a maioria dos acidentes foram ocorrências de baixo potencial de gravidade, como contusões, torções e escoriações. Com o objetivo de reduzir essas ocorrências, as ações preventivas foram intensificadas.

Quanto ao índice de absenteísmo, em 2019, ele ficou em 2,29, acima do resultado obtido em 2018, impactado pela primarização de vários segmentos. Para reduzir esse índice, a Light realizou atendimento ambulatorial em seu posto médico e reforçou a avaliação médica presencial nos casos de afastamento superior a três dias e reincidências de afastamento por motivos correlatos.

No que se refere à segurança da população, em 2019, foram 18 ocorrências, seis a menos do que em 2018, uma queda de 25%. Para reduzir esse número, ao longo do ano, foram realizadas inspeções e acompanhamento das atividades em campo, sempre observando as possíveis situações de risco. Quando encontradas, são informadas à área envolvida para que a população próxima seja imediatamente comunicada dos riscos.

Esse trabalho estende-se a toda a área de concessão da Light, como em comunidades e escolas, por exemplo, onde são conscientizados sobre os perigos da rede elétrica e é reforçada a importância de se adotar medidas pessoais de segurança.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2019, o investimento total no Programa de P&D, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi de R\$29 milhões, sendo R\$26 milhões referentes a projetos desenvolvidos na Light SESA e R\$3 milhões, na Light Energia.

A estratégia de atuação de projetos de P&D pautou-se no atendimento dos grandes desafios da Companhia, que são o combate ao furto de energia e a melhoria dos indicadores de qualidade. Dos 45 projetos em andamento, 12 deles propunham soluções para o combate à perda não-técnica e 11 estavam voltados à melhoria dos indicadores de qualidade. Na execução desses projetos, contribuíram parceiros tecnológicos com diferentes características, como universidades, indústrias e startups.

A ideia é valorizar as soluções de P&D aplicadas no dia a dia, que possam contribuir para melhorias tecnológicas e de processos, culminando numa melhor qualidade do serviço.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

As boas práticas na gestão ambiental permeiam as atividades de diferentes áreas da Light. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Companhia, baseado na norma internacional ISO 14.001, foi implantado em 2001, com o objetivo de estabelecer padrões de qualidade ambiental em suas atividades de distribuição e geração de energia elétrica. Atendendo aos requisitos de gestão ambiental, o sistema permite prevenir impactos, evitar multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia. Além da certificação na ISO 14.001, as usinas hidrelétricas da Light possuem certificação nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18.001 e na ISO 9.001 de qualidade, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI). Atualmente a Light SESA possui cerca de 88% das unidades certificadas no SGA e a Light Energia possui 100% de suas usinas certificadas no SGI.

As atividades da Companhia são avaliadas continuamente por meio de inspeções, auditorias internas e de terceira parte. O treinamento é parte essencial para gestão e execução de atividades relacionadas aos impactos ambientais significativos, controle de riscos ou que influenciem diretamente na qualidade do produto.

Responsabilidade Social

A sustentabilidade da Companhia está relacionada com o desenvolvimento de sua área de influência e, conseqüentemente, com o Estado do Rio de Janeiro. Ao prover energia e soluções para o uso eficiente de energia, a Light é impulsionadora do processo de desenvolvimento.

A Light promove programas e projetos que estimulam o desenvolvimento sustentável, melhoram a qualidade de vida da população da área de concessão e fortalecem o relacionamento da Companhia com locais muito carentes e de difícil acesso. Esses projetos são realizados por meio do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela ANEEL, e do Instituto Light.

Por meio do PEE, a Light direciona recursos para ações em municípios, hospitais, creches e demais entidades filantrópicas. Ademais, a Companhia realiza ações voltadas para os consumidores que geram condições de emprego e renda, como os segmentos comercial e industrial de micro, pequeno e médio porte. Como destaque, temos ainda as ações realizadas nas comunidades do entorno por meio dos projetos Comunidade Eficiente e Light Recicla.

A atuação da Light continua sendo muito impactada pela insegurança pública nas comunidades do Rio de Janeiro. Em 2019, a atuação dos profissionais da Companhia foi limitada em função da falta de acesso a esses territórios dominados pelo tráfico de drogas, milícias e pela violência.

A estratégia da Light para chegar até esses clientes, garantindo a segurança de sua equipe, foi o relacionamento com escolas públicas, unidade de saúde e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Por meio da intensificação dos diálogos com esses agentes, a Light pôde conscientizar e disseminar informações sobre consumo consciente da energia, prejuízos causados pelo furto e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Outra estratégia que trouxe bons resultados foram os diálogos com líderes de associações de moradores, alunos e professores, clínicas e ONGs que já atuam com projetos sociais e culturais nessas comunidades.

As necessidades das comunidades são identificadas por meio de entrevistas com moradores, lideranças formais e informais, professores e diretores de escolas e profissionais de saúde que trabalham nesses locais. Os resultados desse mapeamento socioeconômico ajudam a Light a definir suas estratégias de atuação.

Com todas essas ações postas em prática, a Light tem conseguido atuar de forma regular nas comunidades que consegue acessar, fazendo não apenas atendimentos de emergência, mas também manutenção na rede de distribuição e recuperação de energia.

Ao longo de 2019, foram investidos R\$3,2 milhões no Projeto Comunidade Eficiente, direcionados à substituição de 674 geladeiras e 21.773 lâmpadas por outras mais eficientes, beneficiando 1.338 clientes com a redução do consumo em suas contas de energia. Além disso, foram realizadas palestras e eventos educativos. Com essas ações, a Light conseguiu chegar a quase quatro mil clientes de baixa renda nas comunidades no Rio de Janeiro.

Ainda em 2019, foram investidos R\$1,8 milhão no Light Recicla, projeto sustentável de geração de renda que troca resíduos recicláveis por bônus na conta de energia elétrica. Vale destacar as novas parcerias feitas com redes de hotéis, escolas públicas e privadas, museus e mercados e o comprometimento das unidades operacionais e administrativas da Light em direcionar os seus resíduos para o Light Recicla.

O resultado dessas iniciativas pode ser demonstrado em números: a Light creditou R\$389 mil em desconto nas contas de energia dos clientes e das instituições sociais cadastradas no Light Recicla, um aumento de, aproximadamente, 44% em relação a 2018. Em relação aos resíduos gerados pela própria Light, 39 toneladas foram destinadas à reciclagem, o que gerou um desconto de R\$11,7 mil nas contas de energia das instituições sociais cadastradas.

Além dos projetos supracitados, a Companhia conta com a atuação do Instituto Light que vincula responsabilidade social à lucratividade da empresa. Temas como consumo consciente da energia elétrica, segurança com a rede elétrica e prejuízos causados pelo furto de energia são tratados de forma criativa, diferenciada, lúdica e didática. Dessa maneira, conseguimos transmitir conteúdos e conceitos de extrema importância, ao mesmo tempo em que o público visitante estabelece uma experiência positiva com a marca Light.

Os projetos patrocinados pela Light fomentam e democratizam o acesso à cultura, contribuem com o desenvolvimento econômico dos municípios da área de concessão e auxiliam na elevação da autoestima do Estado do Rio de Janeiro.

Vale destacar que a Lei Estadual 8.266/2018 foi um grande estímulo ao patrocínio empresarial, pois estabeleceu em 100% a dedução fiscal do ICMS devido ao Estado do Rio de Janeiro para investimentos em projetos culturais e esportivos. Essa medida permite a Light estudar uma nova diretriz estratégica de patrocínios, prevendo melhores entregas à sociedade, com aderência à marca e baixo ou nulo impacto financeiro. Dessa forma, em 2019 destinamos R\$37,1 milhões a projetos incentivados contra R\$7,1 milhões no ano anterior. Desse total, R\$552 mil foram recursos próprios da Light, contra R\$1,3 milhão em 2018.

Nesse contexto, patrocinamos dois grandes eventos em 2019:

- **Samba Carioca Patrimônio Cultural do Brasil – Carnaval 2019:** os recursos foram utilizados para compra de insumos e a contratação de mão de obra para a realização dos desfiles na Marquês de Sapucaí. Esse projeto fomentou a indústria do Carnaval, que, anualmente, movimenta cerca

de R\$3,07 bilhões em receitas geradas para a economia da cidade do Rio de Janeiro e emprega quase 25 mil pessoas.

- **Árvore do Rio Light 2019:** o patrocínio contemplou a montagem da grande árvore de natal flutuante na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, além de uma programação cultural e educativa no Parque do Corte Cantagalo, que recebeu mais de 21 mil visitantes.

Outras Informações:

Audidores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que atualmente, a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”) é a responsável pelos serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light. Vale ressaltar que a EY prestou serviços profissionais em conexão com a oferta pública de valores mobiliários da Companhia, além de serviços de auditoria de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética. O relatório da administração pode incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

BALANÇO SOCIAL

LIGHT S.A

1 - Base de Cálculo	2019			2018		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	13.389.567			11.970.547		
Resultado operacional (RO)	1.325.701			1.047.569		
Folha de pagamento bruta (FPB)	429.819			403.239		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	31.746	7%	0%	37.075	9%	0%
Encargos sociais compulsórios	68.711	16%	1%	86.065	21%	1%
Previdência privada	7.080	2%	0%	8.097	2%	0%
Saúde	22.728	5%	0%	26.372	7%	0%
Segurança e saúde no trabalho	1.065	0%	0%	552	0%	0%
Educação	1.066	0%	0%	844	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.700	1%	0%	1.853	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	1.034	0%	0%	1.417	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	36.916	9%	0%	35.468	9%	0%
Outros	6.740	2%	0%	7.867	2%	0%
Total - Indicadores sociais internos	179.786	42%	1%	205.610	51%	2%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.156	0%	0%	4.307	0%	0%
Cultura	36.089	3%	0%	6.664	1%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	8	0%	0%
Esporte	1.021	0%	0%	950	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	58.577	4%	0%	37.704	4%	0%
Total das contribuições para a sociedade	97.843	7%	1%	49.632	5%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.687.274	504%	50%	6.259.817	598%	52%
Total - Indicadores sociais externos	6.785.117	512%	51%	6.309.449	602%	53%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	33.214	3%	0%	40.224	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	33.214	3%	0%	40.224	4%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	5.186			4.712		
Nº de admissões durante o período	918			965		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.417			7.861		
Nº de estagiários(as)	55			57		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.014			970		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.103			1.057		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	22%			21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.757			2.406		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	21%			21%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	186			199		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019			Metas 2020		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	49,25			ND		
Número total de acidentes de trabalho	58			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 260.761	no Procon 755	na Justiça 101.984	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 96,54%	no Procon 100%	na Justiça 54,7%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2019: 11.480.791			Em 2018: 10.232.687		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74,12% governo 3,69% colaboradores(as)			81,29% governo 3,86% colaboradores(as)		
	2,75% acionistas 10,63% terceiros 8,81% retido			0,00% acionistas 13,24% terceiros 1,62% retido		
7 - Outras Informações	*O Resultado operacional não contempla os resultados de equivalência patrimonial					



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Light S.A. CNPJ 03.378.521/0001-75
Companhia de Capital Aberto



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. ENTIDADES DO GRUPO	8
3. BASE DE PREPARAÇÃO	12
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	29
7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	29
8. CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE ICMS	32
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	33
10. TRIBUTOS DIFERIDOS	34
11. OUTROS CRÉDITOS	35
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	35
13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	37
14. ATIVO DE CONTRATO	38
15. INVESTIMENTOS	39
16. IMOBILIZADO	46
17. INTANGÍVEL	49
18. FORNECEDORES	52
19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	52
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	53
21. DEBÊNTURES	59
22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS	62
23. CONTINGÊNCIAS	67
24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	75
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO	80
26. OUTROS DÉBITOS	82
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	82
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
29. DIVIDENDOS	87
30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	88
31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	88
32. RECEITA LÍQUIDA	91
33. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E RECEITA DE USO DA REDE	92
34. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	92
35. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	93
36. RESULTADO FINANCEIRO	94
37. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO	94
38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	95
39. SEGUROS	108
40. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	109
41. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	111
42. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	112
43. EVENTOS SUBSEQUENTES	112

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.531	73.026	996.338	707.042
Títulos e valores mobiliários	6	8.716	2	681.690	976.798
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	2.536.599	2.855.348
Estoques		-	-	60.009	38.046
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	39	80.904	75.089
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	556	861	135.124	29.786
Ativos financeiros do setor	12	-	-	549.547	564.186
Despesas pagas antecipadamente		141	70	23.125	29.707
Dividendos a receber	15	274.421	18.717	-	-
Serviços prestados a receber		30	259	31.349	90.439
Instrumentos financeiros derivativos swap	38	-	-	-	14.935
Outros créditos	11	2.272	18.676	259.541	253.994
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		357.667	111.650	5.354.226	5.635.370
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	1.113.040	1.013.206
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	6.257.037	52.404
Tributos diferidos	10	-	-	35.931	404.867
Despesas pagas antecipadamente		-	-	125	125
Instrumentos financeiros derivativos swap	38	-	-	372.854	424.424
Depósitos vinculados a litígios	22	654	601	272.853	294.906
Outros créditos	11	-	-	-	84.260
Ativos financeiros do setor	12	-	-	112.520	148.469
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	4.748.294	4.271.861
Ativo de contrato	14	-	-	496.953	330.240
Investimentos	15	6.191.540	3.324.434	579.344	546.622
Imobilizado	16	-	-	1.586.955	1.560.481
Intangível	17	-	-	2.836.915	3.096.468
Ativo de direito de uso	25	-	-	76.721	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.192.194	3.325.035	18.489.542	12.228.333
TOTAL DO ATIVO		6.549.861	3.436.685	23.843.768	17.863.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores	18	1.017	3.840	2.546.345	2.119.660
Tributos e contribuições a pagar	19	18	2.070	172.339	338.911
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	3	56	38.108	13.937
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	551.497	1.041.084
Debêntures	21	-	-	835.821	954.952
Passivos financeiros do setor	12	-	-	-	2.619
Dividendos a pagar	29	315.353	39.373	315.353	39.373
Obrigações trabalhistas		1.547	1.379	86.426	76.606
Obrigações por arrendamento	25	-	-	31.546	-
Outros débitos	26	527	475	600.121	691.267
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		318.465	47.193	5.177.556	5.278.409
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.755.728	4.581.886
Debêntures	21	-	-	3.623.494	3.450.539
Instrumentos financeiros derivativos swap	38	-	-	34.575	111.664
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	348.485	304.553
Tributos diferidos	10	-	-	400.484	208.488
Participações societárias a descoberto	15	-	-	21.835	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	852	-	543.200	476.244
Obrigações por arrendamento	25	-	-	47.810	-
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	-	3.605.664	-
Outros débitos	26	-	-	54.393	62.428
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		852	-	12.435.668	9.195.802
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28	4.051.285	2.225.822	4.051.285	2.225.822
Reserva de capital		3.179	-	3.179	-
Reservas de lucros		1.957.524	929.056	1.957.524	929.056
Ajustes de avaliação patrimonial		320.049	336.107	320.049	336.107
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(101.493)	(101.493)	(101.493)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.230.544	3.389.492	6.230.544	3.389.492
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.549.861	3.436.685	23.843.768	17.863.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	32	-	-	13.389.567	11.970.547
CUSTO DA OPERAÇÃO	34	-	-	(10.043.183)	(9.748.171)
Energia comprada para revenda	35	-	-	(8.211.044)	(7.972.390)
Pessoal e administradores		-	-	(298.958)	(264.134)
Materiais		-	-	(20.787)	(40.648)
Serviços de terceiros		-	-	(334.290)	(361.981)
Depreciações e amortizações		-	-	(562.188)	(523.697)
Custo de construção		-	-	(726.368)	(661.036)
Outras receitas, líquidas		-	-	110.452	75.715
LUCRO BRUTO		-	-	3.346.384	2.222.376
DESPESAS OPERACIONAIS		(31.899)	(54.571)	(2.020.683)	(1.174.807)
Despesas gerais e administrativas	34	(31.102)	(12.478)	(1.971.896)	(1.083.698)
Outras receitas		659	-	24.687	26.023
Outras despesas		(1.456)	(42.093)	(73.474)	(117.132)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15	1.357.817	219.994	(38.367)	(85.407)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		1.325.918	165.423	1.287.334	962.162
RESULTADO FINANCEIRO	36	1.885	359	701.614	(650.772)
Receita		2.835	1.468	1.901.399	643.274
Despesa		(950)	(1.109)	(1.199.785)	(1.294.046)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL		1.327.803	165.782	1.988.948	311.390
Imposto de renda e contribuição social correntes	37	-	-	(96.193)	(81.501)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37	-	-	(564.952)	(64.107)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.327.803	165.782	1.327.803	165.782
Atribuído aos acionistas controladores		1.327.803	165.782	1.327.803	165.782
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	28	5,41	0,81	5,41	0,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	28	1.327.803	165.782	1.327.803	165.782
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		1.327.803	165.782	1.327.803	165.782
Atribuído aos acionistas controladores		1.327.803	165.782	1.327.803	165.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais)

Nota	RESERVAS DE LUCROS							TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018	2.225.822	-	267.847	687.626	352.671	(101.493)	-	3.432.473
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos	-	-	-	(169.341)	-	-	-	(169.341)
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	165.782	165.782
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	(16.564)	-	16.515	(49)
Destinação do resultado do exercício:								
Constituição da reserva legal	29	-	8.289	-	-	-	(8.289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,1931 / ação)	29	-	-	-	-	-	(39.373)	(39.373)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	134.635	-	-	(134.635)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.225.822	-	276.136	652.920	336.107	(101.493)	-	3.389.492
Aumento de capital	28	1.875.000	-	-	-	-	-	1.875.000
(-) Gastos com emissão de ações	28	(49.537)	-	-	-	-	-	(49.537)
Opções de ações outorgadas (stock options)	31	-	3.179	-	-	-	-	3.179
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	1.327.803	1.327.803
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	(16.058)	-	16.018	(40)
Destinação do resultado do exercício:								
Constituição da reserva legal	29	-	66.390	-	-	-	(66.390)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$1,0376 / ação)	29	-	-	-	-	-	(315.353)	(315.353)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	962.078	-	-	(962.078)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	320.049	(101.493)	-	6.230.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		186.975	82.110	451.545	41.487
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(23.351)	(40.845)	1.893.965	1.652.320
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.327.803	165.782	1.988.94E	311.390
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	34	-	-	1.127.169	434.800
Depreciação e amortização	34	-	-	587.187	544.943
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		2.632	-	63.904	11.241
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	36	-	-	176.795	430.918
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		852	-	408.045	234.502
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(829)	(18.317)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	20/21	-	-	691.579	685.136
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	24	-	-	-	2.065
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	7.62C	-
Variação swap	38	-	-	(205.559)	(352.951)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.357.817)	(219.994)	38.367	85.407
Efeito dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	(2.479.456)	-
Opções de ações outorgadas (stock option)		3.179	-	3.175	-
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(108)	(10.910)
Resultado pela venda de participação		-	13.367	-	13.367
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13	-	-	(153.267)	(146.935)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	12	-	-	(359.609)	(572.336)
Variações nos ativos e passivos		210.326	122.955	(1.442.420)	(1.610.833)
Títulos e valores mobiliários		(709)	4	(134.710)	(44.210)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(592.937)	(834.794)
Dividendos recebidos	15	214.491	109.878	3.113	1.852
Tributos, contribuições e impostos a recuperar		344	(24)	(116.640)	70.970
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	407.578	(36.218)
Estoques		-	-	(703)	(1.354)
Serviços prestados a receber		229	(125)	22.256	(7.368)
Despesas pagas antecipadamente		(71)	(70)	6.582	(1.628)
Depositos vinculados a litígios		(53)	(189)	(13.929)	(38.409)
Outros ativos		803	9.207	57.524	(206.560)
Fornecedores		(2.823)	2.663	413.540	105.228
Obrigações trabalhistas		168	(167)	9.820	10.169
Tributos, contribuições e impostos a pagar		(2.105)	2.034	(211.904)	176.907
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(305.107)	(191.066)
Benefícios pós-emprego		-	-	-	(97)
Outros passivos		52	(256)	(176.270)	154.152
Juros pagos	20/21	-	-	(709.829)	(641.148)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(100.804)	(127.259)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(1.974.560)	13.464	(460.048)	(1.667.121)
Recebimento pela venda de participação		14.171	43.377	14.171	43.377
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(92.414)	(87.717)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(757.510)	(670.934)
Aumento de capital nos investimentos	15	(1.980.726)	(29.913)	(54.113)	(91.607)
Resgate de aplicações financeiras		26.902	-	2.767.701	896.762
Aplicações financeiras		(34.907)	-	(2.337.883)	(1.757.002)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		1.786.090	(29.503)	297.799	2.062.748
Recebimento pela emissão de ações	28	1.825.463	-	1.825.463	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(37.625)	-
Dividendos pagos		(39.373)	(29.503)	(39.373)	(29.503)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	2.200.707	4.911.329
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(3.651.373)	(2.764.579)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	24	-	-	-	(54.499)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.495)	66.071	289.296	437.114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.026	6.955	707.042	269.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		71.531	73.026	996.338	707.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas		-	-	20.006.677	19.661.740
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	19.254.052	19.375.666
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	08	-	-	1.086.462	-
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	793.332	720.874
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	34	-	-	(1.127.169)	(434.800)
Insumos adquiridos de terceiros		(21.455)	(45.617)	(9.801.731)	(9.441.977)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	34	-	-	(8.211.044)	(7.972.390)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.455)	(45.617)	(1.590.687)	(1.469.587)
Valor adicionado bruto		(21.455)	(45.617)	10.204.946	10.219.763
Retenções		-	-	(587.187)	(544.943)
Depreciação e amortização	34	-	-	(587.187)	(544.943)
Valor adicionado líquido produzido		(21.455)	(45.617)	9.617.759	9.674.820
Valor adicionado recebido em transferência		1.360.652	221.462	1.863.032	557.867
Resultado de equivalência patrimonial	15	1.357.817	219.994	(38.367)	(85.407)
Receitas financeiras	36	2.835	1.468	1.901.399	643.274
Valor adicionado total a distribuir		1.339.197	175.845	11.480.791	10.232.687
Distribuição do valor adicionado		1.339.197	175.845	11.480.791	10.232.687
Pessoal		9.452	7.657	423.188	394.623
Remuneração direta		7.902	5.928	291.533	283.341
Benefícios		357	385	95.703	80.678
FGTS		151	281	31.130	26.541
Outros		1.042	1.063	4.822	4.063
Impostos, taxas e contribuições		781	901	8.509.165	8.317.934
Federais		780	896	4.081.377	3.930.214
Estaduais		-	-	4.415.775	4.371.907
Municipais		1	5	12.013	15.813
Remuneração de capitais de terceiros		1.161	1.505	1.220.635	1.354.348
Juros		797	951	1.147.447	1.294.461
Aluguéis		364	554	73.188	59.887
Remuneração de capitais próprios		1.327.803	165.782	1.327.803	165.782
Dividendos		315.353	39.373	315.353	39.373
Lucros retidos		1.012.450	126.409	1.012.450	126.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 02, compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”).

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1 Controladas diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (“Light Energia” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Lajes Energia S.A (“Lajes Energia” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014 e suas operações comerciais iniciaram em 21 de julho de 2018.

- Renova Energia S.A. (“Renova Energia” - 17,2%, controlada em conjunto até 15 de outubro de 2019) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar.

Em 13 de outubro de 2019, a controlada Light Energia celebrou contrato de compra e venda e outras avenças com o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“CG”), por meio do qual vendeu a totalidade de suas ações que possuía no capital da Renova Energia S.A.. A operação foi concluída em 15 de outubro de 2019, conforme descrito na nota explicativa 15.

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ipatinga - MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. As PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré encontram-se em operação comercial desde os meses de julho de 2018, novembro de 2018, maio de 2019 e julho de 2019, respectivamente.
- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (“São Judas Tadeu” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (“Fontainha” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.

Light Conecta Ltda. (“Light Conecta” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade. A Light Conecta possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“Hidrelétrica Itaocara” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro - RJ. Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.
- Consórcio UHE Itaocara - constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções” - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light” - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

2.2 Controladas em conjunto

Lightger S.A. (“Lightger”) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW e 19,5 MW de garantia física.

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. (“Energia Olímpica”) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que teve por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). Em dezembro de 2019 ocorreu a liquidação da Energia Olímpica.

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). Em novembro de 2019, a UHE Belo Monte foi concluída e está pronta para plena operação comercial, com suas seis unidades geradoras do Sítio Pimental e dezoito unidades geradoras do Sítio Belo Monte.

2.2.1 Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2019:

Concessões/ Autorizações	Contrato de concessão/ autorização	Data de Vencimento
Light SESA (concessão)	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia (concessão)	Junho de 1996	Junho de 2026
PCH Lajes - Lajes Energia (autorização)	Julho de 2014	Maior de 2026

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A controlada utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de março de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 38.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão compreendidas as demonstrações financeiras individuais e de suas controladas. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2019		31.12.2018	
		Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	100,0	-	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	100,0	-	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	-	100,0	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	-	100,0	-	100,0
Lajes	Geração hidráulica	-	100,0	-	100,0
Lightcom	Comercialização	100,0	-	100,0	-
Light Soluções	Serviços	100,0	-	100,0	-
Instituto Light	Outros	100,0	-	100,0	-
Light Conecta	Serviços	100,0	-	100,0	-

3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD (Nota 7); (ii) cronograma de realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a serem restituídos a consumidores (Nota 8); (iii) recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); (iv) ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12); (v) ativo financeiro da concessão (Nota 13); (vi) provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota 22); (vii) provisões para contingências (Nota 23); (viii) planos de benefícios pós-emprego (Nota 24); (ix) transações envolvendo pagamento em ações (Nota 31); (x) fornecimento não faturado (Nota 33); (xi) provisão para compra de energia elétrica (Nota 35); e (xii) mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 38).

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

4.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de swap) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalente de caixa uma aplicação financeira com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.4 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no VNR, equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

4.5 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

4.6 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o contas a receber de fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base os últimos três anos, e segregado por classe de consumo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

4.7 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almojarifado de manutenção e administrativo).

4.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.9 Ativo de contrato

O Grupo classifica como ativo de contrato os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões. Esses bens são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, em conformidade ao CPC 47 (IFRS 15), os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

4.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 16.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

4.11 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto na ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão que serão descritos abaixo. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

4.13 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

4.13.1 O Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

4.13.1.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

4.13.1.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

4.13.1.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo e para ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.14 Benefícios a empregados

4.14.1 Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para um Fundo de Previdência e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando os serviços são prestados pelos empregados.

4.14.2 Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

4.14.3 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

4.15 Plano de opção de compra de ações (stock option)

O plano tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de opções, elegendo os Participantes em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano, fixando o preço de exercício das opções, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no plano de opção) na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

4.16.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

4.16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

(i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.17 Provisões

4.17.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

4.17.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.18 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

4.18.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

4.18.2 Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

4.18.3 Receita de construção

A receita de construção compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível da concessão em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

4.18.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4.19 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

4.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo tais como (i) CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e (ii) CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

4.20.1 IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, emitido pelo CPC e equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17) e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

O Grupo aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. O Grupo analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a IFRS 16. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Em conformidade com a norma, o Grupo optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

O impacto mais significativo identificado pela adoção da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nos ativos e passivos do Grupo foi pelo arrendamento operacional com locação de veículos.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, foram reconhecidos diretamente no balanço patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

Consolidado	01.01.2019
Ativos de direito de uso	76.627
Obrigações por arrendamentos	76.627

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$26.472 para o consolidado, um aumento de R\$13.789 no caixa gerado pelas atividades de investimento e uma redução nas atividades de financiamento no montante de R\$37.625 uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

4.20.2 IFRIC 23 (ICPC 22) - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, o Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir do início da sua vigência, e, a partir de então analisam os tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, assim como mensuram e reavaliam aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

O Grupo determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis.

Em 2019, o projeto de revisão completo cuja vigência se dará em 2020 se refere as alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro. Ainda não foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o documento de Revisão dos Pronunciamentos Técnicos contemplando a revisão da estrutura conceitual promovida pelo IASB.

As alterações nesse padrão não resultarão em mudanças de políticas ou práticas contábeis adotadas pela Companhia. O objetivo da estrutura conceitual é, essencialmente, amparar a interpretação dos pronunciamentos contábeis, bem como auxiliar os preparadores das demonstrações a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento for aplicável a uma transação específica ou quando um pronunciamento permitir a escolha por uma política contábil, dentre possíveis. Essa estrutura não se sobrepõe às normas e padrões específicos, tampouco a quaisquer requerimentos nestas normas e padrões. Assim, a versão revisada será suporte para a Companhia na interpretação da política aplicável às transações, mas não representa alteração nas práticas adotadas.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são aplicáveis as atividades operacionais do Grupo e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Numerário disponível	93	71.855	52.453	108.189
Aplicações Financeiras de Liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	71.438	1.171	943.885	598.853
TOTAL	71.531	73.026	996.338	707.042

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 93,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (82,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 38.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.716	2	361.329	261.804
Fundo de investimento	-	-	320.361	714.994
TOTAL	8.716	2	681.690	976.798

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	2.984.771	-	2.984.771	2.312.803	-	2.312.803
Fornecimento não faturado	542.775	-	542.775	483.009	-	483.009
Parcelamento de débitos	333.837	1.089.981	1.423.818	880.546	874.832	1.755.378
Comercialização de energia	705.789	-	705.789	521.427	82.992	604.419
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	31.119	-	31.119	24.391	-	24.391
Outras contas a receber	9.812	23.059	32.871	6	55.382	55.388
	4.608.103	1.113.040	5.721.143	4.222.182	1.013.206	5.235.388
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(2.071.504)	-	(2.071.504)	(1.366.834)	-	(1.366.834)
TOTAL	2.536.599	1.113.040	3.649.639	2.855.348	1.013.206	3.868.554

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$574.567 (R\$435.505 em 31 de dezembro de 2018) na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2019
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	349.976	288.127	73.160	177.810	746.254	1.635.327	(902.907)	732.420
Industrial	28.957	12.314	3.484	5.509	74.192	124.456	(79.197)	45.259
Comercial	291.870	76.973	15.575	32.803	313.699	730.920	(340.611)	390.309
Rural	1.161	818	117	464	1.970	4.530	(2.134)	2.396
Poder público	90.955	68.344	23.344	33.736	77.040	293.419	(86.179)	207.240
Iluminação pública	60.216	28.828	17.671	40.112	30.206	177.033	(41.606)	135.427
Serviço público	10.325	2.969	199	460	5.133	19.086	(5.106)	13.980
Fornecimento não faturado	430.430	-	-	-	-	430.430	(7.660)	422.770
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.263.890	478.373	133.550	290.894	1.248.494	3.415.201	(1.465.400)	1.949.801
Comercialização de energia	705.789	-	-	-	-	705.789	(784)	705.005
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	31.119	-	-	-	-	31.119	-	31.119
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	112.345	-	-	-	-	112.345	(660)	111.685
Outras contas a receber	32.871	-	-	-	-	32.871	-	32.871
	882.124	-	-	-	-	882.124	(1.444)	880.680
TOTAL	2.146.014	478.373	133.550	290.894	1.248.494	4.297.325	(1.466.844)	2.830.481

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2018
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	340.215	250.509	78.644	138.198	237.736	1.045.302	(447.184)	598.118
Industrial	27.424	15.474	3.444	5.162	65.258	116.762	(68.705)	48.057
Comercial	276.900	93.054	18.963	30.296	278.009	697.222	(285.169)	412.053
Rural	1.668	990	165	195	1.878	4.896	(1.982)	2.914
Poder público	103.762	78.827	9.281	3.497	52.406	247.773	(52.877)	194.896
Iluminação pública	56.821	11.618	30.589	8.838	12.274	120.140	(12.520)	107.620
Serviço público	32.600	35.404	99	156	12.449	80.708	(4.915)	75.793
Fornecimento não faturado	406.765	-	-	-	-	406.765	(6.332)	400.433
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.246.155	485.876	141.185	186.342	660.010	2.719.568	(879.684)	1.839.884
Comercialização de energia	521.427	-	-	-	82.992	604.419	(784)	603.635
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.391	-	-	-	-	24.391	-	24.391
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	76.244	-	-	-	-	76.244	(435)	75.809
Outras contas a receber	55.388	-	-	-	-	55.388	-	55.388
	677.450	-	-	-	82.992	760.442	(1.219)	759.223
TOTAL	1.923.605	485.876	141.185	186.342	743.002	3.480.010	(880.903)	2.599.107

7.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	31.12.2019			31.12.2018		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.003.623	(561.469)	442.154	1.324.190	(434.579)	889.611
Industrial	15.002	(794)	14.208	13.667	(811)	12.856
Comercial	124.116	(22.677)	101.439	122.660	(15.054)	107.606
Rural	1.446	(147)	1.299	1.071	(315)	756
Poder público	123.646	(18.364)	105.282	148.077	(31.505)	116.572
Iluminação pública	10.177	(159)	10.018	11.774	(2.770)	9.004
Serviço público	145.808	(1.050)	144.758	133.939	(897)	133.042
TOTAL	1.423.818	(604.660)	819.158	1.755.378	(485.931)	1.269.447

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado é de R\$143.157 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de serviço público.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no montante de R\$78.551. O montante será recebido em 22 parcelas e o início do recebimento ocorreu em março de 2019. O montante atualizado é de R\$92.177 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público.

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

SALDO EM 01.01.2018	(737.085)
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48)	(256.577)
Adições (Nota 34)	(434.800)
Baixas	61.628
SALDO EM 31.12.2018	(1.366.834)
Adições (Nota 34)	(812.681)
Baixas	108.011
SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)

No final do ano de 2019, a Administração realizou uma reavaliação de todo o saldo em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, já alinhada ao novo plano de combate à perda de energia, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetuou uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019.

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei N°9.430/1997 e Lei N°13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas baixas no montante de R\$108.011 (R\$61.628 exercício findo em 31 de dezembro de 2018). As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 38.

8. CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE ICMS

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança n° 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais do PIS e COFINS, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Tributos a recuperar – Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS (Nota 09)	6.203.145
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(3.605.664)
PIS e COFINS - Diferido (Nota 19)	(118.025)
IR/CS - Diferido (Nota 10)	(843.015)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.636.441

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS (Nota 32) ^(b)	1.086.462
Receita financeira (Nota 36) ^(c)	1.461.190
PIS e Cofins sobre receita financeira	(68.196)
Imposto de renda e contribuição social	(843.015)
RESULTADO	1.636.441

^(a) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS e COFINS da controlada Light SESA reconhecidos em agosto de 2019.

^(b) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional, no montante de R\$3.670.374, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.583.912.

^(c) Refere-se a receita de atualização financeira dos créditos reconhecidos, no montante de R\$2.532.771, líquido dos valores a serem restituídos aos consumidores de R\$1.071.581.

No contexto da decisão judicial, o ICMS pago deixou de compor a base de cálculo do PIS e da COFINS nos faturamentos dos clientes da controlada Light SESA a partir do mês de setembro de 2019.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	59.189	53.892	113.081	49.726	52.404	102.130
PIS e COFINS a compensar	1.647	6.203.145	6.204.792	5.425	-	5.425
INSS	564	-	564	576	-	576
Outros	19.504	-	19.504	19.362	-	19.362
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	80.904	6.257.037	6.337.941	75.089	52.404	127.493
Imposto de Renda retido na fonte	75.041	-	75.041	29.284	-	29.284
Imposto de Renda e contribuição social a recuperar	60.083	-	60.083	502	-	502
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	135.124	-	135.124	29.786	-	29.786
TOTAL	216.028	6.257.037	6.473.065	104.875	52.404	157.279

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

A variação do saldo da rubrica de tributos e contribuições a recuperar ocorreu principalmente em função do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS após o trânsito em julgado de ação judicial ocorrida em 07 de agosto de 2019, no montante de R\$6.169.081. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito desse reconhecimento, atualizado pela SELIC, é de R\$6.203.145.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	716.835	-	716.835	464.724	-	464.724
Provisão para participação nos lucros e resultados	11.206	-	11.206	10.279	-	10.279
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	184.688	-	184.688	161.923	-	161.923
Prejuízos fiscais	238.349	-	238.349	193.891	-	193.891
Base negativa de contribuição social	88.834	-	88.834	72.827	-	72.827
Outros	12.109	-	12.109	18.857	-	18.857
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS ^(a)	1.282.996	(2.126.011)	(843.015)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos swap	11.756	(126.770)	(115.014)	37.966	(149.382)	(111.416)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(493.671)	(493.671)	-	(441.560)	(441.560)
Custo atribuído Light Energia	-	(164.874)	(164.874)	-	(173.146)	(173.146)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	2.546.773	(2.911.326)	(364.553)	960.467	(764.088)	196.379
Apresentação pelo líquido	(2.510.842)	2.510.842	-	(555.600)	555.600	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	35.931	(400.484)	(364.553)	404.867	(208.488)	196.379

^(a) Efeito do reconhecimento dos créditos fiscais do PIS e COFINS, conforme nota explicativa 08.

A variação do saldo da rubrica de tributos diferidos ocorreu principalmente em função do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS após o trânsito em julgado de ação judicial ocorrida em 07 de agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito desse reconhecimento é um passivo diferido líquido de R\$843.015.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Saldo em 01.01.2018	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Baixa por venda de participação (Light Esco)	Saldo em 31.12.2018	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Adesão ao PERT Lein ¹ 13.496	Saldo em 31.12.2019
IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO									
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	250.609	127.802	87.236	(923)	464.724	252.111	-	-	716.835
Provisão para participação nos lucros e resultados	10.045	276	-	(42)	10.279	927	-	-	11.206
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	153.112	8.811	-	-	161.923	22.765	-	-	184.688
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	12.817	(12.817)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	195.086	(561)	-	(634)	193.891	41.518	-	2.940	238.349
Base negativa de contribuição social	73.258	(203)	-	(228)	72.827	14.948	-	1.059	88.834
Outros	34.638	(5.707)	-	(10.074)	18.857	(6.748)	-	-	12.109
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	-	-	-	-	1.282.996	-	-	1.282.996
Instrumentos financeiros derivativos	34.580	3.386	-	-	37.966	(26.210)	-	-	11.756
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO	764.145	120.987	87.236	(11.901)	960.467	1.582.307	-	3.999	2.546.773
IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO									
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	-	-	-	-	(2.126.011)	-	-	(2.126.011)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.739)	(143.643)	-	-	(149.382)	22.612	-	-	(126.770)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(391.602)	(49.958)	-	-	(441.560)	(52.111)	-	-	(493.671)
Custo atribuído Light Energia	(181.679)	8.507	26	-	(173.146)	8.251	21	-	(164.874)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(579.020)	(185.094)	26	-	(764.088)	(2.147.259)	21	-	(2.911.326)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2019, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2019 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2020	2021	2022	2023	2024	Total
93.988	1.400.768	99.212	113.200	839.605	2.546.773

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$151.961 (R\$127.915 em 31 de dezembro de 2018), tendo em vista as incertezas na sua realização.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Circulante						
Adiantamento a fornecedores ^(a)	3.516	-	3.516	4.580	84.260	88.840
Contribuição iluminação pública	100.141	-	100.141	91.453	-	91.453
Dispêndios a reembolsar	27.460	-	27.460	16.727	-	16.727
Desativações e alienações em curso	79.810	-	79.810	46.681	-	46.681
Subvenção baixa renda	15.228	-	15.228	17.196	-	17.196
Subvenção CDE ^(b)	28.190	-	28.190	50.533	-	50.533
Venda de participação (Light Esco)	-	-	-	18.243	-	18.243
Outros	5.196	-	5.196	8.581	-	8.581
TOTAL	259.541	-	259.541	253.994	84.260	338.254

^(a) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o montante de R\$84.260 referente a adiantamentos realizados entre a Lightcom e a Renova Energia, conforme nota explicativa 27.

^(b) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e nº 8.221/14.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a restituir relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Consolidado								
31.12.2019								
Circulante				Não circulante		Total		
Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes				
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.551	-	6.211	-	1.634	-	34.396	-
Custo de aquisição de energia	220.815	-	168.203	(128.999)	44.264	(33.947)	433.282	(162.946)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(96.238)	-	(59.839)	-	(15.747)	-	(171.824)
PROINFA	1.489	-	-	-	-	-	1.489	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.587	-	12.688	-	3.339	-	21.614	-
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.552)	52.678	-	13.863	-	66.541	(1.552)
Itens da Parcela A	254.442	(97.790)	239.780	(188.838)	63.100	(49.694)	557.322	(336.322)
Outros itens financeiros	-	(30.535)	48.079	(11.258)	12.653	(2.963)	60.732	(44.756)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	299.200	-	78.736	-	377.936	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	64.272	-	16.914	-	81.186	-
Devoluções tarifárias	-	(4.146)	-	(23.659)	-	(6.226)	-	(34.031)
Itens financeiros	-	(34.681)	411.551	(34.917)	108.303	(9.189)	519.854	(78.787)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	254.442	(132.471)	651.331	(223.755)	171.403	(58.883)	1.077.176	(415.109)
Apresentação pelo líquido	(132.471)	132.471	(223.755)	223.755	(58.883)	58.883	(415.109)	415.109
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	121.971	-	427.576	-	112.520	-	662.067	-

Consolidado								
31.12.2018								
Circulante				Não circulante		Total		
Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes				
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(41.309)	76.208	-	20.054	-	96.262	(41.309)
Custo de aquisição de energia	420.963	-	847.497	-	223.026	-	1.491.486	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(183.716)	-	(140.458)	-	(36.963)	-	(361.137)
PROINFA	480	-	379	-	99	-	958	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	(679)	14.126	-	3.717	-	17.843	(679)
Transporte de energia pela rede básica	-	(11.406)	-	(3.914)	-	(1.030)	-	(16.350)
Itens da Parcela A	421.443	(237.110)	938.210	(144.372)	246.896	(37.993)	1.606.549	(419.475)
Outros itens financeiros	-	(178.211)	101.420	(14.017)	26.690	(3.689)	128.110	(195.917)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	-	(355.090)	-	(93.445)	-	(448.535)
Neutralidade da Parcela A	-	-	75.318	-	19.821	-	95.139	-
Devoluções tarifárias	-	(8.741)	-	(37.283)	-	(9.811)	-	(55.835)
Itens Financeiros	-	(186.952)	176.738	(406.390)	46.511	(106.945)	223.249	(700.287)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	421.443	(424.062)	1.114.948	(550.762)	293.407	(144.938)	1.829.798	(1.119.762)
Apresentação pelo líquido	(421.443)	421.443	(550.762)	550.762	(144.938)	144.938	(1.117.143)	1.117.143
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(2.619)	564.186	-	148.469	-	712.655	(2.619)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

SALDO EM 01.01.2018	101.482
Constituição ^(a)	508.926
Amortização ^(a)	64.774
Pagamento de recursos de CCRBT ^(a)	53.203
Recebimento Tesouro Nacional - Ressarcimento P&D ^(b)	(81.759)
Atualização Selic (Nota 36)	63.410
SALDO EM 31.12.2018	710.036
Constituição ^(a)	338.693
Amortização ^(a)	(314.615)
Pagamento de recursos de CCRBT ^(a)	(92.963)
Atualização Selic (Nota 36)	20.916
SALDO EM 31.12.2019	662.067

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide nota explicativa 32), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Trata-se da devolução do excedente de arrecadação adicional de 0,3% sobre a receita operacional líquida prevista na Lei 12.111/2009, repassado às tarifas de energia elétrica e recolhido ao Tesouro Nacional de janeiro/2010 a dezembro/2012.

A constituição de CVA no exercício se deve, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2019, em relação à cobertura tarifária, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido no próximo reajuste tarifário.

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2019	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2018	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	435.996	-	435.996	39.636	-	39.636
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	(309.879)	569.981	260.102	(33.514)	759.749	726.235
Devoluções tarifárias ^(a)	(4.146)	(29.885)	(34.031)	(8.741)	(47.094)	(55.835)
SALDO	121.971	540.096	662.067	(2.619)	712.655	710.036

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no VNR.

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos exercícios de 2019 e de 2018:

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 01.01.2018	4.719.547	(955.352)	3.764.195
Adições ^(a)	407.397	(41.775)	365.622
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	189.298	(42.363)	146.935
Baixas	(4.891)	-	(4.891)
SALDO EM 31.12.2018	5.311.351	(1.039.490)	4.271.861
Adições ^(a)	363.540	(13.576)	349.964
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	195.197	(41.930)	153.267
Baixas	(26.798)	-	(26.798)
Reclassificações	81.365	(81.365)	-
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide notas explicativas 14 e 17).

14. ATIVO DE CONTRATO

A Companhia classifica como ativo contratual os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões. Esses bens são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, em conformidade ao CPC 47 (IFRS 15), os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Transferências para intangível	Transferências para estoque	Saldos em 31.12.2019
Direito de uso da concessão	401.679	756.515	(575.848)	(21.260)	561.086
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(71.439)	(11.185)	18.491	-	(64.133)
Total	330.240	745.330	(557.357)	(21.260)	496.953

Os investimentos realizados em 2019 pela controlada Light SESA, seguem a estratégia de fortalecer a base de ativos e o combate às perdas. Os investimentos realizados foram substancialmente destinados à (i) melhoria da rede e substituição de equipamentos, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede, melhorar a qualidade do fornecimento e reduzir o nível de carregamento dos circuitos de alta tensão; (ii) investidos em combate à perdas, instalação de sistemas de medição e combate inadimplência; e (iii) investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$28.460, cuja taxa média de capitalização foi de 8,1% ao ano.

15. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	5.157.566	2.446.130	-	-
Light Energia	502.863	276.294	-	-
Guanhães Energia ^(b)	-	-	136.426	111.188
Lightcom	56.492	98.559	-	-
Light Soluções	1.287	1.286	-	-
Lightger ^(b)	48.384	43.913	48.384	43.913
Light Conecta	59.604	101.803	-	-
UHE Itaocara ^(a)	-	-	(21.835)	5.340
Axxiom ^(b)	13.526	8.641	13.526	8.641
Amazônia Energia ^(b)	351.818	346.607	351.818	346.607
Energia Olímpica ^(b)	-	1.201	-	1.201
SUBTOTAL	6.191.540	3.324.434	528.319	516.890
Outros investimentos permanentes ^(c)	-	-	29.190	29.732
SUBTOTAL	-	-	29.190	29.732
Total de participações societárias a descoberto	-	-	21.835	-
TOTAL DO INVESTIMENTO	6.191.540	3.324.434	579.344	546.622

^(a) Empresa em fase pré-operacional.

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

^(c) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

* Instituto Light possui saldo inferior a R\$1 nos exercícios apresentados.

Em 13 de outubro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda e outras avenças em conjunto, por meio do qual a controlada Light Energia vendeu a totalidade de suas ações que possuía no capital da Renova Energia S.A. A operação foi concluída em 15 de outubro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto UHE Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), apresentou prejuízo acumulado de R\$113.791, bem como patrimônio líquido negativo de R\$44.509, decorrentes do prejuízo do exercício no valor de R\$102.096, principalmente em função do (i) provisionamento de R\$56.141 referentes a auto de infração e à eventual pagamento de multa à ANEEL em razão da rescisão antecipada do contrato de concessão; e (ii) da compensação/indenização de R\$43.953 referentes a rescisão dos seis contratos remanescentes de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

As informações financeiras sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) estão apresentadas abaixo:

		Controladora							
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro (prejuízo) do exercício	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	2019	2018	2019	2018
Light SESA	100,0%	5.157.566	2.446.130	(273.923)	(18.219)	(18.219)	(22.101)	1.153.358	76.709
Light Energia	100,0%	502.863	276.294	-	-	(100.000)	-	326.609	36.001
Light Esco ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.669)
Lightcom	100,0%	56.492	98.559	-	-	(93.159)	(85.925)	(64.408)	93.159
Light Soluções	100,0%	1.287	1.286	(498)	(498)	-	-	(549)	143
Lightger	51,0%	48.384	43.913	-	-	(3.113)	(1.852)	7.574	3.267
Light Conecta	100,0%	59.604	101.803	-	-	-	-	(65.363)	(5.668)
Axiom	51,0%	13.526	8.641	-	-	-	-	(4.583)	(3.710)
Amazônia Energia	25,5%	351.818	346.607	-	-	-	-	5.167	26.293
Energia Olímpica	50,1%	-	1.201	-	-	-	-	-	-
		6.191.540	3.324.434	(274.421)	(18.717)	(214.491)	(109.878)	1.357.805	215.525

^(a) Em 04 de outubro de 2018, a Companhia concluiu a operação de alienação da totalidade das ações detidas no capital social da Light Esco - Prestação de Serviços S.A., sua subsidiária integral, à Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen"). Alguns ativos da Light Esco não foram objeto da operação, e os mesmos foram transferidos para a Light Conecta.

		Consolidado					
Controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Lucro (prejuízo) do exercício	
		31.12.2019	31.12.2018	2019	2018	2019	2018
Light Energia		-	-	-	-	-	(133.893)
Renova Energia		-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia	51,0%	136.426	111.188	-	-	(610)	22.853
Lightger	51,0%	48.384	43.913	(3.113)	(1.852)	7.574	3.267
Axiom	51,0%	13.526	8.641	-	-	(4.583)	(3.710)
Amazônia Energia	25,5%	351.818	346.607	-	-	5.167	26.293
Energia Olímpica	50,1%	-	1.201	-	-	-	-
Light Conecta		-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	51,0%	(21.835)	5.340	-	-	(51.204)	(4.153)
		528.319	516.890	(3.113)	(1.852)	(43.656)	(89.343)

Outras informações:

		Controladora			
Controladas e controladas em conjunto		Capital social integralizado		Total do ativo	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Light SESA		4.146.365	2.314.365	20.182.478	14.402.483
Light Energia		77.422	77.422	2.997.662	2.772.055
Lightcom		120.000	4.500	214.263	361.548
Light Soluções		3.850	3.850	1.906	1.988
Lightger		40.408	40.408	107.742	102.769
Light Conecta		139.397	116.233	86.666	109.451
Axiom		29.766	23.766	30.445	27.995
Amazônia Energia		337.262	337.219	351.959	346.744
Energia Olímpica ^(a)		-	-	-	2.781

^(a) Em 31 de dezembro de 2018, a Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1.

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do ativo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Light Energia				
Renova Energia	-	508.365	-	451.294
Guanhães Energia	279.799	259.224	136.975	198.877
Lightger	40.408	40.408	107.742	102.769
Axxiom	29.766	23.766	30.445	27.995
Amazônia Energia	337.262	337.219	351.959	346.744
Energia Olímpica ^(a)	-	-	-	2.781
Light Conecta				
UHE Itaocara	35.334	11.304	11.973	9.862

^(a) Em 31 de dezembro de 2018, a Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1.

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora							31.12.2019
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.446.130	1.832.000	(273.923)	-	-	1	1.153.358	5.157.566
Light Energia	276.294	-	(100.000)	(40)	-	-	326.609	502.863
Lightcom	98.559	115.500	(93.159)	-	-	-	(64.408)	56.492
Light Soluções	1.286	550	-	-	-	-	(549)	1.287
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	-	10	7.574	48.384
Light Conecta	101.803	23.164	-	-	-	-	(65.363)	59.604
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	-	(4.583)	13.526
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	-	5.167	351.818
Energia Olímpica	1.201	-	-	-	(1.201)	-	-	-
TOTAL	3.324.434	1.980.726	(470.195)	(40)	(1.201)	11	1.357.805	6.191.540

	Controladora									
	01.01.2018	Aumento/ Transferência de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Baixa por venda de participação (Light Esco)	Adoção IFRS 9 (CPC 48)	Provisão para perda	Equivalência Patrimonial		31.12.2018
								Outros	Resultado	
Light SESA	2.556.980	-	(18.219)	-	-	(169.341)	-	1	76.709	2.446.130
Light Energia	240.342	-	-	(49)	-	-	-	-	36.001	276.294
Light Esco ^(a)	152.333	(64.334)	-	-	(61.620)	-	(13.367)	(2.343)	(10.669)	-
Lightcom	91.326	-	(85.925)	-	-	-	-	(1)	93.159	98.559
Light Soluções	542	600	-	-	-	-	-	1	143	1.286
Lightger	42.499	-	(1.852)	-	-	-	-	(1)	3.267	43.913
Light Conecta	37.495	69.976	-	-	-	-	-	-	(5.668)	101.803
Axxiom	12.350	-	-	-	-	-	-	1	(3.710)	8.641
Amazônia Energia	289.274	23.671	-	-	-	-	-	7.369	26.293	346.607
Energia Olímpica	1.760	-	-	-	-	-	-	(559)	-	1.201
TOTAL	3.424.901	29.913	(105.996)	(49)	(61.620)	(169.341)	(13.367)	4.468	215.525	3.324.434

^(a) Em 04 de outubro de 2018, a Companhia concluiu a operação de alienação da totalidade das ações detidas no capital social da Light Esco - Prestação de Serviços S.A., sua subsidiária integral, à Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen"). Alguns ativos da Light Esco não foram objeto da operação, e os mesmos foram transferidos para a Light Conecta.

	Consolidado						31.12.2019
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		
					Outros	Resultado	
Light Energia							
Guanhães Energia	111.188	20.572	-	-	5.276	(610)	136.426
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	10	7.574	48.384
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	(4.583)	13.526
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	5.167	351.818
Energia Olímpica	1.201	-	-	(1.201)	-	-	-
Light Conecta							
UHE Itaipara	5.340	24.029	-	-	865	(52.069)	(21.835)
TOTAL	516.890	54.113	(3.113)	(1.201)	6.151	(44.521)	528.319

	Consolidado						31.12.2018
	01.01.2018	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial			
				Outros	Resultado		
Light Energia							
Renova Energia	134.958	-	-	(1.065)	(133.893)	-	-
Guanhães Energia	26.039	62.294	-	2	22.853	111.188	111.188
Lightger	42.499	-	(1.852)	(1)	3.267	43.913	43.913
Axxiom	12.350	-	-	1	(3.710)	8.641	8.641
Amazônia Energia	289.274	23.671	-	7.369	26.293	346.607	346.607
Energia Olímpica	1.760	-	-	(559)	-	1.201	1.201
Light Conecta							
UHE Itaipara	5.662	5.642	-	(1.811)	(4.153)	5.340	5.340
TOTAL	512.542	91.607	(1.852)	3.936	(89.343)	516.890	516.890

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.12.2019	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itaipara
ATIVO						
Caixa e equivalente de caixa	6.509	67	69.419	422	2.183	2.657
Outros	27.407	15	17.340	772	79	1.821
Circulante	33.916	82	86.759	1.194	2.262	4.478
Não circulante	25.781	1.380.149	124.500	267.385	3.289	18.998
TOTAL DO ATIVO	59.697	1.380.231	211.259	268.579	5.551	23.476
PASSIVO						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.987	-	8.619	484	-	-
Outros	20.334	553	44.755	578	3.154	56.294
Circulante	28.321	553	53.374	1.062	3.154	56.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	120	-	63.015	-	-	-
Outros	4.734	-	-	14	-	9.996
Não circulante	4.854	-	63.015	14	-	9.996
Patrimônio líquido	26.522	1.379.678	94.870	267.503	2.397	(42.814)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.697	1.380.231	211.259	268.579	5.551	23.476

2019	Axiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaipara
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	53.405	-	49.979	-	-
Custos das vendas	(54.773)	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(1.368)	-	49.979	-	-
Despesas gerais e administrativas	(8.136)	(215)	(28.758)	(1.502)	(102.096)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	-	-	-
Outras despesas	(2.693)	-	-	(2)	-
Resultado financeiro líquido	(1.395)	20.478	(3.429)	318	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(13.592)	20.263	17.792	(1.186)	(102.096)
Imposto de renda e contribuição social	4.606	-	(2.942)	(10)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(8.986)	20.263	14.850	(1.196)	(102.096)

31.12.2018	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itaipara
ATIVO							
Caixa e equivalentes de caixa	6.952	97	58.418	28.707	4.578	2.183	4.693
Outros	21.393	13	11.449	1.709.000	842	79	110
Circulante	28.345	110	69.867	1.737.707	5.420	2.262	4.803
Não circulante	26.546	1.359.670	131.640	890.678	384.535	3.289	14.534
TOTAL DO ATIVO	54.891	1.359.780	201.507	2.628.385	389.955	5.551	19.337
PASSIVO							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.888	-	8.614	348.669	12.866	-	-
Outros	24.380	538	35.590	1.846.702	14.583	3.154	204
Circulante	33.268	538	44.204	2.195.371	27.449	3.154	204
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.304	-	71.198	63.587	139.170	-	-
Outros	3.376	-	-	445.916	5.320	-	8.663
Não circulante	4.680	-	71.198	509.503	144.490	-	8.663
Patrimônio líquido	16.943	1.359.242	86.105	(76.489)	218.016	2.397	10.470
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.891	1.359.780	201.507	2.628.385	389.955	5.551	19.337

2018	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	UHE Itaipara
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	50.167	-	45.582	709.795	10.837	-
Custos das vendas	(53.032)	-	-	(834.235)	-	-
LUCRO/ (PREJUÍZO) BRUTO	(2.865)	-	45.582	(124.440)	10.837	-
Despesas gerais e administrativas	(8.157)	(1.277)	(32.381)	(130.898)	(16.009)	(8.470)
Equivalência Patrimonial	-	104.935	-	48.686	-	-
Ganho (Perda) valor recuperável impairment	-	-	-	(150.226)	51.775	-
Outras despesas	-	-	-	(177.231)	-	-
Resultado financeiro líquido	(1.105)	137	(4.179)	(316.403)	(1.793)	327
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	(12.127)	103.795	9.022	(850.512)	44.810	(8.143)
Imposto de renda e contribuição social	4.853	(684)	(2.616)	(5.785)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(7.274)	103.111	6.406	(856.297)	44.810	(8.143)

15.1 Renova Energia

Ao longo do ano de 2019, a Renova Energia e seus acionistas buscaram diversas alternativas para o melhor equacionamento da saúde financeira da empresa. Tal processo estava baseado em (i) uma reestruturação societária, conforme fato relevante de 21 de março de 2019, onde foi assinado o contrato de compra e venda de ações referente à aquisição, pela controlada Light Energia e pela Cemig Geração e Transmissão S.A (“Cemig GT”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova Energia, todas de titularidade de CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”); (ii) venda de ativos, conforme Fato Relevante da Renova de 09 de abril de 2019, onde foi assinado contrato de compra e venda de ações (“CCVA”) junto à AES Tietê Energia S.A, para alienação do complexo eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento e (iii) reperfilamento das dívidas, entre elas, aditivos à dívida junto ao Banco BTG Pactual S.A, em 03 de maio de 2019, rolagem do empréstimo ponte junto ao BNDES, de 15 de julho de 2019 para 15 de outubro de 2019, e celebração de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Citibank em 23 de julho de 2019.

Já no trimestre findo em 30 de junho de 2019, novos eventos ocorreram, tais como: (i) as investigações conduzidas por autoridades públicas; (ii) cassação por parte da ANEEL, em 04 de junho de 2019, da autorização dos Projetos do AS3 Fase B, devido ao atraso no cronograma; (iii) na mesma data, a ANEEL demonstrou intenção de cancelar o contrato de energia regulada LER 2013 (“PPA AS3 Fase A”), por atraso na entrada em operação dos parques e sob alegação de que os preços da energia são hoje muito superiores aos dos últimos leilões do mercado regulado e, (iv) em 19 de junho de 2019, a AES demonstrou dificuldades de seguir com a compra, conforme as bases do contrato, em razão da negociação frustrada com o fornecedor dos aerogeradores.

Em setembro de 2019, em virtude da piora da situação financeira da Renova, a controlada Lightcom reconheceu como provisão o montante de R\$277.654, originários de créditos detidos pela Lightcom junto à Renova, créditos esses cedidos posteriormente ao CGI.

Em função das dificuldades, os acionistas da Renova Energia, Light Energia e Cemig GT, trabalharam ao longo dos meses de agosto e setembro visando a constituição de um Acordo de Investimentos. Tal Acordo de Investimento previa aportes de capital a serem realizados pela Cemig GT na Renova Energia, que seriam utilizados no desenvolvimento e manutenção das suas atividades operacionais, bem como a possibilidade da cessão das obrigações para a Light Energia do contrato de compra e venda, celebrado em março de 2019 entre Cemig GT e Light Energia. Diante da não aprovação, pela Cemig GT, da confecção de referido Acordo, a controlada Light Energia recebeu, em 11 de outubro de 2019, após o fechamento do mercado, proposta para aquisição da totalidade de sua participação detida em Renova, pela CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pertencente aos sócios fundadores, por um real.

Em 13 de outubro de 2019, foi celebrado um contrato de compra e venda e outras avenças em conjunto, por meio do qual a controlada Light Energia vendeu a totalidade de suas ações que possuía no capital da controlada indireta Renova Energia S.A., sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia, pelo valor de um real, ao CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pertencente aos sócios fundadores da Renova. Na mesma data, a controlada Lightcom celebrou, também junto ao CGI, a cessão de créditos detidos pela mesma junto à Renova, também pelo montante de um real.

Em 15 de outubro de 2019, a controlada Light Energia concluiu a venda da totalidade de suas ações na Renova Energia S.A. para o CGI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

15.2 Amazônia Energia

15.2.1 Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde de 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e apontou um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

15.3 Guanhães Energia

15.3.1 Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.

16. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2019				31.12.2018
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.952.447	(1.883.679)	1.068.768	1.018.561
Transmissão	4,02	51.753	(37.281)	14.472	15.258
Distribuição	4,69	21.172	(20.502)	670	732
Administração	7,96	469.680	(293.049)	176.631	182.549
Comercialização	7,96	19.132	(10.849)	8.283	8.911
EM SERVIÇO		3.514.184	(2.245.360)	1.268.824	1.226.011
Geração		248.414	-	248.414	285.304
Administração		69.717	-	69.717	49.166
EM CURSO		318.131	-	318.131	334.470
TOTAL		3.832.315	(2.245.360)	1.586.955	1.560.481

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 31.12.2019
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.311.338	-	-	29.391	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.865	-	(46)	2.928	303.747
Máquinas e equipamentos	1.567.702	-	(1.065)	91.508	1.658.145
Veículos	14.263	-	-	16	14.279
Móveis e utensílios	97.281	-	(1.961)	106	95.426
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO	3.393.307	-	(3.072)	123.949	3.514.184
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(908.876)	(18.015)	-	-	(926.891)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(192.261)	(6.022)	46	-	(198.237)
Máquinas e equipamentos	(968.450)	(55.262)	990	-	(1.022.722)
Veículos	(12.978)	(506)	-	-	(13.484)
Móveis e utensílios	(84.977)	(1.343)	1.961	-	(84.359)
Obrigações especiais	246	87	-	-	333
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO	(2.167.296)	(81.061)	2.997	-	(2.245.360)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	1.226.011	(81.061)	(75)	123.949	1.268.824
IMOBILIZADO EM CURSO					
Terreno	452	-	-	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	29.114	3.555	-	(17.764)	14.905
Edificações, obras civis e benfeitorias	39.831	9.981	(328)	(2.132)	47.352
Máquinas e equipamentos	207.985	94.499	-	(104.037)	198.447
Veículos	36	-	-	(16)	20
Móveis e utensílios	406	20	(5)	-	421
Estudos e projetos	56.646	(112)	-	-	56.534
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	334.470	107.943	(333)	(123.949)	318.131
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.560.481	26.882	(408)	-	1.586.955

	Consolidado					Saldos em 31.12.2018
	Saldos em 01.01.2018	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Baixa por venda de participação (Light Esco)	
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO						
Custo						
Terrenos	104.954	-	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.309.087	-	-	2.251	-	1.311.338
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.623	-	(89)	331	-	300.865
Máquinas e equipamentos	1.639.222	-	(968)	11.860	(82.412)	1.567.702
Veículos	14.308	-	(293)	248	-	14.263
Móveis e utensílios	97.274	-	-	7	-	97.281
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	-	(3.096)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.462.372	-	(1.350)	14.697	(82.412)	3.393.307
(-) Depreciação						
Reservatório, barragens e adutoras	(891.464)	(17.412)	-	-	-	(908.876)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(186.027)	(6.323)	89	-	-	(192.261)
Máquinas e equipamentos	(932.844)	(59.134)	274	-	23.254	(968.450)
Veículos	(12.750)	(520)	292	-	-	(12.978)
Móveis e utensílios	(83.580)	(1.397)	-	-	-	(84.977)
Obrigações especiais	158	88	-	-	-	246
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.106.507)	(84.698)	655	-	23.254	(2.167.296)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
Terreno	487	1	-	(36)	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	24.730	4.609	(97)	(128)	-	29.114
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.972	10.653	(212)	(582)	-	39.831
Máquinas e equipamentos	145.146	77.748	(1.181)	(13.675)	(53)	207.985
Veículos	166	118	-	(248)	-	36
Móveis e utensílios	401	38	(5)	(28)	-	406
Estudos e projetos	56.632	181	(167)	-	-	56.646
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	257.534	93.348	(1.662)	(14.697)	(53)	334.470
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.613.399	8.650	(2.357)	-	(59.211)	1.560.481

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$1.740 (R\$5.631 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), cuja taxa média de capitalização foi de 8,1% ao ano.

16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Conductor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor - gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

17. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31.12.2019			31.12.2018
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	7.805.437	(5.205.866)	2.599.571	2.832.026
Outros ^(a)	925.870	(806.822)	119.048	172.019
EM SERVIÇO	8.731.307	(6.012.688)	2.718.619	3.004.045
Outros ^(a)	118.296	-	118.296	92.423
EM CURSO	118.296	-	118.296	92.423
TOTAL INTANGÍVEL	8.849.603	(6.012.688)	2.836.915	3.096.468

^(a) Inclui basicamente softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Consolidado					Saldos em 31.12.2019
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferência do ativo de contrato	
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.383.402	-	(144.570)	(364.094)	575.848	8.450.586
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(640.234)	-	-	13.576	(18.491)	(645.149)
	<u>7.743.168</u>	<u>-</u>	<u>(144.570)</u>	<u>(350.518)</u>	<u>557.357</u>	<u>7.805.437</u>
Outros	979.902	-	-	28.454	-	1.008.356
Obrigações especiais - outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	<u>897.416</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.454</u>	<u>-</u>	<u>925.870</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO	8.640.584	-	(144.570)	(322.064)	557.357	8.731.307
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.111.873)	(463.651)	110.027	-	-	(5.465.497)
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	200.731	58.900	-	-	-	259.631
	<u>(4.911.142)</u>	<u>(404.751)</u>	<u>110.027</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.205.866)</u>
Outros	(739.434)	(84.592)	-	-	-	(824.026)
Obrigações especiais - outros	14.037	3.167	-	-	-	17.204
	<u>(725.397)</u>	<u>(81.425)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(806.822)</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(5.636.539)	(486.176)	110.027	-	-	(6.012.688)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	3.004.045	(486.176)	(34.543)	(322.064)	557.357	2.718.619
Outros	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
	<u>92.423</u>	<u>53.785</u>	<u>(12)</u>	<u>(27.900)</u>	<u>-</u>	<u>118.296</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
TOTAL DO INTANGÍVEL	3.096.468	(432.391)	(34.555)	(349.964)	557.357	2.836.915

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 13.

	Consolidado					Saldos em 31.12.2018
	Saldos em 01.01.2018	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferências para Ativo contratual	
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.151.823	-	(52.423)	284.002	-	8.383.402
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(622.531)	-	-	(17.703)	-	(640.234)
	7.529.292	-	(52.423)	266.299	-	7.743.168
Outros	860.687	-	-	119.215	-	979.902
Obrigações Especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	778.201	-	-	119.215	-	897.416
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.307.493	-	(52.423)	385.514	-	8.640.584
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(4.709.917)	(441.262)	48.381	(9.075)	-	(5.111.873)
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	143.304	57.427	-	-	-	200.731
	(4.566.613)	(383.835)	48.381	(9.075)	-	(4.911.142)
Outros	(661.665)	(77.769)	-	-	-	(739.434)
Obrigações Especiais - Outros	10.870	3.167	-	-	-	14.037
	(650.795)	(74.602)	-	-	-	(725.397)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(5.217.408)	(458.437)	48.381	(9.075)	-	(5.636.539)
EM CURSO						
Direito de uso da concessão	313.518	666.619	-	(578.458)	(401.679)	-
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(95.321)	(35.596)	-	59.478	71.439	-
	218.197	631.023	-	(518.980)	(330.240)	-
Outros	265.285	50.219	-	(223.081)	-	92.423
	265.285	50.219	-	(223.081)	-	92.423
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	483.482	681.242	-	(742.061)	(330.240)	92.423
TOTAL DO INTANGÍVEL	3.573.567	222.805	(4.042)	(365.622)	(330.240)	3.096.468

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 13.

Os montantes registrados estão líquidos das obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução ANEEL nº 20/99.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou o término da concessão, o que ocorrer antes. Os ativos intangíveis são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Comercialização no mercado de curto prazo	1.441.999	1.059.624
Encargos de uso da rede elétrica	83.502	79.983
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	111.058	104.811
Leilões de energia	336.965	280.577
Itaipu binacional	202.034	228.107
UTE Norte Fluminense	150.163	142.970
Materiais e serviços	220.624	223.588
TOTAL	2.546.345	2.119.660

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.231.174 (R\$950.877 em 31 de dezembro de 2018) na rubrica “comercialização no mercado de curto prazo” referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 38). Conforme mencionado na nota explicativa 07, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$574.567 (R\$435.505 em 31 de dezembro de 2018), resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2019, de R\$656.607 (passivo líquido de R\$515.372, em 31 de dezembro de 2018).

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	91.778	131.297	223.075	213.558	179.266	392.824
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.897	99.163	123.060	23.855	125.287	149.142
PIS e COFINS a pagar ^(b)	44.096	118.025	162.121	84.650	-	84.650
INSS	400	-	400	3.735	-	3.735
Outros	12.168	-	12.168	13.113	-	13.113
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	172.339	348.485	520.824	338.911	304.553	643.464
IRRF a pagar	1.000	-	1.000	1.204	-	1.204
Provisão de IRPJ / CSLL	37.108	-	37.108	12.733	-	12.733
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	38.108	-	38.108	13.937	-	13.937
TOTAL	210.447	348.485	558.932	352.848	304.553	657.401

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

^(b) Inclui R\$118.025 referente ao PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira da atualização do crédito referente ao direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Controlada	Consolidado						Total 31.12.2019	Total 31.12.2018
		Circulante			Não circulante				
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total			
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.026	2.026	156.873	156.873	158.899	152.753	
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(143.195)	(143.195)	(143.195)	(130.225)	
TN - Discount Bond	Light SESA	-	866	866	109.461	109.461	110.327	106.018	
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(99.959)	(99.959)	(99.959)	(90.999)	
4131 Citibank 2018	Light SESA	-	-	-	-	-	-	741.319	
4131 Citibank 2019	Light SESA	40.307	856	41.163	322.456	322.456	363.619	-	
Bonds	Light SESA	-	12.030	12.030	1.047.982	1.047.982	1.060.012	1.567.712	
4131 Citibank 2018	Light Energia	-	-	-	-	-	-	78.050	
4131 Citibank 2019	Light Energia	-	707	707	322.456	322.456	323.163	-	
Bonds	Light Energia	-	6.015	6.015	523.991	523.991	530.006	783.700	
Subtotal - Moeda estrangeira		40.307	22.500	62.807	2.240.065	2.240.065	2.302.872	3.208.328	
Custo de captação		-	-	-	(19.117)	(19.117)	(19.117)	(37.134)	
Custo fee de covenants		-	-	-	-	-	-	(398)	
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(19.117)	(19.117)	(19.117)	(37.532)	
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		40.307	22.500	62.807	2.220.948	2.220.948	2.283.755	3.170.796	
Eletrobras - Reluz	Light SESA	-	-	-	-	-	-	787	
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	-	15.021	
CCB Bradesco 2016	Light SESA	-	-	-	-	-	-	60.773	
CCB - IBM 2017	Light SESA	4.043	48	4.091	-	-	4.091	40.500	
CCB - IBM 2019	Light SESA	969	-	969	404	404	1.373	-	
Leasing IBM	Light SESA	49	-	49	-	-	49	1.598	
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	9.311	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	308	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	9.090	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	-	-	-	-	-	-	10.931	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	-	-	-	-	-	-	10.934	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1	
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1	
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	33.236	139	33.375	8.309	8.309	41.684	74.793	
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	22.035	30	22.065	5.509	5.509	27.574	46.825	
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	156	14.092	51.100	51.100	65.192	79.148	
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	680	3	683	170	170	853	1.530	
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	452	1	453	113	113	566	960	
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	142.904	
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	161.638	
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	60.412	
BNDES - CAPEX 2017/18	Light SESA	42.103	1.412	43.515	224.550	224.550	268.065	-	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	4.149	14	4.163	-	-	4.163	8.302	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	4.149	15	4.164	-	-	4.164	8.302	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	3.195	11	3.206	-	-	3.206	6.411	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.419	16	2.435	2.419	2.419	4.854	7.259	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.432	18	2.450	2.432	2.432	4.882	7.300	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	13	1.887	1.874	1.874	3.761	5.641	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	9	1.616	4.821	4.821	6.437	8.046	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	447	2	449	447	447	896	1.339	
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	98	23.291	32.856	32.856	56.147	79.380	
Nota Promissória - 4º NP	Light SESA	-	-	-	-	-	-	95.237	
Nota Promissória - 5º NP	Light SESA	100.000	198	100.198	200.000	200.000	300.198	-	
FIDC 2018 Série A	Light SESA	172.744	2.008	174.752	746.666	746.666	921.418	1.002.645	
FIDC 2018 Série B	Light SESA	84.618	846	85.464	296.161	296.161	381.625	410.422	
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	-	-	-	-	-	-	579	
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	1.879	39	1.918	9.552	9.552	11.470	13.314	
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	1.985	41	2.026	10.092	10.092	12.118	14.066	
Nota Promissória - 3º NP	Light Energia	-	-	-	-	-	-	28.632	
Nota Promissória - 4º NP	Light Energia	-	-	-	-	-	-	107.537	
BNDES Conecta	Light Conecta	676	2	678	394	394	1.072	3.657	
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	57	57	-	-	57	55	
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(35.104)	(35.104)	(35.104)	(35.104)	
Retenção FIDC	Light SESA	(31.758)	-	(31.758)	-	-	(31.758)	(9.193)	
Subtotal - Moeda nacional		491.112	5.176	496.288	1.562.765	1.562.765	2.059.053	2.491.292	
Custo de captação		(7.598)	-	(7.598)	(27.985)	(27.985)	(35.583)	(38.943)	
Custo fee de covenants		-	-	-	-	-	-	(175)	
Custos - Moeda nacional		(7.598)	-	(7.598)	(27.985)	(27.985)	(35.583)	(39.118)	
MOEDA NACIONAL - TOTAL		483.514	5.176	488.690	1.534.780	1.534.780	2.023.470	2.452.174	
TOTAL		523.821	27.676	551.497	3.755.728	3.755.728	4.307.225	5.622.970	

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2019:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	64,05% do CDI	3,80%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	64,05% do CDI	3,80%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
4131 Citibank 2018	Light SESA	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Mai/2018	Semestral	Ago/2021
4131 Citibank 2019	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	7,53%	Mar/2020	Anual	Set/2021
Bonds	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	8,48%	Mai/2023	Única	Mai/2023
4131 Citibank 2018	Light Energia	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Mar/2018	Semestral	Ago/2019
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	7,32%	Set/2021	Única	Set/2021
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	8,49%	Mai/2023	Única	Mai/2023
Eletrobras - Reluz	Light SESA	22.03.2010	R\$	5,00%	5,00%	Set/2014	Mensal	Ago/2019
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	21.02.2017	R\$	140% do CDI	N/A	Ago/2017	Bimestral	Fev/2019
CCB Bradesco 2016	Light SESA	16.11.2016	R\$	CDI + 3,50%	9,65%	Fev/2017	Trimestral	Nov/2019
CCB - IBM 2017 ^(b)	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,84%	10,01%	Jan/2017	Trimestral	Mai/2020
CCB - IBM 2019	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	5,94%	Mai/2019	Mensal	Mai/2021
Leasing IBM	Light SESA	10.11.2016	R\$	CDI	5,94%	Fev/2017	Mensal	Fev/2020
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP	5,57%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 1,81%	7,38%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	7,78%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	8,78%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	7,78%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	8,78%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	8,35%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	8,89%	Mar/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	Abr/2015	Mensal	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	8,35%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	8,89%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2015/16 Sub A	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	N/A	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - Capex 2015/16 Sub B	Light SESA	26.12.2016	R\$	SELIC + 4,08%	N/A	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - Capex 2015/16 Sub C	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	N/A	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	10,71%	Jun/2019	Mensal	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	8,15%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	9,15%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	8,67%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	8,15%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	9,15%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	8,67%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	Jan/2016	Mensal	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	5,57%	Jan/2019	Mensal	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mai/2016	Mensal	Mai/2022
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	21.12.2017	R\$	CDI + 3,50%	N/A	Jan/2019	Única	Jan/2019
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	7,26%	Dez/2020	Anual	Mai/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	7,21%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	10,30%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	30.11.2009	R\$	4,50%	N/A	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	8,52%	Fev/2017	Mensal	Jan/2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	8,52%	Abr/2017	Mensal	Jan/2026
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	17.08.2017	R\$	CDI + 3,50%	N/A	Mai/2018	Trimestral	Fev / 2019
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	23.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	N/A	Mar/2019	Única	Mar/2019
BNDES Conecta ^(b)	Light Conecta	10.10.2018	R\$	TJLP + 0,53%	6,10%	Out/2018	Mensal	Out/2023

(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

(b) Para essas dívidas foi considerado o custo médio das tranches de cada operação.

Abaixo, os montantes dos principais nas operações financeiras relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Em 22 de janeiro de 2019, a controlada Light SESA quitou a 4ª nota promissória no total de R\$86.000.
- Em 01 de fevereiro de 2019, foi realizada a rolagem da dívida referente a operação via resolução nº 4131 entre a controlada Light SESA e o Citibank no valor de R\$657.342. A operação tem um ano de carência de principal, amortização semestral, pagamento de juros trimestrais e vencimento em agosto de 2022. Foi contratado uma operação de swap para proteção integral do principal, juros e imposto ao custo de CDI + 2,20% a.a.
- Em 08 de fevereiro de 2019, a controlada Light Energia quitou a 3ª nota promissória no total de R\$25.000.
- Em 22 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA quitou a nota de crédito comercial com o Banco do Brasil no valor de R\$15.000.
- Em 26 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com o BNDES no valor de R\$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais.
- Em 28 de março de 2019, a controlada Light Energia quitou a 4ª nota promissória no total de R\$100.000.
- Em 30 de julho de 2019, a controlada Light SESA recebeu a última liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com o BNDES no valor de R\$89.015.
- Em 01 de agosto de 2019, a controlada Light Energia quitou a operação via resolução nº 4131 com o Citibank no valor de R\$37.649.
- Em 05 de setembro de 2019, a controlada light SESA realizou um pagamento antecipado de R\$ 375.498 de um total de R\$750.996 do financiamento junto ao Citibank pela operação via Resolução nº 4131. O custo do swap para proteção integral do principal, juros e imposto era de CDI + 2,20% a.a. e foi alterado após recompra para CDI + 1,50% a.a. com vencimento em setembro 2021.
- Em 05 de setembro de 2019, foi realizada a captação pela controlada Light Energia junto ao Citibank no valor de R\$333.776, com vencimento em 2 anos. Foi contratado uma operação de swap para proteção integral do principal, juros e imposto ao custo de CDI + 1,30% a.a.

- Em 01 de outubro de 2019, a Companhia anunciou o exercício da opção de resgate parcial dos bonds emitidos no mercado internacional na forma de units, conforme previsto na escritura. Como consequência do resgate, nos dias 16 e 17 de outubro de 2019, a Companhia preparou o desarme da proteção cambial com a descontração do swap correspondente a 35% do saldo da dívida dos bonds concomitante com a contratação de NDFs com vencimento na data de pagamento do resgate.
- Em 04 de novembro, ocorreu o resgate antecipado de 35% das notes units no montante equivalente a R\$835.506 (USD210.000), sendo R\$557.004 (USD140.000) da controlada Light SESA e R\$278.502 (USD70.000) para controlada Light Energia. As operações de swaps foram liquidadas na mesma proporção. O saldo de principal remanescente da dívida é de US\$390.000, sendo US\$260.000 da controlada Light SESA e US\$130.000 da controlada Light Energia.
- Em 16 de dezembro de 2019, foi realizado o pré-pagamento pela controlada Light SESA do contrato de financiamento do capex 2015-2016 com o BNDES com saldo principal no montante de R\$285.973.
- Em 27 de dezembro de 2019, ocorreu a 5ª emissão da Nota Promissória pela controlada Light SESA no valor de R\$300.000, sendo em três séries de R\$100.000 cada, com vencimento em 27 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, e custo de CDI + 1,25% a.a.

Além das cauções, os empréstimos estão garantidos por (i) avais da Light S.A.; e (ii) recebíveis da controlada Light SESA, no montante de R\$436.296 (R\$503.315 em 31 de dezembro de 2018), dados em garantia para as operações junto ao BNDES. Ainda, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$8.733.413 (R\$9.620.276 em 31 de dezembro de 2018).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com fees de covenants (waivers), têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2021	480.534	644.912	1.125.446
2022	463.586	-	463.586
2023	373.918	1.571.974	1.945.892
2024	184.403	23.179	207.582
2025	45.968	-	45.968
2026	14.356	-	14.356
TOTAL	1.562.765	2.240.065	3.802.830

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	31.12.2019	31.12.2018
Varição do exercício		
USD - Dólar Americano	4,0%	17,1%
Acumulado do exercício		
IGP-M	7,3%	7,5%
IPCA	4,3%	3,9%
SELIC	5,9%	6,4%
CDI	5,9%	6,4%
TJLP	5,6%	7,0%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2018	3.093.656	21.999	3.115.655
Captações	3.970.304	-	3.970.304
Varição monetária e cambial	378.401	-	378.401
Encargos financeiros provisionados	-	328.890	328.890
Encargos financeiros pagos	-	(307.950)	(307.950)
Amortização de financiamentos	(1.740.536)	-	(1.740.536)
Custo de captação	(89.000)	-	(89.000)
Amortização do custo de captação	19.983	-	19.983
Cotas Subordinadas e Retenção - FIDC	(44.297)	-	(44.297)
Encargos capitalizados no intangível e imobilizado	-	19.298	19.298
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(27.721)	(57)	(27.778)
SALDO EM 31.12.2018	5.560.790	62.180	5.622.970
Captações	926.535	-	926.535
Varição monetária e cambial	107.088	-	107.088
Encargos financeiros provisionados	-	366.473	366.473
Encargos financeiros pagos	-	(411.600)	(411.600)
Amortização de financiamentos	(2.314.249)	-	(2.314.249)
Custo de captação	(5.435)	-	(5.435)
Amortização do custo de captação	27.385	-	27.385
Cotas Subordinadas e Retenção - FIDC	(22.565)	-	(22.565)
Encargos capitalizados ao ativo de contrato e imobilizado	-	10.623	10.623
SALDO EM 31.12.2019	4.279.549	27.676	4.307.225

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com fees de covenants (waivers). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Financiador	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 01.01.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019
BNDES - Capex	Light SESA	5.435	-	-	-	-	5.435	(632)	4.803
4131 Citibank 2014	Light SESA	4.452	1.236	-	(838)	398	-	(398)	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	4.427	4.427	-	(4.087)	340	-	(340)	-
CCB - Santander 2018	Light SESA	1.251	-	1.251	(1.251)	-	-	-	-
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	1.000	-	1.000	(294)	706	-	(706)	-
CCB Banco do Brasil 2018	Light SESA	1.500	-	1.500	(1.500)	-	-	-	-
FIDC 2018	Light SESA	41.032	-	41.032	(3.412)	37.620	-	(6.840)	30.780
Bonds	Light SESA	27.846	-	27.846	(3.159)	24.687	-	(11.978)	12.709
4131 Citibank 2012	Light Energia	3.339	747	-	(747)	-	-	-	-
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	1.660	1.223	1.227	(2.275)	175	-	(175)	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	1.107	-	1.107	(830)	277	-	(277)	-
Bonds	Light Energia	15.264	-	14.037	(1.590)	12.447	-	(6.039)	6.408
TOTAL		108.313	7.633	89.000	(19.983)	76.650	5.435	(27.385)	54.700

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 38.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados covenants não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, BNDES, e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (covenants). Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (covenants). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

21. DEBÊNTURES

Consolidado								
Emissão	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.112	40.310	235.000	235.000	275.310	315.004
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	3.554	253.554	250.000	250.000	503.554	757.131
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	213.164	5.684	218.848	639.493	639.493	858.341	828.187
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	250.050	1.802	251.852	-	-	251.852	504.861
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	50.744
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	155.015
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	58.161	2.440	60.601	-	-	60.601	58.446
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	7.910	7.910	496.379	496.379	504.289	486.290
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	425.000
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.977	7.977	559.641	559.641	567.618	546.386
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	2.362	2.362	160.000	160.000	162.362	162.412
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	1.592	1.592	132.500	132.500	134.092	-
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	5.394	5.394	422.950	422.950	428.344	-
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	810	810	62.500	62.500	63.310	-
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	1.997	1.997	500.400	500.400	502.397	-
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	207	207	50.000	50.000	50.207	-
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	489	489	150.210	150.210	150.699	-
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	-	-	-	-	-	-	109.085
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.502	71	2.573	15.000	15.000	17.573	20.107
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	-	-	-	-	-	-	67.337
Subtotal - Debêntures		813.075	43.401	856.476	3.674.073	3.674.073	4.530.549	4.486.005
Custo de captação		(15.395)	-	(15.395)	(44.724)	(44.724)	(60.119)	(63.681)
Custo fee de covenants		(5.260)	-	(5.260)	(5.855)	(5.855)	(11.115)	(16.833)
Custos - Debêntures		(20.655)	-	(20.655)	(50.579)	(50.579)	(71.234)	(80.514)
TOTAL		792.420	43.401	835.821	3.623.494	3.623.494	4.459.315	4.405.491

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2019:

Emissão	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,19%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	7,16%	Mar/2018	Anual	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,29%	Mai/2020	Anual	Mai/2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	6,83%	Mai/2018	Anual	Mai/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,00%	N/A	Abr/2018	Trimestral	Jan/2019
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,20%	N/A	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	07.07.2017	R\$	IPCA + 9,09%	13,79%	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	12,07%	Out/2022	Única	Out/2022
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	26.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	N/A	Mar/2019	Bimestral	Mar/2021
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	11,43%	Out/2024	Anual	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	8,27%	Out/2021	Anual	Out/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	6,89%	Abr/2022	Única	Abr/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	7,26%	Abr/2023	Anual	Abr/2024
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	7,37%	Abr/2025	Única	Abr/2025
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	7,53%	Out/2022	Única	Out/2022
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	7,79%	Out/2023	Anual	Out/2024
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	9,78%	Out/2025	Anual	Out/2026
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	N/A	Ago/2016	Anual	Ago/2019
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,19%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	30.11.2017	R\$	CDI + 3,50%	N/A	Ago/2018	Trimestral	Nov/2019

Abaixo, os montantes dos principais nas operações financeiras relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Em 15 de janeiro de 2019, a controlada Light SESA quitou a dívida referente à 1ª série da 12ª emissão de debêntures, no montante de R\$49.695.
- Em 11 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA realizou o resgate antecipado integral da dívida referente à 2ª série da 12ª emissão de debêntures, no montante de R\$147.889.
- Em 07 de maio de 2019, ocorreu a 16ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$617.950, por meio de 3 séries. Seguem abaixo os montantes e condições das séries:

Séries	Montante em R\$ mil	Taxa de juros a.a	Vencimento
1ª Série	R\$ 132.500	CDI + 0,90%	15 de abril de 2022
2ª Série	R\$ 422.950	CDI + 1,25%	15 de abril de 2024
3ª Série	R\$ 62.500	CDI + 1,35%	15 de abril de 2025

- Em 09 de agosto de 2019, foi realizado o resgate antecipado total da 14ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, junto ao Banco do Brasil, no valor de principal de R\$326.923. A operação tinha o custo de CDI+3,50% a.a., com vencimento em março de 2021.
- Em 19 de agosto de 2019, a controlada Light Energia quitou a dívida com o Banco do Brasil referente a operação da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$106.250.
- Em 15 de outubro de 2019, ocorreu a 17ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, com a entrada dos recursos em 06 de dezembro de 2019 no montante de R\$700.000, por meio de 3 séries. Seguem abaixo os montantes e condições das séries:

Séries	Montante em R\$ mil	Taxa de juros a.a	Vencimento
1ª Série	R\$ 500.400	CDI + 1,50%	15 de outubro de 2022
2ª Série	R\$ 50.000	CDI + 1,75%	15 de outubro de 2024
4ª Série	R\$ 149.600	IPCA + 5,25%	15 de outubro de 2026

- Em 25 de novembro de 2019, a controlada Light Energia quitou a dívida referente à 6ª emissão de debêntures, no montante de R\$16.667.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidadas, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de capitação e os custos com fees de covenants (waivers), têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2019:

	Total
2021	584.814
2022	1.464.094
2023	491.340
2024	557.945
2025	459.075
2026	116.805
TOTAL	3.674.073

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2018	4.037.292	257.622	4.294.914
Debêntures emitidas	1.125.000	-	1.125.000
Variação monetária	22.363	30.154	52.517
Encargos financeiros provisionados	-	312.798	312.798
Encargos financeiros pagos	-	(333.198)	(333.198)
Amortização de debêntures	(1.024.043)	-	(1.024.043)
Custo de emissão	(50.678)	-	(50.678)
Amortização custo de emissão	23.465	-	23.465
Encargos capitalizados ao intangível e imobilizado	-	4.716	4.716
Transferência entre encargos e principal	222.702	(222.702)	-
SALDO EM 01.01.2018	4.356.101	49.390	4.405.491
Debêntures emitidas	1.317.950	-	1.317.950
Variação monetária	69.707	-	69.707
Encargos financeiros provisionados	-	272.663	272.663
Encargos financeiros pagos	-	(298.229)	(298.229)
Amortização de debêntures	(1.337.124)	-	(1.337.124)
Custo de emissão	(15.778)	-	(15.778)
Amortização custo de emissão	25.058	-	25.058
Encargos capitalizados no intangível e imobilizado	-	19.577	19.577
SALDO EM 31.12.2019	4.415.914	43.401	4.459.315

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com fees de covenants (waivers). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 01.01.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	3.461	2.741	-	(323)	2.418	1.487	(455)	3.450
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	14.089	8.383	1.992	(2.512)	7.863	-	(3.205)	4.658
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	9.992	6.637	1.199	(1.253)	6.583	-	(1.480)	5.103
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	12.448	6.716	1.506	(2.355)	5.867	-	(3.246)	2.621
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	4.601	1.937	-	(1.937)	-	-	-	-
Debêntures 12ª Emissão	Light SESA	1.461	3.709	1.461	(2.897)	2.273	-	(1.436)	837
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	3.714	19.601	3.714	(7.769)	15.546	-	(4.055)	11.491
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	5.626	-	5.626	(1.359)	4.267	-	(4.267)	-
Debêntures 15ª Emissão	Light SESA	2.804	-	34.896	(830)	34.066	2.804	(5.063)	31.807
Debêntures 16ª Emissão	Light SESA	3.366	-	-	-	-	3.366	(336)	3.030
Debêntures 17ª Emissão	Light SESA	8.070	-	-	-	-	8.070	-	8.070
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	7.866	1.847	284	(1.392)	739	-	(739)	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	352	158	-	(18)	140	51	(24)	167
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	1.640	1.572	-	(820)	752	-	(752)	-
TOTAL		79.490	53.301	50.678	(23.465)	80.514	15.778	(25.058)	71.234

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 38.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados covenants não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (covenants). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	31.12.2019			31.12.2018		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	120.914	428	121.342	143.789	574	144.363
Cíveis	198.658	91.650	290.308	165.360	74.766	240.126
Fiscais	55.783	28.643	84.426	53.411	29.387	82.798
Regulatórias	47.124	-	47.124	8.957	-	8.957
TOTAL	422.479	120.721	543.200	371.517	104.727	476.244

22.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 01.01.2018	123.712	167.783	53.056	9.404	353.955
Adições	35.912	170.029	84	-	206.025
Atualizações	-	2.185	271	196	2.652
Baixas por pagamentos	(11.757)	(161.605)	-	-	(173.362)
Baixas por reversões	(4.078)	(13.032)	-	(643)	(17.753)
SALDO EM 31.12.2018	143.789	165.360	53.411	8.957	371.517
Adições	5.004	267.188	3.109	66.880	342.181
Atualizações	-	6.751	2.637	6.040	15.428
Baixas por pagamentos	(12.135)	(230.904)	-	(33.493)	(276.532)
Baixas por reversões	(15.744)	(9.737)	(3.374)	(1.260)	(30.115)
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	422.479
Depósitos judiciais em 31.12.2019	20.848	4.059	5.646	-	30.553

Em 31 de dezembro de 2019, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$272.853 (R\$294.906 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$30.553 (R\$35.048 em 31 de dezembro de 2018) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	63.406	63.395
Cíveis	122.115	130.744
Fiscais	87.332	100.767
TOTAL	272.853	294.906

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

22.2 Provisões trabalhistas

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2019	31.12.2018
Funcionários próprios	45.023	60.541
Funcionários terceirizados	75.891	83.248
TOTAL	120.914	143.789

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

22.3 Provisões cíveis

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2019	31.12.2018
Ações Cíveis ^(a)	144.782	110.120
Juizado Especial Cível ^(b)	31.883	27.007
Plano Cruzado ^(c)	21.993	28.233
TOTAL	198.658	165.360

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia – que representam aproximadamente 92,9% do estoque de processos; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

22.4 Provisões fiscais

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2019	31.12.2018
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
Outros	9.551	7.179
TOTAL	55.783	53.411

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$609.629. Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.

22.5 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Auto de Infração nº 13/2017-SFE/ANEEL - O auto de infração foi recebido em 24 de abril de 2017. A SFE/ANEEL promoveu fiscalização durante o período de 04 a 08 de maio de 2015 com o objetivo de verificar os procedimentos de coleta, apuração, registro e armazenamento dos indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica, assim como, averiguar o cálculo das compensações por violação dos limites de continuidade individual, informação ao consumidor e o efetivo pagamento nos prazos regulamentares, referentes ao ano de 2014. Com base do que dispõem os PRODIST, aplicou penalidade de multa no valor de R\$12.483. Entretanto, em 04 de maio de 2017, a controlada Light SESA protocolou um recurso na ANEEL que em juízo de reconsideração, pelo Despacho nº 629/2018, reduziu a multa para R\$10.761. Desta forma, aguardamos a decisão final da Diretoria Colegiada. O montante da provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.217 (R\$3.036 em 31 de dezembro de 2018).
- Auto de Infração nº 061/2017-SFE/ANEEL - O auto de infração foi recebido em 30 de outubro de 2017. A SFE/ANEEL promoveu fiscalização durante o período de 21 de novembro de 2016 a 25 de novembro de 2016 com o objetivo de verificar a prestação de serviço pela controlada Light SESA, satisfazendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, modernidade das técnicas, dos equipamentos e da instalação e a sua conservação, aplicando penalidade de multa no valor de R\$36.311. Entretanto, em 09 de novembro de 2017, a controlada Light SESA protocolou um recurso na ANEEL que em juízo de reconsideração, não acatou os argumentos apresentados. A Procuradoria Federal, posteriormente, elaborou o Parecer 267/2019, opinando pelo parcial provimento ao recurso, apenas para que seja desconsiderada a dosimetria das penalidades de multa das “não conformidades” a condicionante “danos ao serviço e/ou aos usuários”. Em 03 de setembro de 2019, a Diretoria Colegiada da ANEEL votou por conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela controlada Light SESA, reduzindo a multa para R\$29.587. Em setembro de 2019, foi pago o montante de R\$33.492 e o referido processo foi encerrado.
- Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL - Em 24 de janeiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu o Auto de Infração decorrente da fiscalização, ocorrida durante o período de 18 a 22 de setembro de 2017, com o objetivo de verificar a prestação de serviço adequado quanto à qualidade do atendimento comercial, especificamente sobre os temas relacionados à solicitação de alteração de titularidade, cobrança por procedimento irregular na medição e sobre parcelamento de débitos, prestados pela controlada Light SESA, com base no que dispõe a Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113. A controlada Light SESA protocolou o recurso na ANEEL em 04 de fevereiro de 2019 e aguarda avaliação do mesmo e, posteriormente, a decisão final da Diretoria Colegiada. Em 24 de outubro de 2019, a SFE/ANEEL conheceu o recurso administrativo impetrado pela Light e concedeu parcial provimento, reduzindo a multa para o valor de R\$47.242. Em face desse novo posicionamento, o montante de provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$43.907.

22.6 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 01.01.2018	561	69.236	26.578	96.375
Adições	96	30.046	4.341	34.483
Atualizações	-	1.820	1.196	3.016
Baixas por pagamentos	(79)	(15.175)	(2.450)	(17.704)
Baixas por reversões	(4)	(11.161)	(278)	(11.443)
SALDO EM 31.12.2018	574	74.766	29.387	104.727
Adições	168	52.922	3.611	56.701
Atualizações	-	1.473	898	2.371
Baixas por pagamentos	(61)	(26.921)	(1.593)	(28.575)
Baixas por reversões	(253)	(10.590)	(3.660)	(14.503)
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	120.721

23. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	763.787	51.605	908.689	47.420
Trabalhistas	331.163	841	319.641	921
Fiscais	6.255.377	738	4.467.419	738
TOTAL	7.350.327	53.184	5.695.749	49.079

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

23.1 Cíveis

- Irregularidades - A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$228.103 (R\$242.002 em 31 de dezembro de 2018).
- Valores cobrados e faturas - Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante, atualmente quantificável, para estas ações é de R\$94.575 (R\$104.488 em 31 de dezembro de 2018).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$23.770 (R\$29.529 em 31 de dezembro de 2018).
- Interrupção e suspensão - A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$33.320 (R\$40.391 em 31 de dezembro de 2018).
- Equipamentos e redes - A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos por ela utilizados para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$9.258 (R\$10.212 em 31 de dezembro de 2018).

- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): no último trimestre de 2011, a CSN ajuizou a ação 0477418-58.2011.8.19.0001 pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$84.038 (R\$68.959 em 31 de dezembro de 2018).
- A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória 0002731-81.2011.8.19.0000 movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora, em que a Companhia saiu vencedora. A exposição do risco para a Companhia é de R\$235.994 (R\$204.666 em 31 de dezembro de 2018).
- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo Generation Scaling Factor - GSF. A ação ordinária, movida pela controlada Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo n.º38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da referida liminar.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento de um Mandado de Segurança, processo n.º1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Light Energia e a Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a Light Energia quanto a Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a ANEEL não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

Há que se considerar a conclusão da tramitação do Projeto de Lei 10.985/18, que, em junho de 2019, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados com uma emenda sobre outro tema que não guarda relação com o da repactuação. Unicamente em razão de tal emenda, o Projeto de Lei retornou ao Senado. Em março de 2020, o Projeto de Lei 3.975/19 (nova denominação do PL 10.985/18) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo para o plenário do Senado, que não poderá apresentar novas alterações ao texto, mas apenas acatar ou rejeitar as modificações da Câmara. Posteriormente, o PL será enviado à Presidência da República para sanção. A Aneel regulamentará o tema após a publicação da Lei.

23.2 Fiscais

- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui uma autuação fiscal, duas Ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECF e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. Em 10 de março de 2020, foi proferida sentença favorável à controlada Light SESA no Mandado de Segurança. Nas demais ações judiciais, aguarda-se a prolação de sentença. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$721.797 (R\$528.000 em 31 de dezembro de 2018).

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui duas autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, bem como duas outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas. Um dos processos administrativos que discute a cobrança de IRPJ e CSLL foi julgado procedente em parte para que os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas de exercícios anteriores sejam compensados até o limite legal, reduzindo, assim, o valor exigido (aproximadamente R\$400 de base de cálculo negativa de CSLL). Neste caso, o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA, em 10 de março de 2020. Um dos processos administrativos que discute a cobrança de PIS e COFINS foi julgado improcedente, tendo o CARF julgado procedente, por unanimidade, o Recurso Voluntário, em 18 de fevereiro de 2020. Nos outros dois casos, aguarda-se o julgamento das impugnações. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$3.018.154 (R\$1.716.666 em 31 de dezembro de 2018).
- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à mesma. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no referido Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, na qual foi apresentada, pela controlada Light SESA, apólice de seguro para garantia do juízo e oposição aos Embargos à Execução Fiscal. A despeito do laudo pericial favorável, foi proferida sentença julgando improcedentes os Embargos à Execução Fiscal. Os Embargos de Declaração opostos pela controlada Light SESA em face da sentença desfavorável foram rejeitados. Aguarda-se a distribuição do Recurso de Apelação interposto pela controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da controlada Light SESA. A Fazenda interpôs Recurso Especial que teve provimento negado (encerramento favorável). Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada com relação ao exercício de 2009, tendo apresentado Impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, que teve parcial provimento, por maioria, para excluir a penalidade e os juros de mora. Até a presente data, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial interposto pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$440.322 (R\$400.500 em 31 de dezembro de 2018).

- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA. A União interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$460.817 (R\$406.000 em 31 de dezembro de 2018).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três Ações Anulatórias, vinculadas à Execuções Fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em duas ações aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e em uma ação aguarda-se o início do prazo para a interposição de Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui uma discussão administrativa, que possui decisão desfavorável de 1ª e 2ª instâncias (no CARF, o acórdão foi desfavorável em razão do voto de qualidade). Até a presente data, aguarda-se o julgamento do Recurso ao Pleno interposto pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$309.145 (R\$280.000 em 31 de dezembro de 2018).
- Despachos Decisórios (57 processos) – 56 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$329.087 (R\$331.290 em 31 de dezembro de 2018).
- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos. Referidos Processos Administrativos decorrem de compensações promovidas pela controlada Light SESA referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. Aguarda-se o julgamento dos Embargos à Execução apresentados pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$58.206 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo com pedido de liminar para não ter que recolher esta taxa. Deferida liminar. Foi proferida sentença favorável. Aguarda-se a distribuição do Recurso de Apelação interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$59.000 (R\$42.400 em 31 de dezembro de 2018).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA. Apresentadas Manifestações de Inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$272.543 (R\$254.100 em 31 de dezembro de 2018).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF") – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF"), do ICMS correspondente a 10% (dez por cento) dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017. Apresentada Impugnação, ainda pendente de julgamento. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$44.476 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

23.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos - com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$6.391 (R\$11.037 em 31 de dezembro de 2018).

- Horas extras e reflexos - pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$74.664 (R\$85.900 em 31 de dezembro de 2018).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados, ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$28.025 (R\$30.196 em 31 de dezembro de 2018).
- Diferença de adicional de periculosidade - a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$6.805 (R\$15.880 em 31 de dezembro de 2018).
- Dano moral - pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$127.282 (R\$80.265 em 31 de dezembro de 2018).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. No entanto, em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em que pese a revogação da liminar supracitada, em razão da extinção do processo, a Lei 13.467/2017 incluiu dispositivo na CLT reafirmando a utilização da Taxa Referencial (TR) para fins de correção monetária. Outrossim, a Medida Provisória 905 de 11 de novembro de 2019, que reintroduziu o IPCA-E como índice de correção, ainda não foi convertida em Lei, podendo perder sua eficácia em março de 2020.

Nesse contexto, o valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$8.951 (R\$8.600 em 31 de dezembro de 2018), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão inicial do STF, da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado, inclusive quanto a eventual modulação dos efeitos, e da natureza precária da Medida Provisória 905/2019, até a presente data, podendo ser revisto caso se operem modificações em momento posterior.

- 23.4 A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:
- PASEP/PIS - Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. A Impugnação apresentada pela controlada Light SESA foi julgada improcedente. Foi interposto Recurso Voluntário, que teve parcial provimento, para reconhecer o direito à compensação, com exceção dos débitos de janeiro, abril, junho e dezembro de 1999, junho de 2000, dezembro de 2001 e fevereiro de 2002. Aguarda-se apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela controlada Light SESA. O montante, atualmente quantificável é de R\$337.405 (R\$330.400 em 31 de dezembro de 2018).
 - IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados pela controlada Light SESA em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, em um processo que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante, atualmente quantificável é de R\$262.251 (R\$256.800 em 31 de dezembro de 2018).

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

24.1 Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$3.853 (R\$3.879 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

24.2 Passivo contratual

Não ocorreu movimentação no passivo contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Não circulante	Consolidado
SALDO EM 01.01.2018	52.434
Atualizações no resultado do exercício	2.065
Amortização no exercício	(54.499)
SALDO EM 31.12.2018	-

Em 08 de junho de 2018, a Administração, optou por efetuar o pagamento da dívida atuarial dos montantes decorrentes dos déficits técnicos do plano C saldado, reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de março de 2016, os quais foram atualizados por IPCA mais 5,58%.

24.3 Avaliação atuarial

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2019.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor Presente das obrigações atuariais	(3.583.281)	(3.134.375)
Valor justo dos ativos do plano	3.603.165	3.190.913
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(19.884)	(54.473)
Complemento referente a dívida com a Braslight	-	(2.065)
PASSIVO LÍQUIDO	-	-
Passivo líquido, CVM nº 695/12	-	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo dos ativos no início do ano	3.190.913	3.029.416
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	273.195	317.243
Ganhos atuariais nos ativos do plano	419.425	120.026
Contribuições da patrocinadora	473	488
Contribuições dos participantes	22	33
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(280.863)	(276.293)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	3.603.165	3.190.913

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor das obrigações no início do ano	3.134.375	3.031.347
Custo do serviço corrente	(79)	25
Juros sobre as obrigações atuariais	268.111	317.467
Contribuições de participantes	22	33
Redimensionamento da obrigação	461.715	61.796
Benefícios pagos	(280.863)	(276.293)
VALOR JUSTO DAS OBRIGAÇÕES NO FINAL DO ANO	3.583.281	3.134.375

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Custo do serviço corrente	(79)	25
Juros sobre as obrigações atuariais	268.111	317.467
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(273.195)	(317.243)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	5.163	1.816
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	2.065

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Passivo líquido no início do ano	-	52.434
Despesa reconhecida no resultado	-	2.065
Amortizações no exercício	-	(54.499)
PASSIVO LÍQUIDO NO FINAL DO ANO	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020
Custo do serviço corrente	(177)
Juros sobre as obrigações atuariais	236.235
Rendimento esperado dos ativos do plano	(237.633)
Juros sobre o passivo oneroso	1.349
	(226)

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Renda fixa	74,97%	90,34%
Renda variável	18,06%	2,62%
Investimentos estruturados	2,26%	1,99%
Imóveis	3,31%	3,80%
Empréstimos e financiamentos	1,58%	1,42%
Outros realizáveis	0,05%	0,05%
Provisões contingências	-0,23%	-0,22%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi um ganho de R\$419.425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (ganho de R\$120.026 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A Braslight realiza periodicamente estudos de Asset Liability Management (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

24.4 Premissas atuariais

	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	6,66%(A/B) e 7,03%(C)	8,83% (A/B) e 9,04% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	6,66%(A/B) e 7,03%(C)	8,83% (A/B) e 9,04% (C)
Taxa anual de inflação	3,60%	4,00%
Taxa de crescimento salarial nominal	6,19%	6,60%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,60%	4,00%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,30	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Fraca*1,30	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.396	1.480
Participantes aposentados e pensionistas	5.501	5.563

^(a) Tábua sem agravamento

24.5 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	6,66%	-1,00%	143.875
Plano C	7,03%	-1,00%	240.549

Tábua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	27.930
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	90.778

25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.20.1, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2019 são de R\$76.721 no ativo e R\$79.356 no passivo, respectivamente, conforme aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)).

25.1 Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

CONSOLIDADO			
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	1.262	2.008	3.270
Máquinas e equipamentos	935	332	1.267
Veículos	29.349	45.470	74.819
TOTAL	31.546	47.810	79.356

25.2 Movimentação das obrigações por arrendamento e dos ativos de direito de uso

CONSOLIDADO						
ATIVO DE DIREITO DE USO	Adoção Inicial IFRS 16 CPC 06 (R2)	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Amortização	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31.12.2019
Terrenos e imóveis	2.601	2.017	90	(1.513)	(34)	3.161
Máquinas e equipamentos	2.215	-	-	(1.001)	-	1.214
Veículos	71.811	97.004	-	(30.575)	(65.894)	72.346
TOTAL	76.627	99.021	90	(33.089)	(65.928)	76.721

CONSOLIDADO							
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Adoção Inicial IFRS 16 CPC 06 (R2)	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Pagamento da parcela	Despesa de juros	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31.12.2019
Terrenos e imóveis	2.601	2.017	90	(1.697)	293	(34)	3.270
Máquinas e equipamentos	2.215	-	-	(1.104)	156	-	1.267
Veículos	71.811	97.004	-	(34.824)	7.171	(66.343)	74.819
TOTAL	76.627	99.021	90	(37.625)	7.620	(66.377)	79.356

25.3 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO		31.12.2019
2020		31.547
2021		32.981
2022		9.800
2023		5.014
Após 2023		14
TOTAL		79.356

25.4 “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPC 06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos do passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos sem inflação, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação.

	CONSOLIDADO
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme IFRS 16	76.721
Com efeito da Inflação	82.163
	<u>7,1%</u>
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme IFRS 16	79.356
Com efeito da Inflação	84.797
	<u>6,9%</u>

26. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.317	-	2.317	2.310	-	2.310
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.607	-	4.607	3.745	-	3.745
Programa de Eficiência Energética - PEE	187.149	-	187.149	165.443	-	165.443
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	81.656	-	81.656	82.127	-	82.127
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	200.460	-	200.460
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.147	-	1.147	1.122	-	1.122
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	1.077	-	1.077	10.458	-	10.458
Encargos regulatórios	277.953	-	277.953	465.665	-	465.665
Adiantamento de clientes	73.757	-	73.757	59.458	-	59.458
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.974	-	2.974	2.987	-	2.987
Taxa de iluminação pública	140.171	-	140.171	122.185	-	122.185
Reserva para reversão	-	54.393	54.393	-	62.163	62.163
Restituições consumidores	74.568	-	74.568	30.412	-	30.412
Provisão para demissão voluntária	20.764	-	20.764	-	-	-
Outros	9.934	-	9.934	10.560	265	10.825
Outros	322.168	54.393	376.561	225.602	62.428	288.030
TOTAL	600.121	54.393	654.514	691.267	62.428	753.695

Em 25 de outubro de 2019, a Companhia divulgou um Programa de Demissão Voluntário (PDV) para os seus empregados. As principais condições para a adesão ao PDV era ter mais de 10 anos de empresa, estar aposentado, reunir condições legais para se aposentar ou que tenha pelo menos 30 anos de serviços prestados à Companhia. Os benefícios são, além das verbas rescisórias legais, de 1,5 a 5 salários base e a prorrogação no plano de saúde por um período de até 24 meses. A adesão ao programa foi autorizada até o dia 22 de novembro de 2019, sendo que as rescisões do contrato de trabalho ocorrerão até o dia 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o montante devido de indenização compensatória estimado é de R\$20.764.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019, a Light S.A. tem como maior acionista individual a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), o qual não exerce o controle da Companhia.

Segue abaixo um resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

27.1 Ativos e receitas

CONTROLADORA									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.12.2019	31.12.2018	2019	2018
Outros créditos - Referente a contrato de mútuo celebrado entre a Light S.A e a Lajes Energia - Controladora	10.000	-	dez/2017 a jan/2019	CDI + 3,50 a.a.	N/A	-	-	-	876

CONSOLIDADO									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.12.2019	31.12.2018	2019	2018
Ciente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Acionista relevante	N/A ^(a)	93	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	93	80	997	928
Ciente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A ^(a)	31	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	31	28	374	340
Ciente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Acionista relevante	N/A ^(a)	14	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	14	16	189	173
Ciente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	4.325	86	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	86	79	1.156	969
Ciente - Contrato de venda de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	12.419	-	out/2014 a dez/2019	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	12.419
Ciente - Indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais entre Lightcom e Renova - Está sob controle comum	71.100	-	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	82.992	-	11.892
Outros créditos - Adiantamento a fornecedores de faturas de energia e indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	N/A	-	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	90.506	59.711	6.246
Ciente - Compromisso de venda de energia elétrica entre CEMIG e Lightcom - Acionista relevante	N/A	772	Mar/2019 a Dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	772	-	7.863	-

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

27.2 Passivos e despesas

CONSOLIDADO									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						31.12.2019	31.12.2018	2019	2018
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Acionista	275.238	4.475	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	4.475	4.851	(48.361)	(60.735)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Light SESA com a CEMIG - Acionista	N/A ^(a)	1.426	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	1.426	1.398	(16.511)	(22.975)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	217.213	2.100	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	2.100	1.937	(21.590)	(20.508)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A ^(b)	1.698	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.698	8	(15.612)	(19.136)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A, Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	42.726	-	Dez/2013 a Jun/2026	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	-	-	-	(2.065)
Fornecedor - Compromisso de venda de energia da Lightcom com a Renova - Participam do mesmo grupo	807.216	-	jul/2015 a ago/2036	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	(168.972)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica entre CEMIG e Lightcom - Acionista relevante	N/A	912	Mar/2019 a Dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	912	-	(35.793)	-

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

27.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Honorários e benefícios de curto prazo	1.430	2.164	10.413	11.910
Bônus	523	882	5.229	7.070
Encargos Sociais	383	622	3.053	6.278
Benefícios pós-emprego	50	62	553	629
Benefícios assistenciais	63	75	1.199	951
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	245	438	2.453	4.379
Remuneração baseada em ações	2.626	-	2.626	-
TOTAL	5.320	4.243	25.526	31.217

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na nota explicativa 31.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Light S.A. está representado por 303.934.060 -trezentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta (203.934.060 em 31 de dezembro de 2018 -duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$4.051.285, conforme a seguir:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
ACIONISTAS				
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	-	-	22.226.150	10,90
Companhia Energética de Minas Gerais	68.621.263	22,58	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	26.576.149	13,03
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.083.308	6,28	19.140.808	9,39
Mercado	216.229.489	71,14	82.838.655	40,62
TOTAL GERAL	303.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. é uma Companhia Aberta de controle pulverizado ("full Corporation"), sem acordo de acionistas.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 323.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

28.1.1 Conclusão do processo de incorporação da RME e LEPSA pela Cemig

Em 24 de abril de 2019, foram concluídos, pela Cemig, os processos de incorporação de suas subsidiárias integrais LEPSA e a RME. Com a extinção da RME e da LEPSA, ocorreu, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no acordo de acionistas da Light S.A., celebrado em 30 de dezembro de 2009 e aditado em 13 de novembro de 2018. A Cemig aprovou a incorporação da RME e da LEPSA na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2019. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Ressaltamos que tal incorporação não alterou a participação da Cemig já detida no capital da Companhia.

28.1.2 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias

Em 17 de julho de 2019, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da CVM.

No âmbito da oferta pública, foram colocadas 100.000.000 (cem milhões) de novas ações de emissão da Companhia (oferta primária), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.875.000, e 33.333.333 (trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e trinta e três) de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG (oferta secundária), ao preço por ação de R\$18,75.

Em 31 de dezembro de 2019, os gastos com a emissão dessas novas ações totalizavam o montante de R\$49.537 e foram registrados reduzindo o aumento de capital social.

Em razão do aumento do capital social da Companhia, o capital social da Companhia passou a ser de R\$4.051.285, dividido em 303.934.060 (trezentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

28.2 Reserva

28.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$3.179 é decorrente de ações outorgadas referente ao plano de opções.

28.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

28.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

28.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

28.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2019	2018
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	1.327.803	165.782
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	245.600.727	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	5,41	0,81

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

29. DIVIDENDOS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

liberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)
2018 AGO de 29 de abril de 2019	Dividendos mínimos obrigatórios 2018	39.373	0,1931

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.327.803	165.782
Constituição de reserva legal (5%)	(66.390)	(8.289)
BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	1.261.413	157.493
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(315.353)	(39.373)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	16.018	16.515
LUCROS RETIDOS	962.078	134.635

30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O programa de participação nos lucros e resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de lucro líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações trabalhistas, é de R\$33.928 (R\$30.467 em 31 de dezembro de 2018), com pagamento previsto para o mês de abril de 2020.

31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O Plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no Plano de Opção) na data de aprovação do Plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

31.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

31.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (“Lock-Up”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração outorgou 3.411.500 (três milhões, quatrocentos e onze mil e quinhentas) Opções aos beneficiários.

	Quantidade de opções
Opções outorgadas durante o exercício	3.411.500
Canceladas durante o exercício	(44.000)
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2019	3.367.500

31.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrado o montante de R\$3.179.

32. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (nota 33)	18.723.813	18.296.203
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(38.879)	(28.441)
Arrendamentos, aluguéis e outras	80.680	77.976
Receita de construção	726.368	661.036
Renda de prestação de serviço	34.984	54.579
Subvenção CDE	269.645	248.929
Serviço taxado	6.464	5.784
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	153.267	146.935
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS (Nota 08)	1.086.462	-
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 12)	92.963	(53.203)
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(68.885)	626.903
RECEITA BRUTA	21.066.882	20.036.701
ICMS	(4.415.730)	(4.371.864)
PIS e COFINS	(1.605.923)	(1.734.529)
Outros	(4.476)	(6.634)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(6.026.129)	(6.113.027)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.448.599)	(1.749.746)
Reserva Global de Reversão - RGR	(13.613)	(12.677)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(12.059)	(11.735)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.123)	(23.468)
Eficiência Energética - PEE	(49.531)	(47.899)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.123)	(23.468)
Obrigações especiais	-	(19.086)
Outros encargos - PROINFA	(47.919)	(35.053)
Outros encargos	(31.219)	(29.995)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(1.651.186)	(1.953.127)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(7.677.315)	(8.066.154)
RECEITA LÍQUIDA	13.389.567	11.970.547

Em virtude da decisão favorável referente ao processo judicial que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou uma receita de R\$1.086.462 referente aos valores dos créditos a serem restituídos de janeiro de 2002 a agosto de 2009.

33. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E RECEITA DE USO DA REDE

	Consolidado					
	N.º de contas faturadas ^(a) ^(b) ^(c)		GWh ^(a)		R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Residencial	4.059.333	4.092.836	8.414	8.600	5.589.932	5.430.182
Industrial	9.959	10.109	569	697	355.701	434.963
Comércio, serviços e outras	329.735	327.095	5.496	5.598	3.571.637	3.440.901
Rural	8.799	12.387	55	62	9.524	11.059
Poder público	12.062	12.222	1.483	1.393	900.371	817.518
Iluminação pública	756	765	825	802	313.578	296.309
Serviço público	1.722	1.746	1.028	1.183	448.392	495.341
Consumo próprio	452	455	116	120	-	-
Receita de uso da rede	975	755	9.672	9.579	1.386.114	1.162.138
FORNECIMENTO FATURADO	4.423.793	4.458.370	27.658	28.034	12.575.249	12.088.411
ICMS	-	-	-	-	4.406.039	4.352.259
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	88.166	(12.419)
TOTAL FORNECIMENTO	4.423.793	4.458.370	27.658	28.034	17.069.454	16.428.251
Comercialização de energia/outros	-	-	4.757	2.342	1.338.082	1.445.772
ICMS	-	-	-	-	9.690	19.211
Energia de curto prazo	-	-	1.478	783	306.587	402.969
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	6.235	3.125	1.654.359	1.867.952
TOTAL	4.423.793	4.458.370	33.893	31.159	18.723.813	18.296.203

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

^(c) Informações relativas a controlada Light SESA

34. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal e administradores	-	-	(298.958)	(264.134)	(130.861)	(139.105)
Materiais	-	-	(20.787)	(40.648)	(1.910)	(441)
Serviços de Terceiros	-	-	(334.290)	(361.981)	(206.533)	(184.705)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 35)	(8.211.044)	(7.972.390)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(562.188)	(523.697)	(24.999)	(21.246)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(1.127.169)	(434.800)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais	-	-	-	-	(412.641)	(239.213)
Custo de construção	-	-	(726.368)	(661.036)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	121.235	105.159	-	-
Outras despesas/ custos	-	-	(10.783)	(29.444)	(67.783)	(64.188)
TOTAL	(8.211.044)	(7.972.390)	(1.832.139)	(1.775.781)	(1.971.896)	(1.083.698)

A rubrica de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais variou principalmente em função do maior volume de provisões cíveis registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito na nota explicativa 22.5.

A rubrica de provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa variou principalmente em função da provisão no montante de R\$277.654 referente a saldos entre a Lightcom e a Renova Energia proveniente de adiantamentos realizados de faturas de energia e indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais, conforme descrito na nota explicativa 11, e pela reavaliação do contas a receber realizada no final do ano de 2019, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro dos saldos em aberto, já alinhada ao novo plano de combate à perda de energia.

35. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	GWh ^(a)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(942)	(1.482)	(1.472.549)	(1.131.941)
Itaipu - Binacional	4.610	4.649	(1.163.939)	(1.093.551)
UTE Norte Fluminense	6.352	6.351	(2.438.378)	(1.662.105)
Leilão de energia	10.543	10.200	(2.670.587)	(3.010.960)
Cotas de garantia física	6.384	6.645	(655.853)	(603.594)
Cota de nucleares	866	868	(219.232)	(215.187)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(822.409)	(897.714)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(70.968)	(47.525)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(3.030)	(2.714)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(117.681)	(111.220)
PROINFA	459	495	(171.072)	(158.259)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	839.629	783.528
ICMS sobre compra ^(b)	-	-	755.025	178.852
TOTAL	28.272	27.726	(8.211.044)	(7.972.390)

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

^(b) Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

36. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2019	2018
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	80.379	117.318
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	80.298	63.315
Operações de swap	205.559	352.951
Atualização de depósitos judiciais	9.624	11.483
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 12)	20.916	63.410
Atualização de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	1.461.190	-
Outras receitas financeiras	43.433	34.797
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1.901.399	643.274
DESPESA		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(17.799)	(5.668)
Despesas com passivos tributários	(12.047)	(14.171)
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e Braslight	(691.579)	(687.201)
Variação cambial e monetária	(176.795)	(430.918)
Variação cambial sobre faturas de energia	596	(24.178)
Atualização monetária sobre o GSF	(39.472)	(62.377)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(80.071)	(16.105)
Outras despesas financeiras	(182.618)	(53.428)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.199.785)	(1.294.046)
RESULTADO FINANCEIRO	701.614	(650.772)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro foi impactado positivamente em R\$1.475.659, decorrente da atualização pela taxa Selic da decisão favorável de exclusão do ICMS da base de PIS e da COFINS (vide Nota 8).

37. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.327.803	165.782	1.988.948	311.390
Aliquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(451.453)	(56.366)	(676.242)	(105.873)
Equivalência patrimonial	461.658	74.798	(13.045)	(29.038)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(8.184)	(13.631)	(8.184)	(13.631)
Incentivos fiscais ^(a)	-	-	1.365	1.434
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	(2.021)	(4.801)	34.961	1.500
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(661.145)	(145.608)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(96.193)	(81.501)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(564.952)	(64.107)

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), que possibilita a aplicação de até 4% do imposto de renda devido em ações culturais.

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

38.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Níveis	Controladora			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Numerário disponível (nota 05)	2	93	93	71.855	71.855
Serviços prestados a receber	2	30	30	259	259
Depósitos vinculados a litígios	2	654	654	601	601
Outros créditos	2	2.272	2.272	18.676	18.676
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (nota 5)	2	71.438	71.438	1.171	1.171
Titulos e valores mobiliários (nota 06)	2	8.716	8.716	2	2
TOTAL		83.203	83.203	92.564	92.564
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	1.017	1.017	3.840	3.840
Outros débitos	2	527	527	475	475
TOTAL		1.544	1.544	4.315	4.315

	Níveis	Consolidado			
		31.12.2019		31.12.2018	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Numerário disponível (nota 05)	2	52.453	52.453	108.189	108.189
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (nota 07)	2	3.649.639	3.649.639	3.868.554	3.868.554
Serviços prestados a receber	2	31.349	31.349	90.439	90.439
Depósitos vinculados a litígios	2	272.853	272.853	294.906	294.906
Ativos financeiros do setor (nota 12)	3	662.067	662.067	712.655	712.655
Outros créditos (nota 11)	2	259.541	259.541	338.254	338.254
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (nota 05)	2	943.885	943.885	598.853	598.853
Títulos e valores mobiliários (nota 06)	2	681.690	681.690	976.798	976.798
Ativo financeiro da concessão (nota 12)	3	4.748.294	4.748.294	4.271.861	4.271.861
Instrumentos financeiros derivativos swaps	2	372.854	372.854	439.359	439.359
TOTAL		11.674.625	11.674.625	11.699.868	11.699.868
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota 18)	2	2.546.345	2.546.345	2.119.660	2.119.660
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	2	4.307.225	3.876.866	5.622.970	5.628.568
Debêntures (nota 21)	2	4.459.315	3.851.055	4.405.491	4.476.263
Passivos financeiros do setor (nota 12)	3	-	-	2.619	2.619
Obrigações por arrendamento mercantil (nota 25) ^(a)	2	79.356	79.356	-	-
Outros débitos (nota 26)	2	654.514	654.514	753.695	753.695
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos swaps	2	34.575	34.575	111.664	111.664
TOTAL		12.081.330	11.042.711	13.016.099	13.092.469

^(a) As obrigações por arrendamento foram reconhecidas em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), conforme descrito na nota explicativa 25.

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 13.

Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o swap cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nocial Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

38.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

38.3 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.261.255	26,0	3.135.865	31,6
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.261.255	26,0	3.135.865	31,6
CDI	3.456.349	39,7	3.923.614	39,5
IPCA	2.764.480	31,8	2.307.342	23,3
TJLP	85.867	1,0	373.742	3,8
Outros	127.512	1,5	176.328	1,8
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.434.208	74,0	6.781.026	68,4
TOTAL	8.695.463	100,0	9.916.891	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de swap, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2019, é de 0,31% do total da dívida em moeda estrangeira (0,39% em 31 de dezembro de 2018).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

38.4 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 junto ao Citibank e a emissão dos Bonds no Mercado Internacional, já foram contratadas com swap para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor	Valor	Swap	Swap valor	Valor Justo x
							Nocional (R\$) 31.12.2019	Nocional (US\$) 31.12.2019	(accrual) (R\$) 31.12.2019	justo (contábil) (R\$) 31.12.2019	Accrual 31.12.2019
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	362.763	90.000	13.410	18.322	4.912
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(33.545)	(89.835)	(56.290)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	644.912	160.000	(112.038)	(144.381)	(32.343)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	67.039	16.632	(884)	(14.523)	(13.639)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	322.456	80.000	11.901	16.253	4.352
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(55.908)	(89.835)	(33.927)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	120.921	30.000	(16.775)	(27.019)	(10.244)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	33.520	8.316	(442)	(7.261)	(6.819)
TOTAL							2.357.751	584.948	(194.281)	(338.279)	(143.998)

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor	Valor	Swap	Swap valor	Valor Justo x
							Nocional (R\$) 31.12.2018	Nocional (US\$) 31.12.2018	(accrual) (R\$) 31.12.2018	justo (contábil) (R\$) 31.12.2018	Accrual 31.12.2018
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	387.480	100.000	(67.680)	(60.951)	6.729
BMG	Light SESA	US\$	US\$	64,05% CDI	26.12.2017	15.10.2019	22.194	5.728	(1.483)	(1.335)	148
Citi (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	387.480	100.000	(38.971)	(49.648)	(10.677)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	387.480	100.000	(39.127)	(49.648)	(10.521)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	774.960	200.000	(78.295)	(100.689)	(22.394)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940% a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	99.148	25.588	(767)	(2.833)	(2.066)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.488)	145
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.488)	145
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.624)	9
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	581.220	150.000	(58.456)	(74.472)	(16.016)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25% a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	193.740	50.000	(19.569)	(25.022)	(5.453)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940% a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	49.574	12.794	(384)	(1.416)	(1.032)
TOTAL							3.348.240	864.107	(382.840)	(439.359)	(56.519)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (accrual) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2019, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2019. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2019.

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(38.115)	(623.360)	(1.208.607)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(2.630)	(43.012)	(83.394)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(35.526)	2.370	38.761	75.153
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.372	(1.826)	(29.864)	(57.903)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(24.799)	1.654	27.058	52.461
4131 Citibank 2019	Light SESA	US\$	90.212	(6.018)	(98.427)	(190.837)
Bonds	Light SESA	US\$	262.985	(17.544)	(286.933)	(556.322)
4131 Citibank 2019	Light Energia	US\$	80.175	(5.349)	(87.477)	(169.604)
Bonds	Light Energia	US\$	131.492	(8.772)	(143.466)	(278.161)
DERIVATIVOS				37.683	616.303	1.194.924
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(353.197)	23.562	385.360	747.159
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(211.668)	14.121	230.943	447.765
TOTAL DE PERDA				(432)	(7.057)	(13.683)
Referência para a Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2020)				4,10	5,12	6,15

38.5 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2019, não existia operações de swap de juros vigentes. Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2018:

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	R\$			
						Valor Nominal 31.12.2018	Swap (accrua) 31.12.2018	Swap valor justo (contabil) 31.12.2018	Valor Justo x Accrua 31.12.2018
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	600.000	54.293	89.331	35.038
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	150.000	14.842	22.333	7.491
TOTAL						750.000	69.135	111.664	42.529

- Em 14 de agosto de 2019, foi realizado o pré-pagamento da operação de swap de taxa (CDI x IPCA) da controlada Light SESA junto ao Banco BMG. A operação de swap alterava o custo de CDI + 1,15% a.a. para IPCA + 7,82% a.a. de uma dívida de R\$400.000 de principal e vencimento em maio de 2021. O valor do pré-pagamento foi de R\$80.500, referente ao saldo de swap a valor de mercado nesta data.
- Em 29 de agosto de 2019, foi realizado o pré-pagamento da operação de swap de taxa (CDI x IPCA) da controlada Light SESA junto ao Banco Plural. A operação de swap alterava o custo de CDI+1,15%a.a. para IPCA + 7,82%a.a. de uma dívida de R\$100.000 de principal e vencimento em maio de 2021. O valor do pré-pagamento foi de R\$21.000, referente ao saldo de swap a valor de mercado nesta data.

As operações de swap com o BMG e com o banco Plural estavam associadas com a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA junto ao Banco do Brasil. O objetivo da operação foi: (i) hedge com a receita, pois parte dos reajustes das tarifas são corrigidas pelo IPCA; (ii) reforço de capital de giro, pois no período de carência das debêntures a Companhia receberá os recursos para a amortização dos juros atrelados ao CDI; e (iii) redução da concentração de dívida atrelada ao CDI.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2020. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2019.

OPERAÇÃO			R\$		
	Controlada	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS			(2.756)	(15.462)	(33.447)
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários ^(a)		CDI	(2.756)	(15.462)	(33.447)
PASSIVOS FINANCEIROS			44.734	(36.466)	(117.666)
TN - Discount Bond	Light SESA	Libor6M	222	(250)	(722)
4131 Citibank 2019	Light SESA	Libor3M	(1.986)	(3.481)	(4.976)
CCB - IBM 2017	Light SESA	CDI	59	10	(38)
CCB - IBM 2019	Light SESA	CDI	19	3	(12)
Leasing IBM	Light SESA	CDI	1	-	-
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	CDI	3.844	669	(2.507)
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	CDI	7.053	1.227	(4.600)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	CDI	3.997	695	(2.607)
Debêntures 15ª Emissão - 2ª Série	Light SESA	CDI	2.290	398	(1.493)
FIDC 2018 Série A	Light SESA	CDI	12.868	2.238	(8.392)
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	CDI	1.867	325	(1.218)
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	CDI	5.985	1.041	(3.903)
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	CDI	885	154	(577)
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	CDI	7.037	1.224	(4.589)
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	CDI	705	123	(460)
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	CDI	2.189	381	(1.427)
Nota Promissória - 5ª NP Sesa	Light SESA	CDI	4.195	729	(2.736)
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	IPCA	(2.590)	(13.008)	(23.426)
Debêntures 12ª Emissão - 3ª Série	Light SESA	IPCA	(189)	(948)	(1.706)
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	IPCA	(1.546)	(7.765)	(13.984)
Debêntures 15ª Emissão - 1ª Série	Light SESA	IPCA	(1.730)	(8.691)	(15.651)
FIDC 2018 Série B	Light SESA	IPCA	(1.152)	(5.784)	(10.416)
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	TJLP	200	(330)	(861)
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	TJLP	4	(7)	(18)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	TJLP	1.287	(2.124)	(5.536)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	TJLP	20	(33)	(86)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	TJLP	15	(25)	(66)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	TJLP	23	(38)	(100)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	TJLP	31	(51)	(133)
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	SELIC	391	68	(255)
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	SELIC	8	1	(5)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	SELIC	59	10	(38)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	SELIC	69	12	(45)
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	TJLP	55	(91)	(237)
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	TJLP	58	(96)	(250)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	CDI	245	43	(160)
4131 Citibank 2018	Light Energia	Libor 3M	(1.759)	(3.087)	(4.414)
BNDES Conecta	Light Conecta	TJLP	5	(8)	(22)
DERIVATIVOS			36.993	6.434	(24.126)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		CDI	36.993	6.434	(24.126)
TOTAL DE GANHO (PERDA)			78.971	(45.494)	(175.239)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2020)			4,56%	3,42%	2,28%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2020)			4,56%	5,70%	6,84%
TJLP (% em 31.12.2020)			5,09%	6,36%	7,64%
IPCA (% em 31.12.2020)			4,59%	5,74%	6,89%
Selic (% em 31.12.2020)			4,56%	5,70%	6,84%
Libor3M (% em 31.12.2020)			1,63%	2,04%	2,44%
Libor6M (% em 31.12.2020)			1,70%	2,12%	2,55%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

38.6 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

38.7 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (covenants).

As notas de crédito (rating) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	A+	BB-	16.07.2019
S&P	AA+	-	15.07.2019
Moody's	A2.br	Ba3	04.09.2019

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminuiu, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), recebíveis futuros da controlada Light SESA, no montante de R\$406.987, em 31 de dezembro de 2019 (R\$395.425 em 31 de dezembro de 2018).

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(161.118)	(1.685.514)	(8.438.726)	(140.155)	(10.425.513)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(11.200)	(46.811)	(167.214)	-	(225.225)
Fornecedores					
Swap	(2.546.345)	-	-	-	(2.546.345)
TOTAL	(2.724.667)	(1.750.336)	(8.920.204)	(140.155)	(13.535.362)

38.8 Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia consiste de contratos de Itaipu, PROINFA, cotas de garantia física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's, e um contrato bilateral celebrado antes da edição da Lei nº 10.848/2004.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de até sete anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) Mecanismo de Venda de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária à qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Conforme regulamentação vigente, o montante de energia que exceder o limite regulatório de 105% e que não seja caracterizado como involuntário é liquidado no mercado de Curto Prazo (mercado SPOT) e as diferenças em relação ao preço médio dos contratos afetam o resultado econômico da distribuidora. Em consequência, não obstante o fato de haver processo na ANEEL para caracterização integral da sobrecontratação da Light em 2016 como involuntária, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 mil referente a este possível repasse à tarifa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$36.625.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA também terminou o ano sobrecontratada, atingindo os percentuais de 106,2% e de 105,1%, respectivamente. No entanto, como o preço SPOT em 2017 e em 2018 ficou acima do preço médio dos contratos da controlada Light SESA, não ocorreu perda econômica.

Até o momento a ANEEL não deliberou sobre o nível de contratação e o respectivo repasse tarifário dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Em relação à 2019, a Companhia encerrou o exercício com um nível de contratação entre 100% e 105%.

38.9 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados às questões ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, a questões relacionadas aos empregados, a impactos na sociedade e à gestão de fornecedores.

Para mitigar o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia, desde 2001 a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida e os padrões de qualidade ambiental mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas hidrelétricas da Companhia possuem certificação nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Quanto ao risco de acidentes com a força de trabalho e com a população, relacionado à operação e manutenção de redes de distribuição de energia e de unidades de geração, a Companhia continua investindo prioritariamente na promoção da saúde e na prevenção de acidentes por meio da aplicação de recursos na melhoria de processos e procedimentos, na capacitação e sensibilização de toda a sua força de trabalho. Além são realizadas campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância de se adotar medidas pessoais de segurança.

No que se refere aos benefícios oferecidos pela empresa a seus empregados, além dos planos de previdência privada, administrados pela Braslight, o pacote de benefícios engloba, principalmente, assistência médica e odontológica extensivo aos dependentes, auxílio alimentação, auxílio alimentação natalino, auxílio-creche, auxílio doença, assistência social e psicológica, seguro de vida e bolsa de estudo do Colégio 1º de Maio.

Frente ao recrudescimento de problemas relacionados à violência na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia é impedida de atuar em muitas comunidades, o que impacta diretamente a qualidade do fornecimento de energia. Para mitigar esse problema, a estratégia da Light para chegar até esses clientes, garantindo a segurança de sua equipe, foi o relacionamento com escolas públicas, unidade de saúde e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Por meio da intensificação dos diálogos com esses agentes, a Light pôde conscientizar e disseminar informações sobre consumo consciente da energia, prejuízos causados pelo furto e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Outra estratégia que trouxe bons resultados foram os diálogos com líderes de associações de moradores, alunos e professores, clínicas da família e ONGs que já atuam com projetos sociais e culturais nessas comunidades.

Para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

38.10 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021, ou;
- (b) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (c) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (d) por três anos consecutivos a partir 2023.

O descumprimento em função dos itens (a), (b) e (c) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto que o descumprimento em função do item (d), acarreta na abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado. Contudo, conforme notificação enviada pela ANEEL em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA não atendeu aos indicadores econômico-financeiros. A controlada Light SESA diverge do entendimento da ANEEL, visto que foi realizado um aumento de capital nesta controlada, no ano de 2019, em montante superior ao necessário, conforme previsto no Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão. Tramita na Agência recurso administrativo que busca o reconhecimento do cumprimento do indicador do ano de 2018.

Em 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

38.11 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	8.766.540	10.028.461
Obrigações por arrendamento ^(a)	79.356	-
Instrumentos financeiros derivativos swap	(338.279)	(327.695)
Dívida bruta	8.507.617	9.700.766
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	1.678.028	1.683.840
Dívida líquida (A)	6.829.589	8.016.926
Patrimônio líquido (B)	6.230.544	3.389.492
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	52%	70%

^(a) Para fins de apuração dos indicadores financeiros para cumprimentos de cláusulas restritivas (covenants), as obrigações por arrendamento não fazem parte do total da dívida líquida.

39. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira - Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial - Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional - Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2019	10.08.2020	40.350	241
Responsabilidade civil e geral	31.10.2019	30.04.2021	20.000	1.239
Riscos operacionais ^(a)	31.10.2019	31.10.2020	7.591.286	3.499

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor total em risco de R\$7.591.286

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

40. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber, bem como opera apenas no Brasil.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2019
Ativos:							
Ativo circulante	3.780.125	1.427.207	20.949	177.235	359.568	(410.858)	5.354.226
Outros ativos não circulantes	13.295.910	130.554	23.227	35.978	659	-	13.486.328
Investimento	29.191	136.426	-	-	6.191.540	(5.777.813)	579.344
Imobilizado	244.694	1.301.224	40.641	396	-	-	1.586.955
Intangível	2.832.558	2.251	1.452	654	-	-	2.836.915
TOTAL DOS ATIVOS	20.182.478	2.997.662	86.269	214.263	6.551.767	(6.188.671)	23.843.768
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	3.714.697	1.392.477	4.412	157.745	319.083	(410.858)	5.177.556
Passivo não circulante	11.310.215	1.102.322	22.253	26	852	-	12.435.668
Patrimônio líquido	5.157.566	502.863	59.604	56.492	6.231.832	(5.777.813)	6.230.544
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.182.478	2.997.662	86.269	214.263	6.551.767	(6.188.671)	23.843.768

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2018
Ativos:							
Ativo circulante	4.356.768	1.264.930	5.877	190.509	113.638	(296.352)	5.635.370
Outros ativos não circulantes	6.695.042	103.608	55.507	170.004	601	-	7.024.762
Investimento	29.734	111.188	5.339	-	3.324.434	(2.924.073)	546.622
Imobilizado	230.113	1.288.924	41.063	381	-	-	1.560.481
Intangível	3.090.826	3.405	1.583	654	-	-	3.096.468
TOTAL DOS ATIVOS	14.402.483	2.772.055	109.369	361.548	3.438.673	(3.220.425)	17.863.703
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	3.791.317	1.466.062	6.498	262.989	47.895	(296.352)	5.278.409
Passivo não circulante	8.165.036	1.029.698	1.068	-	-	-	9.195.802
Patrimônio líquido	2.446.130	276.295	101.803	98.559	3.390.778	(2.924.073)	3.389.492
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.402.483	2.772.055	109.369	361.548	3.438.673	(3.220.425)	17.863.703

Resultados por segmento:

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2019
RECEITA LÍQUIDA	11.912.106	1.098.023	6.158	1.122.462	74	(749.256)	13.389.567
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.896.387)	(612.994)	(23.042)	(1.248.321)	(32.378)	749.256	(12.063.866)
Equivalência patrimonial	-	4.667	(51.204)	-	1.394.537	(1.386.367)	(38.367)
RESULTADO FINANCEIRO	743.853	(75.345)	3.090	28.273	1.743	-	701.614
Receita financeira	1.767.384	97.890	3.443	29.846	2.836	-	1.901.399
Despesa financeira	(1.023.531)	(173.235)	(353)	(1.573)	(1.093)	-	(1.199.785)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.759.572	414.351	(64.998)	(97.586)	1.363.976	(1.386.367)	1.988.948
Contribuição social	(160.452)	(23.684)	(104)	8.780	(1)	-	(175.461)
Imposto de renda	(445.762)	(64.058)	(261)	24.398	(1)	-	(485.684)
RESULTADO LÍQUIDO	1.153.358	326.609	(65.363)	(64.408)	1.363.974	(1.386.367)	1.327.803

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2018
RECEITA LÍQUIDA	10.334.019	1.118.461	39.680	1.346.375	873	(868.861)	11.970.547
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(9.674.775)	(786.454)	(61.840)	(1.219.724)	(55.089)	874.904	(10.922.978)
Equivalência patrimonial	-	(112.103)	(5.965)	-	252.655	(219.994)	(85.407)
RESULTADO FINANCEIRO	(543.744)	(123.157)	4.207	14.124	173	(2.375)	(650.772)
Receita financeira	488.194	135.964	6.809	15.687	1.477	(4.857)	643.274
Despesa financeira	(1.031.938)	(259.121)	(2.602)	(1.563)	(1.304)	2.482	(1.294.046)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	115.500	96.747	(23.918)	140.775	198.612	(216.326)	311.390
Contribuição social	(10.285)	(16.505)	515	(12.695)	(11)	(110)	(39.091)
Imposto de renda	(28.506)	(44.241)	1.453	(34.921)	(15)	(287)	(106.517)
RESULTADO LÍQUIDO	76.709	36.001	(21.950)	93.159	198.586	(216.723)	165.782

41. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

41.1 Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio) ^(a)	Energia incentivada contratada Total (MW médio) ^(a)
2020	430,49	47,95
2021	422,64	17,95
2022	449,64	8,00
2023	449,64	8,00
2024	449,64	8,00
2025	449,64	8,00
2026	449,64	8,00

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

41.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato bilateral ^(a)	Mw médio Itaipu ^(a)	Mw médio PROINFRA ^(a)	Mw médio Leilões de Energia ^(a)	Mw médio Total Contratos ^(a)
2020	725	526	52	2.009	3.312
2021	725	522	52	2.030	3.329
2022	725	522	52	2.056	3.355
2023	725	521	52	2.083	3.381
2024	679	521	52	2.148	3.400
2025	-	521	52	2.597	3.170
2026	-	521	52	2.597	3.170
2027	-	521	52	2.597	3.170
2028	-	521	52	2.597	3.170
2029	-	521	52	2.597	3.170

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

42. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2019	2018
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	45.274	32.129
Receitas relativas à construção de ativos próprios (DVA)	793.332	720.874

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

43.1 Alteração da composição acionária

Em 15 de janeiro, o BNDESPAR comunicou que, entre os dias 26 de dezembro de 2019 e 15 de janeiro de 2020, alienou a totalidade das ações ordinárias que detinha no capital social da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista.

Em 16 de janeiro de 2020, o FIA Samambaia comunicou que passou a deter 22.730.000 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta) ações ordinárias, representativas de 7,48% do capital social da Companhia e, em 27 de janeiro de 2020, informou que aumentou sua participação para 10,17%.

43.2 Reajuste tarifário

Em 10 de março de 2020 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da resolução 2.667/2020, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,21%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,11%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 4,11%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2020.

43.3 Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus ("Covid-19") ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas as demonstrações financeiras.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19 e a Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira
Carlos da Costa Parcias Júnior
Carlos Marcio Ferreira
Carlos Alberto da Cruz
David Zylbersztajn
Octávio Cortes Pereira Lopes
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes
Ricardo Reisen de Pinho
Vago

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna Marcelo Souza Monteiro Domenica Eisentein Noronha	João Alan Haddad Michele da Silva Gonsales Maurício Rocha Alves de Carvalho

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Marta Horta Veloso
Diretora Presidente e de Relações com Investidores

Roberto Caixeta Barroso
Diretor de Finanças e de Participações

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes
Diretor de Gestão Empresarial

Dalmer Alves de Souza
Diretor Comercial

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora de Energia e Comercialização

Marcus Auguste Pimenta
Diretor de Engenharia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Righi Reis Superintendente de Controladoria CPF 044.566.946-29	Simone da Silva Cerutti de Azevedo Contadora - Gerente de Contabilidade CPF 094.894.347-52 CRC-RJ 103826/O-9
--	---



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Light S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía investimentos na Norte Energia S.A., que foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nesta investida não controlada sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros que poderão decorrer destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas das controladas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia, sendo reconhecidas quando do consumo da energia pelo consumidor, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 542.775 mil em 31 de dezembro de 2019 e está divulgado na nota 7 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo destas receitas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas não faturadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota 23, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 7.350.327 mil em 31 de dezembro de 2019, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 6.255.377 mil se referem a ações de natureza fiscal.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia e controladas, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que a mensuração das causas classificadas como possível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos fiscais diferidos

Conforme divulgado na nota 10, a Companhia e controladas possuem valores elevados de créditos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância do grau de julgamento envolvido no processo, bem como as especificidades atreladas ao processo de estimativa pela Administração da Companhia, uma vez que é necessário que a mesma realize projeções, com premissas subjetivas, e possua lucros tributários futuros e passivos fiscais diferidos para a realização de tais créditos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento e o acompanhamento dos créditos fiscais diferidos; (ii) utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos; e (iii) a revisão das principais premissas e metodologia utilizadas pela Administração nas projeções para fins de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, tais como as projeções de lucros tributários futuros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que a realização dos créditos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Conforme divulgado na nota 8, em agosto de 2019 transitou em julgado, o processo judicial da ação movida pela controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) com decisão favorável à autora. Baseada na opinião dos assessores legais e na melhor estimativa contábil, foram registrados um ativo de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 6.203.145 mil e um passivo de R\$ 3.605.664 mil correspondente aos valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS e COFINS por entender que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA devem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão, considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que ainda existem divergências entre as decisões judiciais e posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, grande volume de documentação de anos anteriores a ser levantada pela controlada Light SESA para suportar o mesmo, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento do órgão regulador (ANEEL) a respeito da necessidade de devolução de parte dos créditos levantados aos consumidores do segmento de distribuição.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) realização do recálculo para determinação dos valores a serem registrados, e discussão da metodologia adotada pela Administração para fins de mensuração dos montantes a serem registrados; (ii) confirmação dos processos judiciais com os advogados externos da Companhia, e suas avaliações sobre o tema; (iii) envolvimento de nossos especialistas de tributos para avaliação dos processos judiciais envolvendo o tema, e os reflexos de suas decisões para Companhia; (iv) obtenção e discussão com a Companhia acerca das opiniões dos seus consultores legais suportando a constituição do passivo para ressarcimento dos montantes aos consumidores, e o seu tratamento contábil; (v) envolvimento de nossos especialistas de tributos para avaliar a adequação da mensuração e do tratamento contábil desse passivo, bem como seus efeitos fiscais; (vi) avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS incluídas na nota 8 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração da Companhia para o reconhecimento do PIS e COFINS a recuperar e o respectivo passivo a restituir a consumidores, oriundos da decisão de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, assim como as respectivas divulgações na nota 8, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas – Continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Rio de Janeiro, 03 de março de 2020

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Ana Marta Horta Veloso

Diretora Presidente e de Relações com Investidores

Roberto Caixeta Barroso

Diretor de Finanças e de Participações

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes

Diretor de Gestão Empresarial

Dalmer Alves de Souza

Diretor Comercial

Alessandra Genu Dutra Amaral

Diretora de Energia e Comercialização

Marcus Auguste Pimenta

Diretor de Engenharia

Anexo da ata da Reunião do Comitê de Auditoria de 09 de março de 2020

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A., de acordo com calendário anual de reuniões, previamente discutido e aprovado por seus membros, realizou reuniões ordinárias trimestrais para análise de assuntos de sua competência. A atuação do Comitê no ano de 2019 foi focada nas seguintes atribuições:

- (I) Na avaliação dos sistemas controles internos e administração de riscos; na análise dos trabalhos da Auditoria Externa – EY;
- (II) No acompanhamento da auditoria Externa - EY quanto aos trabalhos relacionado às demonstrações contábeis e relatórios financeiros; na análise dos aspectos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas; no exame das práticas relevantes utilizadas pela Light S.A. na elaboração das demonstrações financeiras;
- (III) E na análise e acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna, com a finalidade de aperfeiçoamento de seu desempenho.

No exercício de suas atividades regulamentares, dentre outras, destacaram-se:

1. Análise dos termos das ITR – Informações Trimestrais de Resultados e das DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas relativas aos exercícios sociais anteriores, previamente à sua publicação;
2. Acompanhamento da qualidade das informações financeiras fornecidas pela Companhia;
3. Análise do Plano Anual de Auditoria Externa e o Plano Anual de Auditoria Interna;
4. Acompanhamento do desempenho dos auditores internos;
5. Verificação das irregularidades, quando identificadas, nos relatórios das auditorias, bem como a aplicação de medidas para sua correção;
6. Suporte, no âmbito do escopo do Comitê, ao Conselho de Administração da Companhia;
7. Monitoramento dos processos de controle internos e orientação na implementação de mecanismos corretivos em caso de erros, fraudes ou crimes;
8. Acompanhamento do trabalho de auditores internos e externos;

9. Reuniões periódicas com auditores internos para entender os controles realizados e aprofundar questões relevantes;

10. Auxílio ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos; e

11. Análise dos assuntos que eram objetos de deliberação no Conselho de Administração pertinentes ao Comitê e recomendações que auxiliem os conselheiros na tomada de decisão.

Na apreciação do Comitê, a forma e as ações adotadas para monitorar os sistemas de controles internos e administração de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela EY, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e que não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados apresentados por seus trabalhos.

Conforme informado pelos órgãos de *compliance* e controle interno, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção. Este comitê propôs ajustes e adequações em procedimentos de avaliação e controle de riscos tributários e auditoria de folha de pagamento, o que foi recomendado ao Conselho de Administração, bem como a contínua informação quanto a procedimentos de investigações que a empresa ou seus representantes por ventura sejam alvos.

Este comitê não obteve registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que apontasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, colocassem em risco a continuidade da Light S.A. ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por maioria, entendeu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira às normas da

Comissão de Valores Mobiliários – CVM e recomenda: a) o encaminhamento para a análise do Conselho de Administração e; b) à Assembleia Geral sua aprovação.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2020.

Ricardo Reisen de Pinho (coordenador do CAUDIT)
Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira
Carlos Marcio Ferreira
Carlos Alberto da Cruz

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL: *O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta da Destinação dos Resultados e o referido Orçamento de Capital, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, da Controladora e Consolidado.*

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes EY, a ser emitido em 12 de março de 2020, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação. ”

Rio de Janeiro, 10 de março de 2020.

Domenica Eisenstein Noronha

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'anna

Marcelo Souza Monteiro

Orçamento de Capital para o exercício de 2020 da Light S.A.

Com relação aos investimentos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2019, foram realizados 0,3% abaixo dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações Light S.A. - 2019 - R\$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Investimentos em Ativos Elétricos	708.804	733.062	(24.258)
Distribuição	392.099	395.564	(3.465)
Ações Convencionais de Combate à Perdas	174.391	171.933	2.458
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	54.143	57.186	(3.043)
Transmissão	88.171	108.378	(20.207)
Investimentos em Ativos Não Elétricos	86.476	82.077	4.399
Comercial	12.219	11.301	918
TI	56.466	56.233	233
Logística	161	161	-
Patrimônio	9.600	8.329	1.271
Finanças	8.030	6.052	1.978
Outras Empresas	74.749	69.463	5.285
Energia Geração	73.508	69.305	4.203
PCH Lajes	140	154	(14)
Eólicas	50	2	48
Comercialização	90	15	76
Itaocara - Conecta	960	(12)	972
Sub-Total	870.028	884.601	(14.573)
Aportes	71.497	54.114	17.383
Total	941.526	938.715	2.810

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital consolidado do Grupo Light à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2020, no valor de R\$961.378 mil, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R\$ MIL	2020
Retenção de Lucros do Exercício de 2019	961.378
Recursos Próprios ou de Terceiros	-
Total das Fontes de Recursos	961.378

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2020:

Aplicações Light S.A. - R\$ MIL	2020
Investimentos em Ativos Elétricos	750.000
Distribuição	329.600
Ações Convencionais de Combate à Perdas	195.000
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	130.000
Transmissão	95.400
Investimentos em Ativos Não Elétricos	97.417
Comercial	16.000
TI	57.500
Logística	4.800
Patrimônio	11.830
Finanças	7.287
Outras Empresas	107.950
Itaocara - Conecta	-
Energia Geração	107.950
PCH Lajes	-
Eólicas	-
Comercialização	-
Sub-Total	955.367
Aportes	6.011
Total	961.378